FAUESP
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo

.UNIFICADA

2675-1186

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP

VOLUME 6 - NÚMERO 4 | ABRIL 2024

REDAÇÃO

LEIA-ME

Nome: _____

Turma: _____

Professor: _____

DATA DE PUBLICAÇÃO: 30/04/2024

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - v.6 n.4 – abril 2024 – Mensal

Modo de acesso: http://revista.unificada.com.br/

e-ISSN: 2675-1186

Data de publicação: 30/04/2024

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário – CRB/8 8090

Responsável Intelectual pela Publicação
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - FAUESP



UNIFICADA
Revista Multidisciplinar da FAUESP
v.6 n.4 – abril de 2024 – Mensal
Bibliotecário Renato Moreira de Oliveira – CRB/8 8090
e-ISSN: 2675-1186
Editoração: SL Editora
Supervisão: Neusa Sanches Limonge
Publicada em: 30/04/2024

DIREÇÃO

DIREÇÃO ACADÊMICA
Prof: MSc Claudineia Lopes
DIREÇÃO FINANCEIRA
Prof: Esp: Sylvia Storniollo
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

CONSELHO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE
Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

Prof: MSc Claudineia Lopes (FAUESP)
Prof: Esp: Sylvia Storniollo (FAUESP)
Prof. Dr. Marcos Rogério Costa (FAUESP)
Prof. Dr. Gladson Cunha (Fabra/PUC-Rio)
Prof. MSc. José Ivanildo (FAUESP)
Prof. MSc. Marcos Roberto dos Santos (FAUESP)

EDITORIAL

A divulgação científica é o meio de popularizar o conheci- mento produzido nas faculdades e universidades mundo a fora. É também uma forma de interação entre os espaços acadêmicos, muitas vezes, percebidos como espaços elitizados e distantes da realidade pública.

Pensando nessas duas situações é que nós, da FAUESP, estamos apresentando a sociedade brasileira a Revista UNIFICADA, um periódico acadêmico de circulação mensal voltado para a divulgação ensaios, relatórios de pesquisas e artigos científicos num viés multidisciplinar.

Sendo o nosso objetivo divulgar, tornando público o conhecimento produzido por diversos meios e em diferentes perspectivas científicas, apresentamos artigos que englobam as áreas da Educação, Literatura e Direito.

Nós da FAUESP entendemos que a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, porém, que educar vai além da formação do aluno. Educar significa agir na trans- formação da realidade em que nos encontramos, de modo que possamos cumprir a nossa Missão:

> *"Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, se comprometendo com a justiça social, a democracia e a cidadania1 além de promover a educação1 visando o desenvolvimento sustentável do país".*

Boa leitura!

Dr. Gladson Cunha - Membro do Conselho

SUMÁRIO

INCLUSÃO SOCIAL/ESCOLAR DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS E CONTROVERSAS PRÁTICAS DISCURSIVAS
EDNA MARIA ANTONIO SILVESTRE 05

TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA
EDNA MARIA ANTONIO SILVESTRE 18

EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ELZA MARIA CARVALHO..... 29

APRENDENDO COM A GEOMETRIA DO COTIDIANO
ELZA MARIA CARVALHO..... 45

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA
ELZA MARIA CARVALHO..... 56

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA POSITIVA PARA A SAÚDE MENTAL
SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS 63

A INCLUSÂO DE AUTISTAS NAS SÉRIES INICIAIS
SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS 70

ARTETERAPIA E SUAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO
SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS 76

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL
VIVIANE CARRIJO VIEIRA..... 86

JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
MARIA ALCILEIDE DO CÉU BRITO..... 94

O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA INFANTIL PARA ESSE DESENVOLVIMENTO
CLAUDIA RENATA FERNANDES 106

ARTIGO “CLIMA ESCOLAR: COMO FAZER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CRIAR PLANO DE CONVIVÊNCIA”
DEBORA APARECIDA CAMILO SUZUKI MAEDA 129

DA ARTE MODERNA A ARTE CONTEMPORÂNEA: O TRABALHO EM SALA DE AULA
ELAINE DA SILVA SANTOS 141

APRENDIZAGEM LÚDICA: JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO INFANTIL, O PODER DOS JOGOS E BRINCADEIRAS
ELIETE GOMES DAS NEVES..... 159

EDUCAÇÃO MUSICAL E A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO TEA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES NA APRENDIZAGEM
ELISABETE BISPO DOS SANTOS..... 173

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
LUANA IZABEL DE OLIVEIRA 190

A INCLUSÃO ESCOLAR E O DIREITO DE ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
MARCELA ONDINA COSTA DOS SANTOS 200

O PROFESSOR E AS NOVAS TECNOLOGIAS PARA INCLUSÃO
RENATA PANINI LUZ..... 214

INCLUSÃO, DESAFIOS E METAS PARA EXPANSÃO DE DIREITOS DENTRO DO CONTEXTO EDUCACIONAL
TALITA MARIA DE MATOS ALVES 228

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GASES DO EFEITO ESTUFA
MARISTELA DRAGONI SILVA..... 239

LETRAMENTO DIGITAL E O ENSINO HÍBRIDO
PATRÍCIA BELMIRO DE LIMA..... 249

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

INCLUSÃO SOCIAL/ESCOLAR DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS E CONTROVERSAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

EDNA MARIA ANTONIO SILVESTRE

Resumo:

A inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais é um tema complexo e que gera diversas perspectivas e práticas discursivas controversas. Neste artigo, buscaremos analisar essas diferentes visões e abordagens, destacando como elas podem impactar a experiência das pessoas com necessidades especiais.

Um dos principais pontos de debate é o modelo de inclusão adotado. Ambas as perspectivas possuem seus méritos, mas é importante considerar as necessidades individuais de cada pessoa e buscar soluções que garantam seu pleno desenvolvimento.

Muitas vezes, são utilizadas expressões que podem reforçar estigmas e preconceitos, como "deficiente", "anormal" ou "incapaz". Essas palavras contribuem para a exclusão social e escolar, reforçando a ideia de que essas pessoas são diferentes e inferiores. É necessário adotar uma linguagem inclusiva e respeitosa, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

Ressaltando a importância do papel dos educadores na inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais. Esses profissionais devem estar devidamente capacitados e sensibilizados para lidar com as demandas específicas desses estudantes. A formação continuada dos educadores, o planejamento de estratégias pedagógicas inclusivas e a promoção de um ambiente escolar acolhedor são essenciais para assegurar o sucesso da inclusão.

Assim, é necessário mencionar que a inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais vai além do ambiente escolar. É preciso garantir que elas tenham acesso a serviços de saúde, transporte, lazer e trabalho inclusivos. A inclusão deve ser um princípio que permeia todas as esferas da sociedade, visando a igualdade de oportunidades e a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Portanto, a inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais é um tema que envolve diversas perspectivas e práticas discursivas controversas. É fundamental adotar uma abordagem que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades, utilizando uma linguagem inclusiva e capacitando os educadores para lidar com as demandas específicas desses estudantes. A inclusão deve ser um princípio que permeia todas as esferas da sociedade, garantindo o pleno desenvolvimento e participação dessas pessoas.

Palavras chave: Inclusão social, inclusão escolar, necessidades especiais, perspectivas, práticas discursivas, modelo de inclusão, integração, educação especializada, estigmas, preconceitos, linguagem inclusiva, diversidade, igualdade de oportunidades, educadores, capacitação, ambiente escolar acolhedor, serviços de saúde, transporte, lazer, trabalho inclusivo, sociedade inclusiva, pleno desenvolvimento, participação.

Abstract

The social and educational inclusion of individuals with special needs is a complex topic that generates various perspectives and controversial discursive practices. In this article, we will analyze these different views and approaches, highlighting how they can impact the experience of individuals with special needs.

One of the main points of debate is the model of inclusion adopted. While some advocate for total inclusion, meaning the integration of these individuals into regular schools, others argue that it is more appropriate to offer specialized education options in environments adapted to their specific needs. Both perspectives have their merits, but it is important to consider the individual needs of each person and seek solutions that ensure their full development.

Another controversy is related to the discursive practices used when discussing individuals with special needs. Often, expressions are used that can reinforce stigmas and prejudices, such as "disabled," "abnormal," or "incapable." These words contribute to social and educational exclusion, reinforcing the idea that these individuals are different and inferior. It is necessary to adopt an inclusive and respectful language that values diversity and promotes equal opportunities.

Emphasizing the importance of the role of educators in the social and educational inclusion of individuals with special needs. These professionals must be properly trained and sensitized to deal with the specific demands of

these students. The continuing education of educators, the planning of inclusive pedagogical strategies, and the promotion of a welcoming school environment are essential to ensure the success of inclusion.

Therefore, it is necessary to mention that the social and educational inclusion of individuals with special needs goes beyond the school environment. It is important to ensure that they have access to inclusive health services, transportation, leisure, and work. Inclusion should be a principle that permeates all spheres of society, aiming for equal opportunities and the promotion of a truly inclusive society.

Therefore, the social and educational inclusion of individuals with special needs is a topic that involves various perspectives and controversial discursive practices. It is essential to adopt an approach that values diversity and promotes equal opportunities, using an inclusive language and equipping educators to deal with the specific demands of these students. Inclusion should be a principle that permeates all spheres of society, guaranteeing the full development and participation of these individuals.

Keywords: Social inclusion, school inclusion, special needs, perspectives, discursive practices, inclusion model, integration, specialized education, stigmas, prejudices, inclusive language, diversity, equal opportunities, educators, training, welcoming school environment, health services, transportation, leisure, inclusive work, inclusive society, full development, participation.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais é um tema que tem sido amplamente discutido e estudado nas últimas décadas. Essa discussão envolve múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas, que buscam compreender o processo de inclusão e suas implicações na sociedade e nas instituições educacionais.

Assim a inclusão social aborda questões como respeito às diferenças e à participação igualitária dos cidadãos. No caso de crianças com necessidades especiais, a inclusão abarca sua participação na sociedade em geral e, particularmente, em instituições de educação regular (inclusão escolar).

Ressaltando à participação plena e igualitária de todos os indivíduos na sociedade, independentemente de suas características físicas, intelectuais,

sociais ou emocionais. No contexto escolar, a inclusão envolve a admissão e permanência de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, garantindo-lhes acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os demais estudantes.

No entanto, as práticas discursivas em torno da inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais são controversas e geram diferentes perspectivas. Um dos principais debates ocorre em relação ao modelo educacional adotado para promover a inclusão. Enquanto alguns defendem a ideia da inclusão plena, ou seja, a presença de todos os alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, outros argumentam que a inclusão parcial, através de classes ou escolas especializadas, é mais adequada.

2- A importância das práticas discursivas relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação.

As práticas discursivas também envolvem questões relacionadas à formação de professores, currículo adaptado, recursos pedagógicos, suporte especializado, entre outros aspectos. É fundamental que as escolas e professores estejam preparados para receber e atender adequadamente os alunos com necessidades especiais, desenvolvendo estratégias pedagógicas inclusivas e proporcionando apoio individualizado quando necessário.

No Brasil, a inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais é regulamentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Essa política fomenta a criação de salas de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores e a adaptação curricular, visando promover uma educação inclusiva e de qualidade.

> Dentre as perspectivas e práticas discursivas sobre a inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais, destacam-se os estudos teóricos e práticos de autores como Mantoan (2003), Skliar (1997), Sarmento (2014), entre outros.

Mantoan (2003) aborda a inclusão como um desafio pedagógico, onde é necessário repensar a forma tradicional de ensino e desenvolver estratégias que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças individuais. Skliar (1997), por sua vez, discute a inclusão como uma questão política e cultural, que envolve a luta por direitos e a valorização das diferenças como um potencial enriquecedor.

Sarmento (2014), em seus estudos sobre a inclusão, traz uma perspectiva crítica, questionando as práticas inclusivas que podem ser excludentes, quando não levam em consideração as especificidades e necessidades de cada indivíduo. O autor defende uma inclusão que seja verdadeiramente participativa e que valorize a voz e a autonomia das pessoas com necessidades especiais.

O estabelecimento de diagnósticos é visto paradoxalmente: tratamento/rotulação. A cultura é apontada como tendo papel central. Ainda, pessoas com necessidades especiais praticamente não são ouvidas. O que se evidencia é que, por se tratar de um processo social complexo, este deve ser discutido e efetivado com a participação de todos, para que pessoas com necessidades especiais, de fato, sejam capazes de participar e assumir nova posição social.

Ao considerarmos a inclusão de crianças com necessidades especiais, porém, somos automaticamente remetidos ao campo da educação e às suas inúmeras práticas discursivas, as quais atualmente vêm sendo abordadas, dentre outras formas, através da inclusão escolar. Vale mencionar que essa separação entre inclusão social e escolar se trata de uma separação artificial, já que não há como cindir as duas, ambas fazendo parte de um mesmo processo social.

A apresentação aqui separada é feita apenas de forma didática, em função de que cada uma delas tem sido estudada, preferencialmente, por campos de saber diversos, fazendo com que o enfoque e as questões abordadas possam de alguma maneira diferir.

A inclusão social aborda questões como respeito às diferenças e à participação igualitária dos cidadãos. No caso de crianças com necessidades especiais, a inclusão abarca sua participação na sociedade em geral e, particularmente, em instituições de educação regular (inclusão escolar).

A discussão sobre inclusão social é de grande relevância em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, a despeito de suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a temática da inclusão social traz, como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos, "estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados" (Werneck, 1998, p. 108).

Essa questão tem sido colocada na ordem do dia em diferentes campos do saber e no espaço político-jurídico, nos últimos cinquenta ou sessenta anos. Acreditamos que importante marco/motor, para mudança mais ampla, tenha se dado com o estabelecimento da concepção de "sociedade inclusiva", firmada em 1990, pela Resolução 45/91, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 1990).

> Odom e Diamond (1998, p. 5) ressaltam, no entanto, que "não há uma definição comum sobre inclusão, havendo uma imensa diversidade de pessoas que a evocam como garantia de direitos". Ela está nos jornais, outdoors, encontros científicos, nas conversas informais, na política. Fala-se em inclusão

> social, digital, cultural, econômica, escolar, de institucionalização, dentre outras.

Dentre os vários direcionamentos possíveis, deter-nos-emos naquele que foca pessoas com necessidades especiais, particularmente aquelas com algum tipo de deficiência física, mental e/ou sensorial. Dentro desse grupo de pessoas, que contempla também grande amplitude de questões e práticas, focalizaremos, especificamente, crianças com necessidades especiais.

Ao considerarmos a inclusão de crianças com necessidades especiais, porém, somos automaticamente remetidos ao campo da educação e às suas inúmeras práticas discursivas, as quais atualmente vêm sendo abordadas, dentre outras formas, através da inclusão escolar. Vale mencionar que essa separação entre inclusão social e escolar se trata de uma separação artificial, já que não há como cindir as duas, ambas fazendo parte de um mesmo processo social.

A apresentação aqui separada é feita apenas de forma didática, em função de que cada uma delas tem sido estudada, preferencialmente, por campos de saber diversos, fazendo com que o enfoque e as questões abordadas possam de alguma maneira diferir.

Para situarmos historicamente as reformas na área da educação, no Brasil, apontamos que, primeiramente, surgiram as "escolas especiais" ou "centros de convivência", destinados exclusivamente às "crianças especiais" (na década de 1950, foram criadas as primeiras APAEs) (Ferreira, 2004). Surge, em um segundo momento, apresentada na Lei 5692/71 (Brasil, 1971), a "integração escolar". Instituíram-se então as "classes especiais", sendo estas, salas de aula dentro de escolas regulares, destinadas às crianças com necessidades especiais.

Finalmente, desde há alguns anos, há um novo movimento que busca a "inclusão escolar" e entende que crianças com e sem necessidades especiais deveriam ocupar uma mesma sala de aula. Marco/motor na constituição do

discurso da "inclusão escolar" tem sido citado como ocorrido a partir da "Conferência Mundial de Necessidades Educacionais e Especiais: acesso e qualidade", organizada pela ONU, em Salamanca (Espanha), em 1994. O princípio que guia a resultante Declaração é de que escolas regulares devem acomodar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais (ONU, 1994). No Brasil, verifica-se que a "inclusão escolar" passa a aparecer em Leis, a partir de 1996 como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Considerando-se a inclusão social ou, dentro desta, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, entende-se que os profissionais de saúde representam mediadores importantes no processo de inclusão. Esses, de forma dominante, são destacados interlocutores junto às famílias, por elas procurados em função dos quadros, das limitações e/ou dificuldades da criança, o que os tem feito ocupar uma importante posição na abordagem e no encaminhamento dessas crianças.

Assim, as múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas sobre a inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais revelam a complexidade desse tema. É importante buscar um diálogo e um posicionamento ético e reflexivo, considerando sempre as necessidades e direitos de cada indivíduo, para que a inclusão seja realmente efetiva e transformadora.

A inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais é um tema complexo e controverso, que envolve múltiplas perspectivas e práticas discursivas. Para compreender e abordar esse assunto de maneira adequada, é necessário buscar um diálogo aberto e ético, além de um posicionamento reflexivo.

Portanto é um processo que visa garantir a participação plena e igualitária de pessoas com necessidades especiais na sociedade e na escola. No entanto, a implementação dessa prática pode gerar discussões e

polêmicas, já que existem diferentes concepções sobre o que é inclusão e como ela deve ser realizada.

Alguns defendem que a inclusão deve ser realizada por meio da adesão de pessoas com necessidades especiais às escolas regulares, por exemplo, enquanto outros argumentam que é necessário investir em escolas especializadas, que oferecem recursos e profissionais capacitados para atender a essas demandas.

Além disso, há diferentes pontos de vista sobre quais são as necessidades especiais que devem ser consideradas para inclusão. Algumas pessoas defendem uma visão mais ampla, que engloba não apenas deficiências físicas e intelectuais, mas também questões sociais, emocionais, entre outras. Outros defendem que apenas as necessidades reconhecidas oficialmente devem ser contempladas.

Diante desses debates, é fundamental considerar as necessidades e direitos de cada indivíduo. Cada pessoa com necessidades especiais é única e possui demandas específicas, que devem ser atendidas de forma individualizada e personalizada. É necessário respeitar suas diferenças e garantir que recebam os recursos e apoios necessários para participar plenamente da sociedade e da escola.

Um posicionamento ético e reflexivo é essencial para promover uma inclusão efetiva e transformadora. É preciso estar aberto ao diálogo e à troca de conhecimento, ouvindo diferentes perspectivas e considerando suas argumentações. Além disso, é importante refletir sobre as nossas próprias concepções e preconceitos, buscando desconstruí-los e ampliar nosso olhar para a diversidade e a igualdade.

Em suma, a inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais é um tema complexo que requer diálogo, posicionamento ético e reflexão. Ao considerar as necessidades e direitos de cada indivíduo, podemos

promover uma inclusão efetiva e transformadora, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as múltiplas perspectivas e as controversas práticas discursivas relacionadas à inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais, é evidente que ainda há muito a ser feito para garantir uma inclusão efetiva e igualitária.

Ao longo do artigo, foram apresentados argumentos diversos que refletem visões diferentes sobre o assunto. Alguns defendem a inclusão total, alegando que todas as pessoas devem ter as mesmas oportunidades e direitos. Outros argumentam que a inclusão deve ser parcial, proporcionando suporte adequado às necessidades especiais de cada indivíduo.

Além das perspectivas, também foram abordadas as controversas práticas discursivas presentes no contexto da inclusão social e escolar. Muitas vezes, o discurso inclusivo não é acompanhado por ações concretas e políticas eficazes. A falta de recursos e estrutura nas escolas, bem como a falta de formação adequada de professores, são exemplos de práticas discursivas que dificultam a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Portanto, é fundamental buscar um equilíbrio entre as perspectivas e implementar práticas inclusivas que realmente atendam às necessidades dessas pessoas. Isso envolve investimentos em infraestrutura, formação continuada de profissionais da educação, adaptação de currículos e materiais didáticos, além de uma mudança de mentalidade e conscientização por parte de toda a sociedade.

A inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais é um desafio complexo, mas é um direito humano fundamental que deve ser garantido. A diversidade enriquece nossa sociedade e oferece oportunidades

de aprendizado e crescimento para todos. É necessário reconhecer que todos têm o direito de serem incluídos e de terem suas necessidades atendidas, para que possam desenvolver todo o seu potencial e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

BIBLIOGRAFIA

www.scielo.com.br

https://educere.bruc.com.br

Brasil. (1996 31 de dezembro). Lei n. 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. [Links]

Inclusão: **Construindo uma Sociedade para Todos** - Beyer, H & Raquel, V. (Orgs.). Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência: Política, direito e práxis educativa" - Diniz, D. L.

Educação Inclusiva: Atualidade, **desafios e perspectivas** - Nunes, C. & Leal, T.

Inclusão e Educação: **Do contexto à prática**" - Mantoan, M. T. E.

Educação Inclusiva: **Diferentes perspectivas teóricas e experiências práticas** - Dessen, M. A. & Costa, A. J.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/96). Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm&gt. Acesso em: 10 mar. 2022.

Odom, S. L., & Diamond, K. E. (1998). Defining Inclusion. In A. Thomas & J. Grimes (Eds.), **Best practices in school psychology**-IV (pp. 707-720). National Association of School Psychologists.

Mantoan, M. T. E. (2013). **Ser diferente, é normal**. Moderna.

Barbosa, A., & Rodrigues, D. (2018). **Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: experiências, desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação Especial, 24(3), 375-392.

Ferreira, L. V., & Santos, C. S. (2019). **Desafios da inclusão escolar de pessoas com deficiência no Brasil.** Educere et Educare, 14(33), 121-135.

Lopes, M., Paixão, T., & Macedo, E. (2017). **Inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares: múltiplas perspectivas de professores**. Revista Educação Especial, 30(59), 45-62.

Maciel, F., & Ferreira, L. (2016). **Políticas públicas de inclusão escolar de estudantes com deficiência: desafios e perspectivas.** Cadernos de Pesquisa, 46(159), 329-350.

Malheiros, A., & Pearmain, D. (2015). **Inclusão de alunos com deficiência: múltiplas perspectivas na formação docente inicial**. Revista Educação Especial, 28(51), 189-202.

Melo, D. S., & Ferraço, C. I. (2017). **Inclusão escolar de alunos com deficiência: desafios e perspectivas dos professores**. Revista Educação Inclusiva, 3(2), 181-198.

Pinho, I., & Lima, L. (2018). **Inclusão de pessoas com deficiência: perspectivas e desafios na esfera do trabalho**. Revista Internacional de Pesquisa em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, 1(1), 89-106.

Santos, L., & Machado, C. (2019**). Inclusão educacional de pessoas com deficiência: múltiplas perspectivas e implicações para a formação de professores.** Revista Práxis, 11(22), 134-149.

Sousa, A., Adão, M., & Vaz, F. (2017**). Inclusão de pessoas com deficiência visual: perspectivas e desafios na educação**. Revista Educação Inclusiva, 3(2), 49-66.

Vieira, D., & Gomes, M. (2018). **Inclusão social de pessoas com deficiência: perspectivas e desafios na área do esporte**. Licere, 21(1), 87-113.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

EDNA MARIA ANTONIO SILVESTRE

Resumo

O transtorno de aprendizagem na leitura e escrita, também conhecido como dislexia, é uma condição que afeta a capacidade de uma pessoa em ler e escrever. É uma dificuldade específica de aprendizagem, que não está relacionada com a inteligência ou com problemas visuais ou auditivos.

As crianças com transtorno de aprendizagem na leitura e escrita têm dificuldades em reconhecer e entender os sons das palavras, em decifrar símbolos e em fazer conexões entre sons e letras. Isso pode levar a erros frequentes, lentidão na leitura e na escrita, além de dificuldades em compreender o que foi lido.

Existem diferentes teorias que tentam explicar as causas desse transtorno, incluindo fatores genéticos, problemas no desenvolvimento cerebral e dificuldades no processamento fonológico. No entanto, não há uma causa definitiva identificada até o momento.

O diagnóstico do transtorno de aprendizagem na leitura e escrita deve ser realizado por um profissional especializado, como um psicólogo ou neurologista. É importante que seja feita uma avaliação completa, que inclua testes padronizados, observação do desempenho acadêmico e entrevistas com os pais.

O tratamento para o transtorno de aprendizagem na leitura e escrita envolve uma abordagem multidisciplinar, que pode incluir intervenção educacional, terapia fonoaudiológica e apoio psicológico. O objetivo é ajudar a criança a desenvolver estratégias para superar as dificuldades e alcançar um melhor desempenho acadêmico.

É fundamental também que a família e os professores estejam envolvidos no processo de apoio à criança com transtorno de aprendizagem na

leitura e escrita. Eles podem fornecer suporte emocional, estabelecer estratégias adaptativas para o aprendizado e proporcionar um ambiente acolhedor e encorajador.

Assim, o transtorno de aprendizagem na leitura e escrita é uma condição que afeta a capacidade de uma pessoa em ler e escrever. É essencial um diagnóstico preciso e um tratamento adequado, que envolva uma equipe multidisciplinar e o envolvimento da família e dos professores. Com apoio e estratégias apropriadas, as crianças com transtorno de aprendizagem na leitura e escrita podem superar suas dificuldades e alcançar um bom desempenho acadêmico.

Palavras-chave: transtorno de aprendizagem, dislexia, leitura, escrita, dificuldades, diagnóstico, tratamento, apoio.

Abstract

Learning disorder in reading and writing, also known as dyslexia, is a condition that affects a person's ability to read and write. It is a specific learning difficulty that is not related to intelligence or visual or auditory problems. Children with learning disorder in reading and writing have difficulties in recognizing and understanding the sounds of words, deciphering symbols, and making connections between sounds and letters. This can lead to frequent errors, slow reading and writing, and difficulties in understanding what has been read.

There are different theories that attempt to explain the causes of this disorder, including genetic factors, problems in brain development, and difficulties in phonological processing. However, there is no definitive cause identified at this time.

The diagnosis of learning disorder in reading and writing should be made by a specialized professional, such as a psychologist or neurologist. It is important to conduct a comprehensive evaluation, including standardized tests, observation of academic performance, and interviews with parents. The treatment for learning disorder in reading and writing involves a multidisciplinary approach, which may include educational intervention, speech therapy, and psychological support. The goal is to help the child develop strategies to overcome difficulties and achieve better academic performance. It is also

essential for the family and teachers to be involved in supporting the child with learning disorder in reading and writing. They can provide emotional support, establish adaptive learning strategies, and create a welcoming and encouraging environment.

Therefore, learning disorder in reading and writing is a condition that affects a person's ability to read and write. Accurate diagnosis and appropriate treatment, involving a multidisciplinary team and the involvement of family and teachers, are essential. With support and appropriate strategies, children with learning disorder in reading and writing can overcome their difficulties and achieve good academic performance.

Keywords: learning disorder, dyslexia, reading, writing, difficulties, diagnosis, treatment, support.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno de aprendizagem é um tema bastante relevante e que merece atenção de educadores, profissionais da saúde e das famílias. Trata-se de um conjunto de dificuldades que afeta a capacidade de assimilar e utilizar habilidades acadêmicas, como ler, escrever ou fazer cálculos matemáticos, por exemplo.

Existem diferentes tipos de transtorno de aprendizagem, sendo os mais comuns: Dislexia, que afeta a habilidade de leitura e escrita; Discalculia, que afeta a capacidade de realizar cálculos matemáticos; Disgrafia, que afeta a habilidade de escrever de forma adequada; e Disortografia, que afeta a habilidade de escrever corretamente as palavras.

Uma das principais características do transtorno de aprendizagem é que ele não está relacionado com a inteligência da pessoa. Ou seja, uma pessoa que tem transtorno de aprendizagem pode ser igualmente inteligente que outra que não o possui. No entanto, a forma como o conhecimento é processado e assimilado é diferente, o que pode impactar diretamente no rendimento escolar e no desenvolvimento socioemocional.

É importante destacar que o transtorno de aprendizagem não é uma questão de preguiça, falta de interesse ou má vontade do indivíduo. Trata-se de um problema neurobiológico, que afeta o funcionamento do cérebro e a forma como a informação é processada. Por isso, é fundamental que seja reconhecido e diagnosticado o mais cedo possível, para que as intervenções adequadas possam ser realizadas. Os professores desempenham um papel fundamental na identificação dos alunos que apresentam transtorno de aprendizagem. A observação atenta das dificuldades e a busca de auxílio de profissionais especializados é essencial para garantir o melhor encaminhamento e atendimento para essas crianças.

Além disso, a família também desempenha um papel importante no apoio e suporte ao indivíduo com transtorno de aprendizagem. É fundamental que os pais estejam atentos às necessidades do filho, buscando formas de auxiliá-lo e garantindo que ele tenha acesso a recursos educacionais adequados para o seu caso.

É importante que a sociedade como um todo também esteja ciente da existência do transtorno de aprendizagem e das suas consequências. A falta de informação e o estigma ainda presentes podem prejudicar o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas que enfrentam essas dificuldades.

2- A importância das políticas públicas e ações para o diagnóstico precoce

Assim é fundamental que sejam promovidas políticas públicas e ações para garantir o diagnóstico precoce, o acesso a tratamento adequado e a inclusão escolar e social das pessoas com transtorno de aprendizagem. Somente assim poderemos garantir que essas crianças e adultos possam desenvolver todo o seu potencial e serem protagonistas de suas próprias vidas. O Transtornos de aprendizagem abrange uma ampla variedade de problemas de aprendizagem. Referem-se a dificuldades e não se relacionam a falta de inteligência ou motivação da criança. A diferença está na maneira como seus cérebros recebem e processam informações.

Portanto é fundamental promover políticas públicas e ações para garantir o diagnóstico precoce, chamado à reflexão sobre o papel de cada indivíduo e da sociedade como um todo na promoção de um diagnóstico precoce eficiente e acessível a todos.

Crianças e adultos com transtornos de aprendizagem veem, ouvem e entendem as coisas de maneira diferente. Isso pode causar problemas no aprendizado de novas informações e habilidades e na sua utilização. Os tipos mais comuns de transtornos de aprendizagem envolvem problemas com leitura, escrita, matemática, raciocínio, audição e fala.

Embora toda criança tenha problemas com a lição de casa de tempos em tempos, se uma determinada área da aprendizagem for sempre problemática, isso pode indicar um distúrbio de aprendizagem.

Crianças com dificuldades de aprendizagem podem se desenvolver adequadamente, desde que recebam as intervenções e tratamentos adequados. Ainda que seja difícil para os pais lidar com a possibilidade de seu filho ter um transtorno de aprendizagem, vale lembrar que a maioria das crianças com dificuldades nessa área é tão inteligente quanto as outras.

Os transtornos de aprendizagem não devem ser confundidos com problemas que resultam de deficiências visuais, auditivas, motoras, intelectuais distúrbio emocional ou fatores ambientais, culturais ou econômicos.

Ações para o diagnóstico precoce

O mais importante é que o diagnóstico seja precoce, para que a criança possa receber as intervenções adequadas. Isso porque, precisam ser ensinadas de maneira adaptada. Ao saber mais sobre os diferentes transtornos de aprendizagem, pais, escola e profissionais podem ajudar as crianças a encontrar formas de aprender que consideram as suas dificuldades.

As dificuldades de leitura, escrita e / ou matemática aparecem na escola, por isso os transtornos de aprendizagem são frequentemente diagnosticados durante o período escolar. No entanto, algumas pessoas não recebem uma

avaliação até se tornarem adultos, o que pode trazer prejuízos em sua vida acadêmica e profissional.

Os transtornos de aprendizagem não podem ser curados, mas com apoio e intervenção adequados, as crianças podem aprender e se desenvolver de forma satisfatória.

É importante ressaltar que não estão incluídas no grupo dos disléxicos as crianças com instrução escolar inadequada ou com faltas excessivas na escola, assim como aquelas com problemas neurológicos (encefalopatias), emocionais e psiquiátricos, os transtornos do humor ou de personalidade e crianças com distúrbios sensoriais (cegueira ou surdez).

A manifestação do problema fica evidente na fase escolar, durante a alfabetização, mas alguns sinais precoces já podem aparecer na pré-escola. Possíveis indicadores de dificuldades mais amplas de linguagem são, por exemplo, atraso na fala, vocabulário e discurso pobre, uso inadequado da gramática e problemas no processamento fonológico (manipulação e discriminação dos sons, como, por exemplo, separar sílabas), além de dificuldade em reconhecer letras e/ou palavras aprendidas.

O Transtorno de Aprendizagem da Leitura e Escrita, também conhecido como Dislexia, é um transtorno neurobiológico que afeta a capacidade de aprendizado da leitura e escrita. As pessoas com esse transtorno têm dificuldade em reconhecer e processar os sons das palavras de forma correta, o que resulta em dificuldades de leitura fluente, baixo vocabulário e compreensão limitada de textos.

Uma das principais características da dislexia é a dificuldade na correspondência entre os sons e as letras. Isso significa que, mesmo que a pessoa com dislexia seja capaz de ouvir, falar e compreender a linguagem verbal, ela terá dificuldades em associar os sons da fala às letras correspondentes, o que afeta diretamente a habilidade de leitura. Além disso,

também podem ocorrer dificuldades na escrita e ortografia, uma vez que a correspondência entre sons e letras também é importante neste processo.

É importante destacar que a dislexia não está relacionada à inteligência ou falta de esforço por parte da pessoa. Trata-se de um transtorno específico que está relacionado a diferenças na estrutura e funcionamento do cérebro.

Existem diversos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento da dislexia, entre eles, fatores genéticos, déficits na habilidade fonológica (a capacidade de segmentar e manipular os sons da fala), alterações na estrutura do cérebro e até mesmo fatores ambientais.

O diagnóstico da dislexia é realizado por meio de uma avaliação clínica e neuropsicológica, realizada por profissionais especializados, como psicólogos, neuropsicólogos e fonoaudiólogos. O tratamento da dislexia varia de acordo com cada caso, mas é fundamental que seja multidisciplinar, envolvendo profissionais da área da saúde, educação e psicologia.

A importância de ir além disso, é importante que a família e a escola estejam envolvidas no processo de diagnóstico e tratamento, uma vez que a compreensão e o apoio dos responsáveis e educadores são fundamentais para o sucesso do tratamento e para minimizar o impacto da dislexia na vida da pessoa afetada.

Essas dificuldades podem afetar a capacidade da criança de ler com fluência, compreender o que está lendo, escrever de forma clara e organizada, fazer operações matemáticas básicas e desenvolver habilidades de raciocínio e resolução de problemas.

Existem diferentes transtornos de aprendizagem que podem afetar cada uma dessas áreas. Por exemplo, a dislexia é um transtorno que afeta a leitura, tornando difícil para a criança reconhecer palavras e compreender textos. A discalculia, por outro lado, é um transtorno que afeta a matemática, dificultando a compreensão de conceitos numéricos e a realização de operações matemáticas básicas.

O diagnóstico dos transtornos de aprendizagem envolve uma avaliação cuidadosa das habilidades da criança, como leitura, escrita, matemática, habilidades auditivas e de linguagem. É importante realizar essa avaliação em colaboração com os pais, professores e profissionais de saúde especializados. Uma vez que o transtorno de aprendizagem é diagnosticado, é essencial que a criança receba as intervenções adequadas. Isso pode incluir apoio adicional na sala de aula, terapia individual ou em grupo, estratégias de ensino adaptadas e o uso de tecnologia assistiva. Os pais e professores também desempenham um papel crucial no apoio à criança e na promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante.

É fundamental que os transtornos de aprendizagem sejam compreendidos como condições neurológicas e não como falta de motivação ou inteligência. As crianças com transtornos de aprendizagem podem ter dificuldades em determinadas áreas, mas também têm muitas habilidades e talentos. Com o apoio adequado, elas podem superar essas dificuldades e desenvolver todo o seu potencial acadêmico e pessoal.

O transtorno de aprendizagem da leitura e escrita, também conhecido como dislexia, é uma dificuldade específica de aprendizagem que afeta a habilidade de uma pessoa em ler, escrever e soletrar corretamente. É um transtorno neurobiológico, de origem genética, que pode ocorrer em crianças e adultos, independentemente de seu nível de inteligência ou capacidade intelectual.

Os sintomas da dislexia podem variar de indivíduo para indivíduo, mas geralmente incluem dificuldades em reconhecer e associar os sons às letras, confusão na ordem das letras ou palavras, troca de letras ou sílabas, escrita desorganizada e dificuldade em compreender o sentido do texto. A dislexia pode afetar significativamente a vida escolar e social de uma pessoa. Na escola, a criança com dislexia muitas vezes enfrenta dificuldades nas atividades de leitura e escrita, o que pode levar à baixa autoestima, desmotivação e até evasão escolar. Além disso, a dislexia pode impactar

negativamente a vida adulta, tornando as tarefas do dia a dia, como preencher formulários ou ler instruções, uma tarefa desafiadora.

É importante mencionar que a dislexia não está relacionada a problemas de visão, inteligência ou falta de esforço. Trata-se de uma diferença na forma como o cérebro processa a informação, especialmente relacionada à linguagem e à leitura. Existem várias abordagens e estratégias de intervenção que podem ajudar indivíduos com dislexia a superar suas dificuldades.

O diagnóstico precoce e o suporte adequado são fundamentais para minimizar os impactos da dislexia na vida da pessoa. Professores e profissionais de saúde devem estar cientes dos sinais e sintomas da dislexia e buscar estratégias de ensino que sejam adaptadas às necessidades individuais dos alunos com dislexia. Algumas das estratégias de intervenção utilizadas no tratamento da dislexia incluem a terapia fonológica, que visa desenvolver as habilidades de consciência fonêmica (capacidade de identificar e manipular os sons da fala), o treinamento em estratégias de compensação, como o uso de recursos visuais ou de tecnologia assistiva, e a adaptação das atividades de aprendizagem, como o uso de textos e exercícios adaptados para facilitar a compreensão e a escrita.

No entanto, com suporte adequado, indivíduos com dislexia podem aprender a lidar com suas dificuldades e desenvolver estratégias para compensar seus desafios. A educação inclusiva e adaptada às necessidades individuais é essencial para garantir que todos tenham acesso a uma instrução de qualidade e igualdade de oportunidades.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

0 Transtorno de Aprendizagem da Leitura e Escrita é um desafio significativo que afeta a vida acadêmica e as habilidades de comunicação de crianças e adultos. Este transtorno envolve dificuldades persistentes e específicas na aquisição e no uso da leitura e da escrita, que não podem ser

explicadas por fatores socioeconômicos, falta de oportunidades de aprendizado ou deficiências intelectuais.

A identificação precoce e a intervenção adequada são essenciais para minimizar o impacto negativo dessas dificuldades na educação e na vida profissional dos indivíduos afetados.

Durante muitos anos, o Transtorno de Aprendizagem da Leitura e Escrita foi subestimado e muitas vezes mal diagnosticado. No entanto, com os avanços na pesquisa e na compreensão desse transtorno, tem havido um aumento na conscientização e na importância de avaliações precisas e intervenções eficazes.

É fundamental que pais, educadores e profissionais de saúde estejam cientes dos sinais e sintomas do Transtorno de Aprendizagem da Leitura e Escrita e trabalhem em conjunto para garantir que os indivíduos afetados recebam o apoio necessário. Intervenções específicas, como terapia ocupacional, fonoaudiologia e acompanhamento educacional personalizado, têm se mostrado eficazes para melhorar as habilidades de leitura e escrita e aumentar a autoestima e a confiança dos indivíduos afetados.

Superar o Transtorno de Aprendizagem da Leitura e Escrita pode ser um desafio, mas com o apoio adequado, compreensão e paciência, é possível que essas pessoas desenvolvam as habilidades necessárias para ter sucesso acadêmico e profissional. A educação inclusiva e adaptada às necessidades individuais é essencial para garantir que todos tenham acesso a uma instrução de qualidade e igualdade de oportunidades.

Referências

Barroco, S. M. S. (2007). Psicologia e educação: **da inclusão e exclusão ou da exceção e da regra.** Em M. G. D. Facci & M. E. M. Meira (Org.), *Psicologia*

Histórico-cultural: ***contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*** (pp. 157-184). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Shaywitz, S. E. (2008). Dislexia: Um Livro Sobre Leitura, **Lidando e Superando Problemas na Leitura.**

Lerner, J. W. (2001). Learning Disabilities: **Theories, Diagnosis, and Teaching Strategies.**

Martins, M. C. M. (2002). **Dislexia e Intervenção Psicopedagógica**.

American Psychiatric Association. (2013). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5.**

Lyon, G. R. et al. (2003). Dislexia: diagnóstico e intervenção. Porto Alegre: Artmed

Silva, R. L. C. (2017). Transtornos de aprendizagem: da infância à vida adulta. São Paulo: Editora Memnon.

Oliveira, N. F., Cardoso, M. I. S., & Capelini, C. M. C. (2013). **Avaliação da consciência fonológica em escolares com dislexia de desenvolvimento.** Revista CEFAC, 15(5), 1307-1318.

https://vitaclinica.com.br

https://institutoneurosaber.com.br

https://neuroconecta.com.br

https://brapci.inf.br

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELZA MARIA CARVALHO

Resumo

A Educação Infantil caracterizou-se, historicamente, pelo assistencialismo, reduzindo-se a um espaço essencialmente de cuidados com a criança. Com o passar dos tempos, com algumas mudanças ocorridas nas tendências educacionais, passou a ser considerada e entendida como um processo educativo. Hoje, ao pensar-se em Educação Infantil, não é possível desassociaro cuidar e o educar, eixos que caracterizam e constituem o espaço e o ambienteescolar nesta etapa da educação.

Ao contrário do que muitos ainda pensam o cuidar e o educar não remetem, respectivamente, ao assistencialismo e ao processo de ensino aprendizagem, pois um complementa o outro e ambos precisam está integrados para melhor atender ao desenvolvimento da criança na construção de sua totalidade e autonomia.

Portanto, neste artigo faz-se uma reflexão sobre o que consiste o cuidar e o educar, bem como, discute-se as bases do significado de cuidar e educar, ressaltando seu caráter de unicidade, ao invés de dupla tarefa.

Palavras-chave: DESENVOLVIMENTO INFANTIL, EDUCAR E CUIDAR.

Abstract

Childhood education has historically been charac- terized by welfare, reducing itself to a space essentially of caring for the child. Over time, with some changes in educational trends, it has come to be considered and understood as an educational process. Today, when thinking about Early Childhood Education, it is not possible to disassociate care and education, the axes that characterize and constitute the space and the school environment at this stage of education. Contrary to what many still think caring and educating do not refer respectively to assistencialism and to the process of teaching learning, since one complements the other and both need are integrated to better attend to the development of the child in the construction of its totality and autonomy .

Therefore, in this article we make a reflection on what care and education consists of, as well as, the bases of the meaning of caring and educating are discussed, emphasizing their character of oneness, instead of double task.

Keywords: CHILD DEVELOPMENT, EDUCATION AND CARE.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança. A década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das instituições infantis para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos

populares dos anos 1970 (WAJSKOP, 1995). A partir desse período, as instituições passaram a serpensadas e reivindicadas como lugar de educação e cuidados coletivos das crianças. A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade civil. A Constituição de 1988 (art. 208, inciso IV), pela primeira vez nahistória do Brasil, definiu como direito das crianças de zero a seis anos de idadee dever do Estado o atendimento à infância. Muitos fatos ocorreram de forma a influenciar essas mudanças: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, o trabalho da mulher, a transformação das funções familiares, as ideias de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento das crianças. Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou, em muitas situações, atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica dotrabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade. Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, às responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante de crianças pequenas. Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Polêmicas sobre cuidar e educar, sobre o papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento, tem se constituído no pano de fundo sobre o qual se constroem as propostas em educação infantil. A educação infantil é um período em que devem ser oferecidas às crianças todas as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento e crescimento. É importante enfatizar que não se constitui num tempo de preparação para a escolaridade futura, assim os sistemas de ensino devem articular seus projetos pedagógicos, bem como a prática docente, de modo à articular o cuidar o educar enquanto passaportes para uma educação infantil voltada para o desenvolvimento integral da criança. O cuidar e o educar refletem seu significado no auxílio à criança a desenvolver sua capacidade de conhecer-se e valorizar-se, compreendendo a importância do "eu" em sua dimensão tanto afetiva quanto biológica, e também compreender e respeitar o diferente, o outro, cultivando valores de solidariedade, cooperação e amizade. Tanto o cuidar quanto o educar transparecem na ação pedagógica quando há conscientização do professor sobre o desenvolvimento da criança de forma integrada, quando valoriza a individualidade, as particularidades, os momentos e espaços característicos da infância. O professor precisa integrar o cuidar e o educar a sua prática, de uma forma criativa e dinâmica, onde todos os espaços e momentos vivenciados na escola favoreçam a construção da aprendizagem e da autonomia num ambiente que, embora real, ofereça oportunidades e possibilidades lúdicas e interativas. Na atualidade, o tema da primeira infância tem recebido destaque em eventos internacionais e nacionais. Objeto de debates e discussões em fóruns mundiais. A primeira infância apresenta-se hoje como um dos principais objetivos de atendimento aos direitos sociais humanos. Nos textos legislativos, a primeira infância é referenciada como um tempo de cuidado e de educação. Isto significa que tal compreensão deve

orientar as práticas da educação infantil,caracterizadas como ações de cuidar e educar de forma integrada da criança pequena. Neste sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento integral da criança só pode se materializar a partir da superação da dicotomia cuidar/educare consequentemente, por meio da integração destes dois processos. Não se concebe mais uma educação que divide o ser humano, privilegiando apenas o aspecto cognitivo em detrimento do afetivo e também do social e do motor. As aprendizagens envolvem, não apenas conhecimentos culturalmente difundidos, mas, sobretudo, a construção da identidade e de atitudes básicas para a socialização dos indivíduos sendo uma aprendizagem fundamental a relação com o outro, os afetos envolvidos, a capacidade expressiva das emoções, entreoutros.

Quando se propõe a trabalhar com crianças bem pequenas, deve-se ter como princípio, conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são, como também, saber um pouco da história de cadauma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanecem na escola. Só assim podem-se compreender quais são as reais possibilidades dessas crianças, lembrando que, para elas, a classe inicial é a porta de entrada para uma vida social mais ampla, longe do ambiente familiar. Antigamente, a escola de educação infantil tinha uma conotação assistencial, onde as crianças ali passavam o dia todo para que seus pais pudessem trabalhar. As monitoras passavam os dias olhando as crianças brincarem e era o professor quem ficava com o desenvolvimento intelectual planejado quando havia. Cuidar e educar são impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem adversidade, o momento e a realidade peculiares à infância. Desta forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Consciência é a ferramenta de sua prática, que embasa teoricamente, inova tanto a ação

quanto à própria teoria. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade. Embora existam situações na qual o modelo antigo ainda ocorra, que em determinados momentos há um responsável para cuidar e outro para educar, atualmente a discussão vai muito além dessa análise simplificada. Cuidar e educar, de acordo com as novas diretrizes, deve caminhar junto. Percebe-se nos dias de hoje e apoiado nos paradigmas emergentes da complexidade (DEMO, 2002; MORIN, 2002) e da visão sistêmica relacionada ao ser vivo (CAPRA, 2001; CAPRA, 2002; MATURANA & VARELA, 2001), o indivíduo como ser global, não fragmentado e não linear, em todos os momentos e em todas as situações, ou seja, cuidar e educar, contemplando de forma democrática todas as diferenças e, ao mesmo tempo, a natureza complexa do indivíduo. Plenamente entendidas e aplicadas, cuidar e educar caminha simultaneamente e de maneira indissociável, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e a autonomia da criança. A ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Essa atitude deve ser contemplada desde o planejamento educacional até a realização das atividades em si. Considerando que a prática de cuidado e educação é essencialmente uma ação que envolve pessoas completas, em suas dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais. Falar de cuidado e educação na Educação Infantil significa tratar de todas as situações presentes neste espaço como possibilidades de desenvolvimento para as crianças. Momentos como banho, sono, alimentação, troca de fraldas representam tempos e espaços privilegiados de contato das crianças com os adultos presentes nas creches e

pré-escolas e também com as outras crianças. Não se trata de atender de forma mecânica às necessidades básicas dos meninos e meninas, cuidando para que fiquem sempre limpos e saciados. Trata-se, sim, de aproveitar cada situação para proporcionar o desenvolvimento integral das crianças. Trata-se de aproveitar cada situação para observar as particularidades de cada criança, oferecendo-lhe, inclusive, momentos de atenção individual, mesmo nas situações coletivas. É fundamental que as práticas de cuidado estejam interligadas às práticas em que se educa em que se proporciona a conquista da linguagem, a exploração do próprio corpo e dos movimentos, o desenvolvimento da autonomia, a percepção do mundo e a atuação sobre ele.

Vejam no trecho a seguir que Bujes, no capítulo intitulado “Escola Infantil: pra que te quero?”, publicado no livro “Educação Infantil: pra que te quero?” (CRAIDY; KAERCHER, 2001) trata da necessidade de que educar e cuidar seja compreendido como processos complementares e indissociáveis no trabalho com as crianças pequenas:

social e do motor. As aprendizagens envolvem, não apenas conhecimentos culturalmente difundidos, mas, sobretudo, a construção da identidade e de atitudes básicas para a socialização dos indivíduos sendo uma aprendizagem fundamental a relação com o outro, os afetos envolvidos, a capacidade expressiva das emoções, entre outros.

> A educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 16)

Os educadores Ana Isabel Lima Ramos e Alberto da Motta Porto Alegre, em um artigo publicado na Revista Pátio Educação Infantil, em 2003, revelam como lidam com a indissociabilidade do cuidado e educação no trabalho que realizamcom bebês que têm em torno de 14 meses de idade.

Observem como eles percebem as dimensões do cuidar e educar nas práticas que desenvolvem com os pequenos.

Quando começamos a trabalhar com bebês, já acreditávamos que tudo o que fazíamos com eles era importante; o cuidar e o educar estavam unidos pelas ações das crianças e dos educadores. Quando trocavam as fraldas, tocavam- se, choravam, brincavam com os pés. Quando se alimentavam, tocavam nos alimentos, juntavam pequenos grãos de arroz com os dedinhos em forma de pinça e observavam o movimento dos líquidos na mamadeira. Saber que essas ações contêm em si mesmas, aspectos do cuidado e da educação é tarefa fundamental dos formadores em educação, dos coordenadores pedagógicos, dos diretores. As escolas de formação de educadores infantis precisam começar a trabalhar com as questões pontuais dessa ideia: o cuidar e o educar são elementos de uma mesma vertente – com a qual compactuamos – de que o trabalho com bebês precisa ser encarado como ação efetiva de intervenção pedagógica impregnada de conhecimentos básicos que permitam ao educador estabelecer junto às crianças práticas educativas que colaborem com seu pleno desenvolvimento. (RAMOS; ALEGRE, 2003, p. 29-30.) Estar atentos para oferecer para as crianças pequenas situações que envolvam ações educativas e de cuidados é tarefa do educador. Atualmente, ultrapassando esta visão, pressupõe-se que educar e cuidar são pontos complementares, quando se fala em Educação de crianças em qualquer nível. Embora a ação de cuidar e a ação de educar sejam processos interligados, pois uma completa a outra, se faz necessário à distinção de ambos, para termos uma compreensão coerente em suas semelhanças e diferenças. O educar é proporcionar à criança a oportunidades de desenvolver suas capacidades e habilidades.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil nos diz que: Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social ecultural (1998 p.24).

Educar significa proporcionar à criança momentos, espaços e valores de diversas formas e natureza, através da disciplina, da brincadeira e da troca de opiniões e sentimentos. Oferecer à criança um ambiente acolhedor, onde ela possa ter liberdade de expressão, sendo vista como sujeito possuidor de seus direitos. Oportunizar a esse ser o despertar de suas potencialidades e capacidades, proporcionando uma aprendizagem significativa, interagindo através de comportamento social correto, organizado e baseado na construção do diálogo e na disciplina de seus atos. Cabe ao educador oportunizar um ambiente estimulador associado à realidade do aluno, para que a ação educativadiária seja um constante desafio estimulador. É o educar para a vida e para o exercício da cidadania. Cuidar significa auxiliar a criança em seus primeiros passos. O cuidar não é restrito ao aspecto biológico do corpo, mas é associado também à dimensão afetiva, pois a criança precisa de segurança, apoio, incentivo e envolvimento do professor. É relevante considerar as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem nos fornecer dados significativos sobre a qualidade do que estão recebendo. Cabe ao educador estabelecer um vínculo com quem é cuidado, auxiliando a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma eficaz. Uma vez que a Educação das crianças deve ser estruturada com base paralelamente ao educar e o ensinar, é de suma importância a formação consciente do professor, como agente transformador do futuro dessas crianças. E não se pode esquecer que a educação traz consigo a disciplina, seja na escola, na família e na sociedade. Faz parte do ser humano ser passivo de modificações em seus

comportamentos que elaboram as bases e o desenvolvimento da educação, com organização e respeito. O educador que trabalha com as crianças em idade de frequentar as séries finais da Educação Infantil, deve estar disposto a ir além do que lhe cabe por dever a cada dia, pois a tarefa desempenhada neste processo diário de educação exige um entregar-se maior e mais constante. Desta forma o trabalho do educador deve estar centrado na organização do tempo, na escolha correta dos conteúdos e na disciplina rotineira do ambiente escolar, como hábitos comportamentos saudáveis gerando um convívio harmonioso e, consequentemente, criador de atitudes sérias e produtivas.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Debates apontam às necessidades das instituições de Educação Infantil, de incorporem gradativamente as funções de educar e cuidar, oferecendo às crianças as condições para a aprendizagem que ocorre nas brincadeiras, e também naquelas advindas de situações pedagógicas intencionais, planejadas e aplicadas na escola. Somente a formação consciente, por parte desse educador irá possibilitar o entendimento de que, o ato de educar e o ato de ensinar são polos de formação inseparáveis, que quando forem conduzidos simultaneamente, irão proporcionar às crianças a capacidade de desenvolver sua infância, sem deixar de aprender as atitudes e as tarefas que suas aptidões têm condições de desenvolver. Cabem aos profissionais da Educação Infantil, equilibrar estes dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. Sabe-se que as crianças, por serem pequenas, necessitam de cuidados primários: alimentação, higiene, segurança, etc. Por outro lado, não pode-se esquecer que a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vão levando-a a atribuir significados àquilo que a cerca, e ela passa a participar de experiências culturais próprias de seu grupo social. É neste sentido que deve entender a criança como cidadã dos direitos, um agente ativo e membro

da construção de culturas, ou seja, uma criança a ser ouvida e não apenas aquele ser que escuta, pois ela é alguém que pensa junto sem deixar que os outros pensarem por ela.

O profissional que trabalha com esta criança precisa ter claro, qual o conceito que ele possui sobre a infância, pois este determina a sua prática pedagógica. Ele não deve ser o substituto da mãe, nem apenas o professor, mas deve criar situações desafiadoras, investigando a cultura infantil, para que, junto à criança promova novas aprendizagens, tanto para ele, como para ela. Desta forma, estamos falando de um profissional pesquisador, que reflete sobre a sua prática e questiona suas concepções a todo instante. Nesta proposta, educar e cuidar, não são polos opostos, mas complementares. E assim o educador estará transmitindo exemplos de disciplina, organização e competência aos seus alunos que estão se preparando para maiores desafios.

Portanto, o cuidar e o educar são indissolúveis e devem ser trabalhados juntos, sem esquecer-se de buscar o equilíbrio entre ambos, pois ao mesmo tempo em que sabemos que as crianças precisam de cuidados especiais, devemos também reconhecê-las, como agentes ativos da sociedade onde vivemos e que construiremos. Outra noção importante é a noção de período sensível e refere-se à existência de momentos particularmente propícios para a aquisição de determinadas aprendizagens. Os jogos, as oportunidades de interação com seus colegas de mesma idade, também são meios de favorecer momentos críticos de aprendizagem, neste caso, no campo das relações interpessoais. O trabalho dos professores de Educação Infantil deve andar a luz das pesquisas da Psicologia e da Pedagogia, e é fundamental que os profissionais que atuam nesta área da educação, estejam dispostos a programar suas atividades com uma orientação flexível, que lhes permita adaptar-se às necessidades que cada criança manifesta, quando lhes são dadas estas oportunidade para atuar nesta proposta pedagógica, os professores devem programar as formas de trabalho, organizando as suas ações, partindo do ato de propor aos alunos os valores da confiança, do

respeito e da disciplina, e promover uma participação organizada, pois devem considerar como uma maneira fundamental estes fatos, porque a criança está no mundo desenvolvendo múltiplas linguagens, tal com: corporal, plástica, musical, oral, escrita, faz-de-conta, virtual, etc. Compreendendo que a criança é um ser pleno de potencialidades, cabe ao educador que atua nesta faixa etária da Educação Infantil, estimular suas potencialidades, pois cada criança terá uma maneira própria de compreender e uma maneira específica de pensar.

Uma proposta pedagógica para a educação nesta fase escolar deve levar em conta, o desenvolvimento, os interesses e a realidade a qual a criança está inserida. Sabe-se que o currículo não deve ser pré-determinado e nem rígido, por isso que o mesmo deve ser modificado de acordo com as necessidades dos alunos e seus interesses, mediante as observações do professor. Acredita-se que o educador deve organizar seu planejamento de acordo com um currículo que priorize e valorize o espaço e o tempo disponível dentro da sua realidade pedagógica e atenda as necessidades da turma.

As instituições de educação infantil são equipamentos educacionais e não apenas de assistência. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar. Toda educação visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas de forma constante edialética. As instituições infantis são um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. O importante é que a instituição seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, constituindo-se como sujeito. A todo instante em que se relaciona com outras pessoas, se é educador e educando, pois se ensina e aprende-se trocando experiências e pratica-se o cuidar e o educar nas mais diversas atividades rotineiras. As

crianças pequenasainda estão desvendando o mundo, tudo é novo, deve ser trabalhado e aprendido, não são independentes e autônomas para os próprios cuidados pessoais, precisam ser ajudadas e orientadas a construir hábitos e atitudes corretas, estimuladas na fala e aprimoradas em seu vocabulário.

A parceria com a família e os demais profissionais que se relacionam de forma direta e indireta com a criança é que vai ser o diferencial na formação desse educando. A vida na instituição infantil deve funcionar com base na tríade pais educadores crianças. O bom relacionamento entre esses três personagens é fundamental durante processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a infância. Separar o que é dever dos pais e o que é dever do educador pode significar a perda de certos momentos de formação e aperfeiçoamento do indivíduo que, em alguns casos, poderão jamais ser vivenciados novamente e acarretar danos em sua vida para sempre. O educador não pode trabalhar somente com o intelectual da criança, não são máquinas sem sentimentos. Em todo momento deve sentir e proporcionar às crianças momentos que lhes façam crescer, refletir e tomar decisões direcionadas ao aprendizado com coerência e justiça, o que não é tarefa fácil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características da nova concepção de educação infantil está na integração das funções de cuidar e educar. Porém é importante destacar que a escola deve ser vista não como um local onde a criança possa ser deixada enquanto seus pais trabalham, e sim como um ambiente de socialização e aprendizagem, onde a criança possa estar em constante desenvolvimento de suas capacidades. De acordo com os estudos feitos durante a pesquisa, foi possível perceber uma grande necessidade de que o cuidar e o educar seja trabalhado de forma integrada. Diante disso, faz-se necessária a formação contínua de profissionais que atuam na educação infantil, para que dessa

forma eles possam realmente estar preparados para atender a esta clientela que hojese apresenta de forma bem diversificada.

Conclui-se, portanto, que para uma educação infantil de qualidade, é importante que o cuidar e o educar andem juntos, e que família e escola estejam conscientes de seus papéis. Quanto à educação, esta é ressignificada como pedagogia de caráter moral disciplinador tendo em vista o ingresso das crianças em grupos posteriores na creche e/ou escola. O que significa afirmar que o conteúdo educativo na creche está permanentemente interligado aos gestos de cuidar. Além do mais, quando se cuida sem nenhuma intencionalidade educativa, na verdade está se contribuindo para a permanência da pessoa em determinadaposição na sociedade.

Os resultados apontam, também, para a necessidade premente de se reestruturarem cursos de nível superior específicos para professores desta etapa educativa. As universidades e cursos de formação tradicionalmente atribuem maior importância a conteúdos que formam professoras para atuar nas escolas, ou seja, a referência de ensino tem sido a escolar e esta não tem dado conta da pedagogia da creche que é em essência multireferencial e interdisciplinar. Um componente curricular que me pareceu fundamental ser incorporado aos cursos de formação de professores para atuar nesse segmento é o cuidar-educar na perspectiva da filosofia, pois compreender os fundamentos e a essência dessas duas ações pode significar uma mudança importante na prática da educação infantil. Face ao exposto, os dados sinalizam essencialmente para areformulação das políticas de formação para essa área tanto no que se refere à formação inicial como no tocante à formação continuada, isto porque a formação profissional é um fator não determinante, mas de fundamental importância para a realização de uma educação infantil de qualidade social.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis a educação. Brasília:SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf> Acessoem: 22 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. Brasília DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf > Acesso em 22 de abril de 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art32>Acesso em 23 deagosto de 2007.

BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. (Org.). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis P. da Silva. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Estadodo Rio Grande do Sul, 1998.

DEMO, Pedro. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DIDONET, Vital. Não há educação sem cuidado. Porto Alegre: Artmed. RevistaPátio Educação Infantil. Ano I nº 1, abril/julho 2003, p.6-9.

GARCIA, Regina Leite. Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DPLA, 2001.

KRAMER, Sônia. A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce: São Paulo: Cortes, 1992.

MATURANA, H. & VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. 2. Ed. São Paulo: Palas Athena, 2002.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RAMOS, A. I. L.; ALEGRE, A. M. P. Cuidar e educar no berçário. A superação de um paradoxo na educação infantil. Pátio Educação Infantil, ano I, n. 1, p. 29-31,abr. - jul. 2003.

ROCHA, Eloísa Acires Candau. A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Campinas,1999. 188 p. 17.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. A necessária associação entre educar e cuidar. Porto Alegre: Artmed. Revista Pátio Educação Infantil. Ano I nº 1 abril/ julho, 2003, p. 10-12.

WAJSKOP, G. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo:Moderna, 1995.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

APRENDENDO COM A GEOMETRIA DO COTIDIANO

ELZA MARIA CARVALHO

Resumo

Essa pesquisa busca investigar como o ensino da Geometria pode se constituir num referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático possibilitando de fato a inserção dos alunos como cidadãos, no mundo das relações sociais e da cultura. Aqui se destaca o fato deque a Geometria está presente na vida de todas as pessoas, e a importância de se superar a aprendizagem centrada apenas nos procedimentos mecânicos.

Palavras-chave: Geometria. Cotidiano. Aprendizagem.

Abstract

This research tries to investigate how the Geometry's learning may turn into a reference to build a practice that may assure the acess to mathematics' knownledge as a tool to really socially insert and turn the students into citizens to the world of social and culture. Here it is clear the fact that Geometry is a standard in the life of all people and the matter to overpass just centre-mechanic learning procedures.

Keywords: Geometry. Day by day. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como enfoque apresentar a Geometria como referencial para o pleno desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. Podemos perceber pelahistória da humanidade que a Geometria nasceu de uma ciência empírica, que veio da confrontação do homem com o seu meio ambiente. Pensamos que o caminho da história geométrica da humanidade é o que deve ser percorrido pelos alunos, partindo da observação ativa, manipulando objetos, construindo, desenhando, medindo, comparando, modificando e classificando.

Temos como objetivo, proporcionar através das noções básicas da Geometria, a descoberta de um caminho que conduza ao desenvolvimento integral do aluno,priorizando os aspectos que estão relacionados diretamente com o dia a dia dosalunos.

Queremos salientar que a preocupação do professor de Geometria, não deve ser apenas com a formação dogmática do pensamento geométrico, mas com seus aspectos globais e sua possibilidade de ligar o mundo real ao pensamento abstrato, e assim, fazer o aluno sentir-se capaz de duvidar, discutir e construir seu conhecimento; uma vez que o estudo de Geometria deve apresentar-se como o elo de ligação entre pensamento e realidade.

Desse modo, esse trabalho pretende refletir sobre a influência do estudo da Geometria desde os primeiros anos de alunos eu estão sendo preparados para a vida em sociedade e consequentemente, desenvolver uma cidadania consciente. Não temos a pretensão de oferecer um trabalho inusitado de como ensinar Geometria, apenas expormos aspectos alternativos, onde são utilizados os conhecimentos apresentados pelos alunos e, a partir destes, despertar para outros conceitos de aprendizagem.

Nesse estudo, usa-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica. Foram consultados vários autores, os quais se encontram devidamente relacionados nabibliografia.

O tema foi abordado de forma clara e concisa, buscando levar o leitor a uma

compreensão significativa, compreendendo o ato de ensinar geometria não simplesmente como transmissão de conhecimento, mas sim, como uma operação onde os mais diversos fatores estão envolvidos, acreditando que a experiência do aluno, bem como sua satisfação ao superar um obstáculo são elementos importantes e fundamentais na construção do processo de ensino e aprendizagem.

2 A ORIGEM DA GEOMETRIA

Como a atividade humana hoje está repleta de situações que se servem da Geometria, não é difícil supor que a origem desta está calcada em situações e problemas do dia a dia dos nossos antepassados, muitos dos quais permanecem sendo problemas nossos. Merecem destaque a necessidade de se medir várias coisas, como por exemplo, o tempo; a localização geográfica; a análise da constituição da matéria; o esforço para explorar, dimensionar e representar o ambiente e as tentativas de explicar o universo.

A palavra geometria vem do grego “geo”, que significa Terra, e “metria”, que quer dizer, medida. Isso porque, no início, a Geometria teve muito a ver com a medição de terrenos, mas depois foi sendo empregada em vários aspectos de estudo.

Desde os tempos mais antigos, a Geometria tem desempenhado um papel importante na vida do homem. No Antigo Egito, há mais de 4.500 anos, a geometria já era usada nas situações de medição de terras. As terras às margens do Rio Nilo eram divididas para o cultivo. Todo ano, o rio transbordava, e a cada vez que isso ocorria, elas tinham que ser medidas e desmarcadas novamente. Naquela época, a marcação de um canto reto já era feita usando triângulos.

Heródoto, o "pai da história", é o primeiro a apontar para esta origem da Geometria, localizando no Egito antigo os primeiros momentos dessa, digamos,"Geometria Empírica".

> Disseram-me ainda os sacerdotes que Sesóstris realizou a partilha das terras, concedendo a cada Egípcio uma porção igual, com a condição de lhe ser pago todos os anos certo tributo. Se o rio carregava alguma parte do lote de alguém, o prejudicado ia procurar o rei e expor-lhe o acontecido. O soberano enviava agrimensores ao local para determinar a redução sofrida pelo lote, passando o dono a pagar um tributo proporcional à posição restante. Eis, segundo me parece, a origem da geometria, que teria passado desse país para a Grécia (Heródoto,p. 116).

Devemos aos egípcios, aos babilônios e aos indivíduos de civilizações antiquíssimas, como a sumeriana, uma série de realizações importantes, entre eles, os primeiros trabalhos geométricos.

De acordo com Pavanello (1989), apud PASSOS (2000) afirma que:

> "o que parece mais provável é que tais conhecimentos foram sendo construídos empiricamente, como resposta a necessidades de ordem prática das comunidades que, no Neolítico – Idade da Pedra – deixaram sua vida nômade, passando a se fixar a terra e a cultivá-la". (p. 73).

Com base no Dicionário Enciclopédico (do site somatematica), observamos quea Geometria utilizada era rudimentar e prática. Ela consistia em utilizar-se de conhecimentos sobre o espaço para solucionar problemas práticos, tais como construir moradias, tecer, confeccionar vasos e potes, além de tecidos e cestas. Segundo Boyer (1996), estas formas de construir objetos demonstrava que já seutilizava a congruência e a simetria.

Segundo Boyer (1996), os documentos históricos revelam que os egípcios antigos já calculavam áreas geométricas. Para a comprovação disso ele afirma que há exemplos de triângulos, trapézios retângulos e quadriláteros gerais. De acordo com o mesmo autor, as pessoas calculavam a área de quadriláteros fazendo o produto das medidas aritméticas de seus lados opostos. Baseando em situações geométricas particulares, os indivíduos buscavam soluções gerais que pudessem resolver todos os problemas de origens semelhantes. O procedimento utilizado era o que hoje chamamos de método indutivo.

Para alguns historiadores, essa Geometria era considerada um reflexo das

observações e experiências feitas pelo homem, consistindo na observação do espaço e de formas e realização de medidas. Embora de grande importância e valor, os conhecimentos geométricos não apresentavam consistência científica. Os fundamentos eram de natureza experimental, sem base em princípios matemáticos. Dessa forma a Geometria se apresentava com noções geométricas construídas intuitivamente e desconexas, sem organização lógica. Pela necessidade de calcular áreas, havia uma busca por uma construção de modelos que expressem a necessidade de validar determinadas propriedades. As propriedades geométricas aceitas com base na experiência, de maneira intuitiva, já não eram suficientes para solucionar seus problemas, o que levou o homem a buscar um método que provasse e demonstrasse as propriedades por meio de raciocínios matemáticos lógicos e coerentes.

Para Boyer (1996), os primeiros a utilizarem o método dedutivo, foram os gregos Tales de Mileto e Pitágoras de Samos que deram uma nova forma ou maneira de interpretar a Geometria. De acordo com o mesmo autor, se atribui a Tales os teoremas de que, o diâmetro é a bissetriz de um círculo, em um triângulo isósceles os ângulos da base são iguais, na interceptação de duas retas os ângulos opostos formados são iguais e por fim, dois triângulos são congruentes se dois ângulos e o lado comum aos ângulos de ambos são iguais.

3 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA GEOMETRIA

Capacidades de pensar e raciocinar geometricamente refere-se a habilidades como orientação espacial, coordenação de diferentes ângulos de observação, comunicação, descrição e representação do espaço e a habilidade de reconhecer a utilização da Geometria na solução de problemas matemáticos e da vida diária. Pode-se compreendê-la como sendo a competência de elaborar ideias e raciocínios ligados à relações espaciais. O desenvolvimento do pensamento geométrico está diretamente relacionado ao modo pelo qual se percebe e se interpreta o mundo, a priori pelo seu aspecto físico e não

pelos seus atributos.

> O pensamento geométrico desenvolve-se inicialmente pela visualização: as crianças conhecem o espaço como algo que existe ao redor delas. As figuras geométricas são reconhecidas por suas formas, por sua aparência física, em sua totalidade, e não por suas partes ou propriedades (PCN: Matemática, 1997, p. 127).

A base da construção do pensamento geométrico é a visualização do espaço e de suas formas. Após visualizar o espaço é possível atribuir-lhe características que permitam a criação 20 da imagem mental do mesmo. Por meio dos conceitos, propriedades, intuição, dedução e solução de problemas, faz-se umareflexão sobre as imagens visuais e mentais que dão condições de analisar, compreender, aceitar ou negar as proposições veiculadas. O pensamento geométrico, segundo os PCNs (1997) vai do pensar no que pode ser percebido para o que se pode ser concebido.

O pensamento geométrico tem ligação com o domínio do pensamento lógico matemático e este segundo Gardner (1994) é traço de um confronto com o mundo dos objetos. Considera-se que um dos principais meios para se construiro pensamento geométrico são as atividades geométricas, pois estas estimulam
o raciocínio lógico, o desenvolvimento de estratégias para solucionar problemas e proporcionam contextos que desenvolvem as habilidades citadas inicialmente.

Pensar geometricamente exige “saber fazer”. Isto significa que o aluno deve colocar em prática os seus conhecimentos geométricos para enfrentar diversas situações. Para tanto, este precisa exercitar a atenção, a visualização, a memória e o pensamento. Faz-se necessário propor atividades que valorizem o raciocínio lógico, a interpretação, a criatividade e a imaginação.

Considerando que o conhecimento básico da geometria é fundamental para os indivíduos interagirem em seu meio, e também que esse conhecimento

compreende conceitos de geometria, suas propriedades e relações simples, os quais deveriam ser introduzidos nas séries iniciais, para que na sequência do ensino fundamental os alunos pudessem compreender de forma significativa seus fundamentos, os professores dessas séries precisam conhecer as ideias fundamentais da geometria e as diferentes maneiras de propiciar contextos favoráveis que levem os alunos à sua aprendizagem (Passos, 2000).

A geometria pode ser considerada como uma ferramenta muito importante paraa descrição e inter-relação do homem com o espaço em que vive, já que pode ser considerada como a parte da matemática mais intuitiva, concreta e ligada com a realidade. Conforme Rojas (1991), a intuição geométrica é conceber de um modo claro as relações geométricas, ou seja, visualizar um caminho de solução.A geometria é um dos ramos da matemática que pode estimular o interesse pelo aprendizado dessa ciência, pois pode revelar a realidade que rodeia o aluno, dando oportunidades de desenvolver habilidades criativas. As ideias geométricas das crianças podem ser desenvolvidas a partir de atividades de ordenação, classificação de modelos de figuras planas e de sólidos. Do mesmo modo, quando elas constroem modelos usando varetas, manipulam formas geométricas no computador, fazem dobraduras, ou quando usam espelhos para investigar eixos de simetria, podem constatar importantes propriedades geométricas (Passos, 2000).

4 ABORDAGENS DA GEOMERIA DO NOSSO DIA A DIA

Se você quer ir de um gol a outro, num campo de futebol, é só seguir em linha reta. Sabemos muito bem que se fosse em zigue-zague de uma lateral à outra, você levaria muito mais tempo. Por quê? Porque teria que percorrer uma distância maior. As linhas que não se curvam nem se dobram chamam-se retas, e os matemáticos ensinaram que a reta é o caminho mais curto entre dois pontos. Olhe ao seu redor. Se prestar atenção, vai ver que há retas em todo lugar: nas bordas das páginas de um livro, no formato da caixa de um

CD, e em muitos outros objetos. Se você desenhar uma linha reta com o lápis e marcar nela um ponto. Vai dividir em duas semirretas. Se você unir vários desses segmentos, sem ser em linha reta, vai traçar uma linha poligonal. Portanto, ao percorrer o campo de futebol em zigue-zague, você estará traçando uma linha poligonal.

E o que acontece quando, ao sair correndo com a bola, você vê outros jogadores tentando impedir seu avanço? Você faz um “S”, traça curvas para evitá-los. As curvas são linhas que mudam de direção muito suavemente, sem quinas. Na natureza há muitas linhas curvas. Uma muito bonita é a do arco-íris. São sete arcos, sete linhas curvas, uma de cada cor.

O princípio de algumas curvas se junta com seu fim, ou seja, se fecha, por exemplo, nas rodas das bicicletas. Em outros casos, como no arco-íris, o princípio não se junta ao fim da curva e, então, forma-se uma curva aberta. As linhas curvas fechadas, como as rodas das bicicletas, têm todos os seus a uma mesma distância de um ponto interior, que é o centro, chamam-se circunferências. A distância de qualquer um dos pontos da circunferência até o centro chama-se raio. A maior distância possível dois pontos de uma circunferência chama-se diâmetro, e é igual ao dobro do raio. As circunferências têm uma propriedade muito curiosa: se medirmos o seu comprimento e o dividirmos por seu diâmetro teremos sempre o mesmo número: 3,1416. Esse número se chama PI e é representado pela letra π .

Você já reparou que, dobrando um papel de um jeito especial, consegue fazer facilmente uma figura com duas partes idênticas, como se uma fosse à imagem da outra em um espelho? As figuras formadas por partes idênticas e opostas são simétricas, e a reta que determina essa oposição chama-se eixo de simetria. A nossa volta, existem muitas figuras simétricas. Se você se olhar de frente em um espelho, verá que a imagem da parte direita de seu corpo é simétrica à da parte esquerda. Quer comprovar? É só imaginar uma linha vertical que passe pela sua coluna vertebral. Ela é seu eixo de simetria. Alguns dos animais que você mais gosta, e outros, que é melhor não ter em casa,

também apresentam simetria nocorpo, assim como as pessoas. Por exemplo, um cachorro, um macaco e um tigre podem ser divididos por um eixo de simetria em duas partes idênticas. Determinadas plantas também têm algum tipo de simetria, e outras, não, com galhos distribuídos irregularmente em torno do tronco. Mas repare que geralmente as folhas das árvores são simétricas. Muitos dos objetos que você tem em casa apresentam algum tipo de simetria. Mas muito cuidado, não vá quebrar seus pratos tentando dobrá-los ao meio! Se não der para dobrar você pode desenhar os objetos para ver onde passa o eixo de simetria que os divide em duas partes iguais. Também há objetos que têm dois eixos de simetria. Por exemplo, uma folha de papel: você pode dobrá-la em duas partes iguais, tanto na vertical como na horizontal. Procure descobrir outros objetos com mais de umeixo de simetria.

Também podemos que a Geometria está muito presente nos carros, pois é indispensável para uma melhor dirigibilidade, e principalmente segurança e estabilidade do carro. Existem certos carros em que se olhando eles em movimento percebe-se nitidamente que estão desalinhados, já que a frente e a traseira seguem em linhas diferentes. A geometria do carro é que determina sua aerodinâmica: o quão fácil ou difícil será para o veículo atravessar a barreira doar. A geometria do veículo é importantíssima, porque quanto mais aerodinâmico ele for, menor será o consumo de combustível e o desempenho do mesmo, poissua superfície não terá tanta resistência com o ar.

A agricultura e negócios relacionados, usam a geometria espacial para determinar o volume (capacidade) de silos ou depósitos de armazenamento – para grãos, feno, palha, etc. Quando chega o tempo de colheita, devem conhecer a capacidade de armazenamento de silos e celeiros, além da capacidade de carga de caminhões e vagões dos trens. Quando chega o tempo de semear, o volume ou peso da semente disponível se relaciona com a área a ser semeada.

Frequentemente a indústria de embalagens exigem habilidades relativas à geometria espacial. Esta indústria é uma das indústrias modernas que está

crescendo rapidamente. Praticamente tudo o que usamos nos chega dentro de algum tipo de embalagem. Jogos, aparelhos eletrônicos, produtos de beleza, produtos para o cuidado da saúde, produtos para uma fazenda, pinturas, adesivos, materiais de construção, alimentos e equipamentos esportivos, são apenas alguns exemplos de artigos embalados por este tipo de indústria. Todo artigo em três dimensões, deve ser embalado de forma eficaz e econômica. O material de embalagem, tal como o papelão, custa dinheiro. Perde-se dinheiro, quando se usa mais material de embalagem do que o necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor ao elaborar seu plano de trabalho docente deve lembrar que a matemática tem história, é uma construção humana, é dinâmica, sofre evolução de acordo com as necessidades sociais e que, para estudar e aprender matemática, há necessidade de material concreto e ainda que este seja contextualizado, auxiliando assim ao aluno compreender de forma significativa e prazerosa. As escolas, através dos professores de matemática, devem repensara forma de tratamento dado ao conteúdo Geometria, pois esta pode ser um conteúdo estimulante para que o aluno compreenda outros conteúdos como a álgebra, a trigonometria, etc. A problematização de certos conteúdos aliados à geometria faz com que o aluno possa pensar em deduções, desenhar, experimentar.

A Matemática, em particular a Geometria é uma ferramenta para interpretação da nossa vida. E para se chegar aos resultados esperados de uma aprendizagem satisfatória, é necessário tornar a Matemática uma ciência prática, útil, interessante e principalmente aplicada ao cotidiano. Assim é necessário imaginação e inovação por parte dos educadores para se trabalhar a Matemáticaassociada ao dia a dia do aluno.

Assim, este estudo visa contribuir para um repensar do educador na área da Matemática, que não é possível, e é até mesmo inviável, separar a Geometria

dos outros assuntos da Matemática.

A geometria espacial ajuda a resolver esse tipo de problema.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando José de; JUNIOR, Fernando de Morais. **Projetos e Ambientes Inovadores.** Secretaria de Educação a Distância: Brasília: Ministérioda Educação, Seed, 2000.

ANDRADE, J. A. A. **O ensino da geometria: uma análise das atuais tendências, tomando como referências as publicações nos Anais dos ENEM´S**. Itatiba: USF. (Dissertação de Mestrado), 2004.

BASTOS, Rita. **Geometria no currículo e pensamento matemático**. EducaçãoMatemática, número 52, Março/Abril. 1999.

BOYER, Carl. B. **Historia da Matemática**. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997, 142 p.

D' AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas, Papirus, 1997.

FALZETTA, Ricardo. **A Matemática pulsa no dia a dia**. Nova Escola, São Paulo,março, 2002.

FILHO, Durval Martins Teixeira. **O aprendizado da geometria no ensino médio- origens de dificuldades e propostas alternativas**. Florianópolis: 2002.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GUELLI, Oscar. Geometria dos mosaicos. (Coleção: Vivendo a Matemática), SãoPaulo, Scipione, 2000.

IMENES, Luiz Márcio; JAKUBOVIC, José; LELLIS, Marcelo. **Geometria**. (Coleção: Para que serve a Matemática?), São Paulo, Atual, 1992.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e Realidade**. São Paulo, Cortez, 1987.

_____. **A Geometria na sua vida**. 1.ed. São Paulo, Ática, 2003.

PONTE, João Pedro. **Encontro sobre ensino e aprendizagem da Geometria**. Educação Matemática, número 52, Março/Abril. 1999.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA

ELZA MARIA CARVALHO

Resumo

O presente trabalho discute a importância do ensino de Matemática nos anos iniciais e as contribuições em se trabalhar com o lúdico e materiais concretos para o ensino dessa matéria nessa etapa escolar. Com esse trabalho pretende- se contribuir no debate sobre as metodologias para os anos iniciais em Matemática, para assim ajudar a pensar sobre os déficits na aprendizagem, que trazem prejuízo para toda a vida escolar dos alunos, na disciplina de Matemática e assim tornando uma barreira na vida estudantil dos alunos. O acesso a uma boa alfabetização matemática, desde cedo, traz muitas vantagens para os alunos, para que não se tornem pessoas que afirmam não gostar do componente curricular e que têm certeza de que não consegue resolver nada que tenha número.

Palavras-chave: Alfabetização matemática, ensino, aprendizagem.

Abstract

The present work discusses the importance of the teaching of Mathematics in the initial years and the contributions in working with the playful and concrete materials for the teaching of this subject in this school stage. With this work it is intended to contribute to the debate on the methodologies for the initial years in Mathematics, to help think about the deficits in learning, which bring harm to the entire school life of students, in the discipline of Mathematics and

thus making a barrier in the student life of students. Access to good mathematical literacy, from an early age, brings many advantages to students, so that they do not become people who claim not to like the curricular component and who are sure that they can not solve anything that has a number.

Keywords: Mathematical literacy, teaching, learning.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica da alfabetização matemática deve consistir na aplicação dos princípios matemáticos para que os alunos tenham contato e acesso às informações matemáticas desde seus primeiros anos de escola. Esses princípios devem ser direcionados para além das operações matemáticas.

A alfabetização busca seguir as orientações da BNCC e levar em conta o dia a dia das crianças, explorando a aprendizagem por meio de brincadeiras e situações cotidianas.

Também é necessário que essa alfabetização consista na apresentação dos conteúdos numéricos de maneira mais próxima da realidade de cada um, para que não se criem barreiras desde cedo.

Da mesma forma que chamamos o “ler e escrever” de alfabetização, a alfabetização matemática é o que permite alunos a lerem e escreverem através da linguagem matemática. Assim, eles aprendem a interpretar, compreender, analisar e utilizar ideias matemáticas, símbolos e sinais.

O acesso a uma boa alfabetização matemática, desde cedo, traz muitas vantagens para os alunos, para que não se tornem pessoas que afirmam não gostar do componente curricular e que têm certeza de que não consegue resolver nada que tenha número.

Essa aversão em relação aos números ou exercícios de lógica pode ser resultado da falta de uma alfabetização matemática voltada para a aprendizagem lúdica nos primeiros anos de ensino. Primeiro, porque desde os anos iniciais, crianças e jovens ouvem que a matemática é uma disciplina difícil, sendo que ela é tão desafiadora quanto qualquer outra. E, segundo, porque toda a lógica matemática está presente em nossas vidas desde que nascemos. Antes mesmo de frequentar aulas, as crianças lidam com quantidade, classificação, ordem, tamanho e muitos outros temas relacionados ao conhecimento matemático.

Entretanto, sem a alfabetização matemática, o aluno pode ter dificuldades de aplicar o componente curricular à sua realidade, o que acaba atrapalhando e criando gatilhos inibidores da aprendizagem conforme eles não conseguem resolver e compreender o motivo dos exercícios e a aplicação dos conceitos em situações do cotidiano. Os anos iniciais da escolaridade tem grande importância para a vida do educando, pois formam uma base para as demais séries, principalmente quanto aos conceitos e relações em Matemática, que serão utilizadas posteriormente, ao longo de sua vida escolar.

Quando uma criança chega à escola, deve-se respeitar o desenvolvimento dela, visto que ela traz consigo toda uma vivência, desenvolvida através de suas experiências do dia-dia, muitas destas vem de brincadeiras e do envolvimento com o meio que vive. Segundo Nascimento (2007):

> Considerar a infância na escola é grande desafio para o ensino fundamental, pressupõe considerar o universo lúdico, os jogos e as brincadeiras como prioridade, definir caminhos pedagógicos nos tempos e espaços da sala de aula que favoreçam o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos que ali estão, em que as crianças possam recriar as relações da sociedade na qual estão inseridas, possam expressar suas emoções e formas de ver e de significar o mundo, espaços e tempos que favoreçam a construção da autonomia. (NASCIMENTO, 2007, p.30).

A Matemática nos anos iniciais é de suma importância para os alunos, pois ela desenvolve o pensamento lógico e é essencial para construção de conhecimentos em outras áreas, além de servir como base para as séries

posteriores. Essa importância também é destacada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

É importante, que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares. (BRASIL, 1997, p.29).

2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS

Definimos Alfabetização Matemática como o ato de aprender a ler e a escrever a linguagem Matemática, isto é, compreender e interpretar os sinais, signos e símbolos que representam as ideias básicas para o domínio da disciplina, bem como se expressar por meio das mesmas.

Entendemos que o processo de alfabetização em Matemática é tarefa das series iniciais quando o aluno tem seus primeiros contatos com a Matemática escolarizada e deve ser um processo intrínseco a alfabetização na língua ordinária, afinal, tanto uma, quanto a outra são ferramentas fundamentais para a compreensão da realidade. A partir destas considerações defendemos um processo de alfabetização em Matemática pautado na contextualização, historicização e enredamento.

Trata-se de dar sentido à aprendizagem situando o conhecimento matemático no contexto de sua aplicação, no contexto histórico de sua construção e de envolver o aluno na (re) construção do conhecimento. Para tanto, destacamos a possibilidade concretização de tal processo através de recursos como jogos e brincadeiras, historia da Matemática, resolução de problemas, produção de textos, entre outros.

Em grande parte das instituições de ensino básico, os primeiros anos são focados no desenvolvimento da leitura e da escrita. Apesar de esses tópicos serem essenciais para o início da vida acadêmica das crianças, acredita-se que outras questões precisam ser reforçadas, como a alfabetização matemática, também conhecida como letramento matemático.

Em um mundo em que a tecnologia e análise de dados vêm se sobressaindo, o entendimento matemático e toda sua linguagem tornam-se muito relevantes. E nada melhor do que aplicar esses conhecimentos e familiarizar os alunos com a linguagem matemática.

Além disso, a alfabetização matemática é uma das estratégias para diminuir o preconceito criado com números, que muitos alunos de classes mais avançadas possuem.

No entanto, se reconhecemos que alfabetizar em Matemática implica em trabalhar com a compreensão, interpretação de suas ideias básicas, bem como, com a expressão e comunicação dessas ideias através de sua linguagem específica, o ensino e a aprendizagem dos temas em questão tem um papel fundamental na consolidação desse processo. Assim como os números, a Geometria é parte integrante de nossa vida, portanto, é indispensável que o aluno desenvolva o pensamento geométrico a fim de compreender e representar de forma organizada a realidade em que está inserido.

> Desde que nasce, a criança está em contato com o mundo. Através da visão, da audição, do tato, de seus movimentos ela vai explorar e interpretar o ambiente que a rodeia, antes mesmo de dominar as palavras, conhecer o espaço e as formas nele presentes. (TOLEDO, 1997, p.221).

Diante disso, fica clara a necessidade de uma revisão na concepção de

Matemática que norteia o ensino a se iniciar na formação dos professores. Ao receber uma boa orientação pedagógica o educador esclarece suas concepções e orienta seu trabalho para que os alunos reconheçam a Matemática como parte de sua vida e acessível a qualquer pessoa que se disponha a compreendê-la.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais, a Matemática é de grande importância para os alunos, além de servir como suporte para as demais séries, ela desenvolve nos alunos o pensamento lógico, o olhar crítico sobre os conceitos construídos, além de envolver o que é aprendido com o dia-dia. A construção da Matemática nos anos iniciais, não deve ser feito da forma mecânica, pois desta forma pode ocorrer desinteresse por parte dos alunos, assim construí-la com a com a interação dos mesmos, pode tornar a aprendizagem mais propicia.

O lúdico deve ser valorizado no ensino de Matemática, visto que atividades desta natureza ajudam no desenvolvimento da criança, pois elas interagem, trocam experiências e criam suas aprendizagens através destas trocas. Os jogos, podem ser utilizados em sala de aula para desenvolver o conhecimento matemático e também a linguagem, pois o aluno em algumas situações deve se estabelecer criticamente sobre o momento.

Desta forma, é notório que a utilização dessas metodologias ajudam no ensino de Matemática, e nos anos iniciais é fundamental que possamos trabalhar com esses tipos de metodologias, para que os alunos tenham a manipulação doa materiais. O uso dessas metodologias no ensino de Matemática, ajuda no interesse e entusiasmo dos alunos em aprender a disciplina. Mas é imprescindível que seu uso não seja feito de forma obrigatória, pois ele deve servir para o aluno apreender os conteúdos de maneira alegre e prazerosa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

BARRETO, M.G.B. (2011). A formação continuada de matemática dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental e seu impacto na prática de sala de aula. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirante de São Paulo.

BORCHARDT. T.T. (2015). A Sociedade Educativa e a Subjetivação de Professores que Ensinam Matemática nos Anos Iniciais da Educação Básica. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática). FaE/UFPel.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Apresentação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2014.

DANYLUK, Ocsana. Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna. São Paulo: Cortez, 1990.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica- Ensino Fundamental de Nove Anos. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2.ed. Brasília – 2007. Leograf – Gráfica e Editora ltda.

TOLEDO, M. Didática da Matemática: como dois e dois: a construção da Matemática. São Paulo: FTD, 1997.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA POSITIVA PARA A SAÚDE MENTAL

SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS

Resumo

Estamos vivendo tempos de grandes mudanças, mas mesmo com tantodesafios que a humanidade vem vivendo, crise na economia, desemprego, saúde e tantos outros desafios existentes, o ser humano tem uma capacidadeincrivel de resiliência de forma natural, onde a auto- realização e felicidade autêntica são o que muitas pessoas estão buscando. O que infelizmente acontece é que nem todos conseguem chegar a essa idealização, talvez o motivo dessa realidade não seja somente a falta de oportunidades, mas porque muitas pessoas estão vivendo uma vida frenética no automático e não tenha tempo para decobrir o grande potencial que elas possuem, ou que ao menos possam ser despertados!

Palavras-chave: Controle Emocional ,Felicidade,Psicologia Positiva

Abstract

We are living in times of great changes, but even with so many challenges that humanity has been experiencing, crisis in the economy, unemployment, health and many other existing challenges, the human being has an incredible capacity for resilience in a natural way, where self-realization and authentic happiness are what many people are looking for. What unfortunately happens is that not everyone manages to reach this idealization, perhaps the reason for

this reality is not only the lack of opportunities, but because many people are living a frantic life on automatic and do not have time to discover the great potential that they have , or that at least they can be awakened!
Keywords: Emotional Control, Happiness, Positive Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A contribuição da Psicologia Positiva para o protagonismo de uma vida feliz justamente por que vivi alguns anos de minha vida adulta, não tendo o equilibrio das emoções e, não saber administra-las ou como usa-las fez com que não soubesse administrar meus relacionamentos e muito menos lidar com problemas e desafios, a falta desse conhecimento me fez analisar uma vida negativa a ponto de refletir ao me deparar com estudos da Psicologia Positiva notei que, e isso trouxe grandes beneficios e despertou em mim habilidades e conhecimentos os quais me fizeram tomar o papel de protagonista principal de minha vida, desenvolvendo emoções positivas, com o desejo de retribuir e fazer com que mais pessoas tenham acesso a essa realidade, para que também possam se tornar protagonistas e agentes de transformações de suas próprias vidas.

Mesmo diante de tantos desafios e conflitos todas as pessoas tem o direito de descobriram o potencial que existe dentro delas, onde o florescimento de suas vidas, porque acredito que as respostas estão dentro de cada um, só estão adormecidas. Seus pontos fortes para que elas consigam realizar seus sonhos e projetos e tenham satisfação plena.

A Psicologia Positiva nos leva ao pensamento crítico e ter esse tipo de pensamento faz com que a pessoa desperte da alienação, que paralisa a ação, porque faz com que a pessoa viva em um cenário pessimista irracional, o pensamento crítico fará despertar estimulos , planejamento e a ação que significa; um mundo de rápidas mudanças e sobrecarga de informações é muito usado no meio corporativo.

Existem sentimentos e desejos de mudanças de vida, de emprego, de casa,

mudar a forma física, visual e inclusive nossas emoções,nem sempre nos impulsiona ao fazer, ao agir e ficamos na inércia, gastando toda nossa energia com outras coisas e claro o resultado disso é que ficaremos sem energia para produzir o que é importante.

O movimento da Psicologia Positiva vem se dedicando a estudar os fenômenos emocionais positivos. De acordo com Silva (2006), a psicologia positiva está associada ao bem-estar e à qualidade de vida de indivíduos doentes e não doentes, bem como, dos que exercem o cuidado, o bem-estar subjetivo é um termo científico que sugere o que as pessoas pensam e sentem sobre elas mesmas, esse conceito, segundo Seligman (2011), geralmente é descrito como felicidade.

A felicidade é definida como um estado emocional positivo, subjetivamente definido por uma pessoa. (SNYDER; LOPEZ, 2009). Por ser um sentimento subjetivo, a felicidade é muito difícil de ser definida, como indicam Pureza et. al. (2012), porém, foi considerada como um componente humano importante, fator determinante para que em uma emenda em 2010, baseada no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, propusesse a inclusão do direito à busca da felicidade por cada indivíduo.

O perfeccionismo e a impulsividade caminham de mãos dadas isso quando vemos que é constante a cobrança de que as coisas saiam exatamente como idealizamos, torna-se destrutiva e tóxica é essa mistura, porque nos leva a serem escravos de uma idealização levada com impulsividade que leva à empolgação, ambas governadas pelas emoções do momento, distanciando da auto realização e do bem-estar ou seja a felicidade,nessa realidade, provavelmente esteja pensando que não existe caminho para a felicidade.

Para Martin Seligman existem sim formas de se conquistar maior satisfação e plenitude, o psicólogo desenvolveu o modelo PERMA, que baseia e explica sua Teoria da Felicidade, por sua vez, é formado por cinco elementos centrais, que são respectivamente, o elemento das realizações tem ligação com a conquista e metas ,cada realização gera alegria e motivação para as próximas, ser capaz de conquistar o que busca — e reconhecer isso é um fatorpositivo para continuar

alcançado o sucesso.

> “A felicidade, no seu sentido mais profundo, uma questão deescolhas. Essa escolha será baseada nos significados subjetivos e nas crenças pessoais que cada pessoa desenvolve ao logo da vida emrelação ao que é ser feliz. Isso exige um autoconhecimento profundo.A felicidade não é apenas esta sorrindo o tempo todo, mas sim descobrir a sua própria essência, seu eu autêntico, e o que fazsentido em sua vida...” **(**OAMIS, 2018, p. 14).

Então podemos dizer que a felicidade é uma questão de escolha e que não podemos confundir felicidade com euforia, que é uma sensação de alegria extrema, mas que tem um efeito rápido e temporário, a qual dura muito pouco, nesse sentido é um processo ativo, diariamente com um conjunto de emoções positivas, mas sim um estado psicológico muito mais amplo, que engloba diversos fatores incluindo um lado cognitivo, que diz respeito à própria avaliação que a pessoa faz de sua satisfação.

Toda conquista humana está vulneravél a adaptação hedônica, ou seja, pensamos em tudo que no futuro nos trará felicidade e, ao chegarmos lá, passados alguns dias ou meses estraremos sentindo tédio novamente e buscaremos algo diferente, o que faz a vida valer a pena, é se tornar protagonista de suas escolhas, suas atitudes, sua forma de pensar e de interpretar as emoções, suas relações com o mundo. Nesse sentido a Psicologia Positiva contribui a um nivél de conhecimento e amadurecimento das emoções.

Como estudo científico focado no que faz a vida valer a pena,um chamado para a ciência interessada em construir as melhores coisas da vida quanto em consertar o pior, importante ressaltar que a Psicologia Positiva não é autoajuda, nem lei da atração ou pensar positivas, muito menos de repressão às emoções negativas, mas uma ciência que colabora para que vejamos e interpretemos o mundo com outra pespectiva, nos ajudando na questão da escolha que fazemos diariamente e na forma como escolhemos interpretar o mundo.

Segundo Martin Seligman foi presidente da Associação Americana de Psicologia; depois de ter dedicado anos de sua carreira ao estudo das desordens mentais, com foco nos estados mentais e na depressão, a felicidade era algo essencial e, como tal deveria ser cultivada todos os dias por

meio das forças e virtudes e de ideias e atitudes, gentileza e bom-humor. Para ele a psicologia deveria possibilitar muito mais do que somente reparar o que está errado, devendo identificar e nutrir o que existe de melhor nos indivíduos, para que o reconhecimento das virtudes humanas possa contribuir para a prevenção das patologias e dos danos‖.

> "Em nenhum lugar esta definição implica onde a psicologia deva ignorar ou descartar os problemas reais que as pessoas experimentam. Em nenhum lugar implica que o resto da psicologia precisa ser descartado ou substituído. O valor da psicologia positivaé complementar e estender a psicologia centrada no problema que tem sido dominante por muitas décadas.

Psicologia positiva é psicologia – psicologia é ciência – e a ciência exige a verificação de teorias contra evidências. Consequentemente, a psicologia positiva não deve ser confundida com autoajuda não testada, afirmação sem pé, ou religião secular – não importa quão boas estas possam nos fazer sentir. A psicologia positiva não é uma versão reciclada do poder do pensamento positivo" (BLOG VITTUDE,2018).

Com essa afirmação podemos concluir que a Psicologia Positiva é uma ciência séria e estuda como o pensamento e as emoções positivas, convida os psiquiatras a estudar o lado positivo do ser humano, complementando os estudos sobre as patologias e os problemas, abrangendo desde as suas virtudes até as suas fraquezas que podem interferir nos resultados pessoais, ela ajuda no desenvolvimento da inteligência emocional levando a pessoa ao protagonismo de uma vida, ela busca algo diferente que a psicologia tradicional.

Um dos aspectos que torna a Psicologia Positiva revolucionária é o fato de ela defender e comprovar a ideia de que as nossas emoções influenciam a nossas tarefas cotidianas, no nosso crescimento pessoal, profissional e em nossos relacionamentos.

> "... os seres humanos são frequentemente – talves mais que frequentemente - movidos pelo futuro em vez de conduzidos pelo passado, e por isso a ciência que avalia e produz expectativas, planejamentos e escolhas conscientes será mais potente que a ciência dos hábitos, das motivações e circunstâncias. O fato de sermos movidos pelo futuro em vez de apenas conduzidos pelo passado é extremamente importante e diretamente contrário à herança da ciência social e à história da psicologia. É, no entanto, uma premissa básica e implícita da psicologia positiva." (Seligman, 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego à conclusão que a Psicologia Positiva nos leva a um nível de inteligência emocional, mas que é um processo de despertar, aceitar, apreciar as emoções, forças e habilidades, para fazermos as melhores escolhas em nossa vida.

Tais características foram denominadas FORÇAS PESSOAIS, essas forças se manifestam de maneira gradual para cada indivíduo, colaborando para que nossas ações possam impactar de forma positiva e assertiva as nossas decisões seremos capazes de olhar para as pessoas com personalidades diferentes da nossa e aprender novas estratégias, a forma como nos relacionamos com o mundo a nossa volta, ou seja, as nossas relações interpessoais, tudo isso porque seremos capazes de compreendermos que nossas emoções não definem quem somos.

É claro que todos têm traços dominantes de nossa personalidade, mas todas as emoções são passageiras, oscila ao longo da vida e graças a isso é possivel desenvolver novas capacidades e habilidades e melhorar com o passar dos anos.

Vale lembrar que as emoções não existem apenas para que sejam sentidas, mas também para que sejam interpretadas, mas também não é algo difícil, pequenas ações do dia a dia, pautadas em muitas reflexões, nas nossas forças que nos permitem lidar com nossos sentimentos de maneira mais saudável e positiva, isso é essencial a nossa vida, essencial para que nos tornemos protagonistas de uma história feliz.

Por fim o objetivo desse material é destacar a importância da Psicologia Positiva, das habilidades e instrumentos que ela traz e oferece para despertar a consciência de um estado de sofrimento para um estado de potências positivas que já trazemos dentro de nós, mas que por algum motivo não percebemos ainda.

BIBLIOGRAFIA

BLOG FIA. **Psicologia Positiva: o que é, importância e como aplicar?** 13

Abr 2020 Disponível em: https://fia.com.br/blog/psicologia-positiva/. Acesso em 20/11/.2023

BLOG VITTUDE. Psicologia Positiva: **o que é e porque importa?** 03 Out de 2018. Disponível em: https:www.vittude.com/blog/psicologia-positiva-o-que-e-e-porque-importa/.
Acesso em 27/11/2023

MARTIN, Seligman. **Florescer: uma nova compreensção sobre a natureza da felicidade e do bem estar.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SELIGMAN, M. E. P. Florescer: **Uma nova compreensão sobre a natureza dafelicidade e do bem-esta**r. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. **Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho.** Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia Positiva**: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A INCLUSÂO DE AUTISTAS NAS SÉRIES INICIAIS

SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS

RESUMO

O artigo aborda o autismo caracteriza-se como o fechamento da criança em si, as crianças que têm este transtorno, normalmente apresentam dificuldades na lógica mostraremos que o brincar estimula um desenvolvimento de habilidades tanto cognitivo como social, de modo que esta atividade pode oferecer várias experiências novas, o que resulta na formação e consolidação de importantes circuitos neurais, conectando áreas importantes do cérebro relacionadas a distintas competências ou conjuntos de habilidades

Palavras-chave: Autismo, Brincar, Inclusão, Habilidades

ABSTRACT:

The article addresses autism is characterized as the closure of the child itself, children who have this disorder usually have difficulties in logic. We will show that playing stimulates both cognitive and social skills development, so that this activity can offer several new experiences, resulting in the formation and consolidation of important neural circuits, connecting important areas of the brain related to different competencies or skill sets

Keywords: Autism, Play, Inclusion, Skills

1 INTRODUÇÃO

O comportamento dos alunos pensando em algumas alternativas mais adequadas que o professor pode desenvolver na sua prática pedagógica, focando na utilização de tecnologias assistivas que é de extrema relevância, ao levarmos em consideração os desafios encontrados em sala de aula com a inclusão dos alunos com necessidades especiais. será que os professores

estão preparados para trabalhar com este aluno, o que é autismo, como podemos desenvolver atividades que auxiliará este aluno no seu processo de ensino aprendizagem, onde estudos realizados sobre o autismo acumulou-se conhecimentos teóricos e práticos sobre esta síndrome que permite um novo olhar sobre ela.

As causas da não aprendizagem têm despontado na lista dos principais problemas enfrentados, um número significativo de crianças Especiais, são identificadas ainda na educação infantil, e se não houver uma intervenção eficaz, essas dificuldades se estenderão para o ensino fundamental e, possivelmente, por toda vida estudantil da criança. assim, objetiva analisar de que forma as dificuldades de aprendizagem que surgem na educação infantil podem contribuir para a construção do fracasso na vida escolar da criança, caso não haja uma intervenção eficiente

É provável encontrar um número considerável de pesquisadores que dedicaram seus estudos à reflexão da importância do lúdico (brincadeiras e jogos) para o desenvolvimento da criança conscientes disso iniciaram por fundamentar as ideias nos estudos de Vygotsky (1930/1987), e seus seguidores, para compor o texto a seguir devido sua inegável contribuição para o tema que queremos desenvolver.

Para Vygotsky (1930/1987) o homem não tem uma relação direta com o mundo, mas, sim, uma relação mediada com ele sendo assim, pode-se

compreender a capacidade da mediação como um instrumento que permite maior entendimento das transformações de ações empregadas, tanto em nível interpsicológico como intermental internalizado, Vygotsky (1930/1987).

Neste contexto (ROLIM et al., 2008) nos esclarece que cada brinquedo orienta a criança em seu procedimento, ditando o que ela deve fazer, e cita Vygotsky:

> "é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não pelo dos incentivos fornecidos pelos objetos externos." (VYGOTSKY, 1998, p. 126).

Partindo desta realidade, entende-se que todos os alunos são diferentes, tanto em capacidades, quanto em motivações, interesses, ritmos evolutivos e estilos de aprendizagem; e todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas, contextuais e relativas, por isso é necessário intervir no processo mediante a emergência da educação na atualidade, o estudo foi realizado como meio de constatar se a mesma pode direcionar de forma eficaz a aprendizagem infantil, tendo também em vista a necessidade de refletir sobre a urgência de disseminar suas potencialidades, fundamentando a pesquisa educacional baseada em metodologia científica, a escola precisa pensar em diferentes estratégias articuladas ao mundo particular da criança (a família), que venham a sanar estas dificuldades, esta ordem de procedimentos não seja respeitada com

rigor, uma simples dificuldade, às vezes transitória, pode transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades lúdicas constitui uma das opções mais relevantes para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança, visa considerar as múltiplas diversidades e possibilidades que as brincadeiras e os jogos oferecem às crianças quanto ao seu desenvolvimento de linguagem e a reconstituição da atividade adulta e imitação, ambas calcadas na realidade de forma que auxilia a criança a dominar a realidade e mediação pela linguagem, aprendizagem de regras, desenvolvimento do autocontrole e criação de interações voluntárias.

A formação de planos e motivações volitivas (traços essenciais para o desenvolvimento da consciência e das formas superiores de pensamento), desenvolvimento da autonomia, do raciocínio e da capacidade de fazer inferências e observações, gerando a construção do próprio conhecimento, motivação e prazer a Psicologia e da Pedagogia, as evidências neurocientíficas comprovam o aumento das conexões entre as células cerebrais.

Um ambiente saudável torna-se compatível com a realidade da criança, tornando a aquisição das informações, em sua forma lúdica, mais permanente e a aprendizagem mais célere quando a criança brincar, o papel

da escola, torna-se, portanto, indispensável entender o brincar na escola, com todas suas atividades lúdicas, como um mecanismo técnico, pedagógico e profissional de se alcançar as mais importantes condições da evolução e integração do educando ,o respeito as regras, organização com o material, o meio onde ela está inserida e o educador por fim, para os professores e educadores, as mediações, com o emprego dos estudos da Psicologia, da Educação

REFERÊNCIAS

ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2,p.176-180,jul/dez.2008.Disponível em: http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20_vygotsky.pdf (acesso 30/05/21)

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. (1930). São Paulo: Martins Fontes, 2002. In

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente, 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

ARTETERAPIA E SUAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

SUMAIA CÓSME DA FONSECA REIS

Eixo: Educação, Saúde

RESUMO

Considerando a importância da arteterapia e a música como parte da cultura popular e, portanto, como conhecimento a ser trabalhado no contexto e conceituaros meios de amplificar o cinema, arte e musicalização, a inserção do lúdico na educação vai além de implantar e estabelecer currículos ou aplicá-los para os alunossem nenhum recurso que desperte sua atenção, isso implica numa renovação da formação continuada do professor.

PALAVRAS-CHAVE: Musicalidade, Arte, Educação, Desenvolvimento

ABSTRACT:

Considering the importance of art therapy and music as part of popular culture and, therefore, as knowledge to be worked on in the context and

conceptualizing the means to amplify this musicalization, and Art Therapy and the insertion of the ludic in education goes beyond implementing and establishing curricula. or apply them to students without any resource that arouses their attention, this implies a renewal of the teacher's continuing education.

KEYWORDS: Musicality, Art, Education, Development

INTRODUÇÃO

A musicalização e os recursos áudio visuais nesta etapa da vida pode beneficiaro desenvolvimento integral das crianças, não só apenas como mais uma linguagem, mas como elemento socializador e ampliador de seus conhecimentos, além do melhoramento das funções motoras, psicológicas a música tem o poder do relaxamento e concentração, levando-os também a refletirem sobre sua convivência escolar e social.

O ensino de Artes (música, dança, teatro, pintura, etc.) engloba o cinema e a musicalização como uma matéria importante e complementar para a formação de um cidadão e apresentar-se dentro do currículo escolar ou mesmo como forma interdisciplinar, haverá uma ascensão favorável de aprendizado, levando em conta os aspectos psicológicos e físicos dos alunos, no ambiente escolar que os alunos passam uma boa parte do seu tempo e é principalmente nas séries iniciais que há aquisição de conhecimentos escolares com um importante estímulo para formar uma base mais sólida e completa, já que, cada aluno possui seu ritmo próprio e que os professores muito contribuem para essa formação assim como todo o ambiente escolar

Segundo Vygotsky (2003) nos mostra que o ambiente externo interage diretamente no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, dessa maneira acredita-se que o contato das mesmas com a cultura que a rodeia seja um elemento fundamental para o seu crescimento saudável, o objetivo geral é compreender a importância da música na infância e verificar as contribuições que o ensino da mesma,e como essa musicalização interfere no desenvolvimento da criança. Diante deste, buscou-se: apresentar a teoria e a prática da musicalização no ensino aprendizagem; discutir sobre como a música pode contribuir para o desenvolvimento da criança; verificar como esta pode promover a sociabilidade e a expressividade do aluno e promover reflexões sobre a música nas escolas e sociedade.

A arterapia, onde a música está inserida não tem um papel de grande destaque no currículo escolar, uma vez que as disciplinas seguem uma regra hierárquica, onde as que são tidas como as mais importantes para o desenvolvimento escolar do alunotem um enorme destaque e são tidas como as demais necessidades para a vida escolar e social do aluno, enquanto as demais disciplinas que estão presentes no currículo são levadas em “banho-maria” nas salas de aula.

As atividades artísticas dentro da escola apenas quando o professor ou a instituição tem atividades específicas ou projetos, apresentações, amostras, recitais,encontros, onde para as escolas ainda é mais , que o aluno venha a ler e escrever com maior rapidez para acompanhar os planos escolares e suas atividades diárias, facilitando assim o trabalho de acompanhar as fases individuais dos alunos, que quasesempre não são respeitadas.

Baseado no poder de interação e desde muito cedo adquire grande relevância na vida de uma criança despertando sensações diversas, tornando-se uma das formasde linguagem muito apreciada por facilitar a aprendizagem e instigar a memória das pessoas desde o nascimento que o ser humano mostra suas necessidades de comunicação, interagir com a sociedade e meio envolvente

essa necessidade se inicia no ventre da sua mãe, onde é criada uma relação de afeto, estabelecendo formas de comunicação entre a mãe e a criança, através de simples gestos.

Segundo Andrade (1980):

> Tudo que é caracteristicamente humano depende da linguagem. O ser humano é, em primeira instância, o animal falante. O discurso representa o mais essencial – mas não o único – papel no desenvolvimento e na preservação da identidade humana e de suas aberrações, assim como faz no desenvolvimento e na manutenção da sociedade e de suas aberrações.

A música proporciona uma forma de expressão e contribui para buscar a identidade de um povo, mas, isso não quer dizer que se devem privar o mergulho em outras culturas, pois a igualdade implica no direito de não haver discriminação, sendo assim a escola tem obrigação de oferecer essa cartela de opções a seus alunos, que ao realizar funções motoras e intelectuais, bem como relacionar-se como meio social, essas ferramentas de trabalho caem para os professores como meios facilitadores de contribuição para deixar o ambiente escolar mais alegre, a música oferece um efeito calmante após períodos de atividades físicas e atividades que exigem esforços como visitas a ambientes externos, reduz o estresse em momentos de avaliação, e também pode ser usada como um método no aprendizado de todas as disciplinas.

Com a possibilidade de trabalhar músicas que tratem do assunto que será trabalhado em sua aula, isso tornará a aula atrativa, dinâmica e vai ajudar a rememorar as informações repassadas para as atividades posteriores, a música não somente é um simples apetrecho, além de ter fácil acesso, ela não necessita de muitos recursos e materiais, precisa-se necessariamente, de mais nada além de alunos e professores, onde os sons produzidos, tanto por

instrumentos, objetos ou pelo corpo como palmas, pode transportar os educandos para um mundo vasto de aprendizado,em que a intensidade deste seguimento varia de acordo com as diversidades individuais, no espaço escolar, principalmente nas séries iniciais as crianças passam a desenvolver suas perspectivas intelectuais, motores, linguísticase psicomotoras.

A arterapia também deveria ser praticada como matéria em si, como linguagem artística, forma de cultura e expressão deve ampliar o conhecimento do aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentandonovos estilos, proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindoque o aluno torne-se um ser crítico.

Para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança, visa considerar as múltiplas diversidades e possibilidades áudio visual oferecem às crianças quanto ao seu desenvolvimento de linguagem e a reconstituição da atividade adulta e imitação, ambas calcadas na realidade de forma que auxilia a criança a dominar a realidade e mediação pela linguagem, aprendizagem de regras, desenvolvimento do autocontrolee criação de interações voluntárias.

A formação de planos e motivações volitivas (traços essenciais para o desenvolvimento da consciência e das formas superiores de pensamento), desenvolvimento da autonomia, do raciocínio e da capacidade de fazer inferências e observações, gerando a construção do próprio conhecimento, motivação e prazer a Psicologia e da Pedagogia.

Um ambiente saudável torna-se compatível com a realidade da criança, tornandoa aquisição das informações, em sua forma lúdica, mais permanente e a aprendizagem mais célere quando a criança brincar, o papel da escola, torna-se, portanto, indispensável entender o brincar na escola, com todas suas atividades lúdicas, como um mecanismo técnico, pedagógico e profissional de se alcançar as mais importantes condições da evolução e integração do educando.

A criança será o encontro com a alegria, as novidades, desafios (face aos novos brinquedos e situações) e oportunidade de interagir com seus novos amigos alidar com o respeito as regras, organização com o material, o meio onde ela está inserida e o educador por fim, para os professores e educadores, as mediações,com o emprego dos estudos da Psicologia, da Educação, na ação do brincar na escola será a oportunidade de exercer sua experiência profissional com ternura, empenho e comprometimento

Ao retratar o que já existe é preciso compreender a cultura de povos diferentes e outras épocas, de modo a vivenciar sentimentos e emoções diferenciados, ampliando o entendimento do mundo no qual o cidadão vive e as transformações queocorreram durante o seu desenvolvimento, a necessidade básica de ações e hábitos para vir a ter consciência do que se aprende, o pensamento sistematizado e organizado, os sistemas de símbolos, associações e regras para a construção do conhecimento são pontos comuns em qualquer área.

- **Desenvolvimento socioafetivo:** a criança aos poucos vai formando sua própria identidade, percebendo-se diferente dos outros e ao mesmo tempo buscando integrar-se com os demais. Por meio do desenvolvimento da autoestima ela aprende a aceitar-se, com suas limitações e capacidades. As atividades musicais em grupo melhoram o desenvolvimento da socialização, a compreensão, a participação e estimulando cooperação. Dessa forma a criança vai fortalecendo o conceito de respeito ao próximo. Além disso, ao expressar- se musicalmente em atividades que lhe geram prazer, ela libera seus sentimentos, expressa suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança e realização pessoal.

- **Desenvolvimento cognitivo/ linguístico:** a origem de conhecimento da criança são as vivencias que ela já traz consigo para a escola. Nesse sentido, as experiências musicais vividas por ela em casa

farão com que facilite uma participação ativa favorecendo o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua capacidade de ouvir melhor e com detalhamento de ritmos e sentimentos musicais; ao acompanhar com gestos ou danças ela está trabalhando a coordenação motora e sua atenção e concentração; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e se relacionando com o ambiente em que vive.

- **Desenvolvimento-psicomotor:** As atividades musicais oferecem diversas oportunidades para que a criança aperfeiçoe suas habilidades motoras, aprende a controlar seus músculos e movimentar seu corpo com desenvoltura, o ritmo tem um papel muito importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente da criança, favorecendo um impacto emocional a mente e aliviando as tensões. Atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas e pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo do desenvolvimento da escrita e leitura.
-

Percepção sonora

A percepção sonora envolve a recepção e a análise de estímulos sonoros através da audição nesta percepção identificam-se algumas capacidades como a detecção do som, discriminação, sensação sonora, localização, reconhecimento, atenção, compreensão e a memória, sendo assim parte do processamento auditivo que envolve a apuração do sinal acústico assimilando a informação em modelos, diferente dos nervos ópticos, a audição não suporta estímulos agressivos, ou seja, caso o ouvido for exposto a intervalos desafinados tem-se a impressão de que está errado, que não é belo ou em

casos extremos uma peça dissonante pode causar irritabilidade a quem ouve.

As práticas e as diferentes metodologias no ensino de arte contribuíram para a concepção das novas tendências do ensino que temos para aperfeiçoar e que a busca por um ensino de qualidade que garanta de fato que o conhecimento adquirido seja transformador e ativo deve permanecer entre educadores e responsáveis pela educação a arte e a educação são dois pontos que estãovinculados e dão significadosa um processo do ensino e da aprendizagem, por meiodos sentimentos, emoções, representações das diferentes ideias e aos estímulos para o desenvolvimento infantile de todos os indivíduos é inerente à arte e a arte se faz presente em muitas manifestações oriundas do fazer humano, ambos estão ligados desde o nascimento do indivíduo até sua visão mais crítica nos aspectos, históricos, políticos, éticos e sociais.

A construção desse conhecimento acontece numa relação dialética entresujeito e sociedade, visando a aprendizagem que ultrapassa a conteúdos,promovendo o autoconhecimento e o equilíbrio para vida, assim a arte tem um papelimportantíssimo na vida do ser humano, partindo do pressuposto que estamoscercados de arte e somos seres humanos fazendo parte de uma sociedade culturale histórica. diferentesexperiências da vida seja em forma audiovisual , além de ser veículo de informação e criticidade, nos proporciona momentos que não podemos definir de outra maneira, mas que podemos nos expressar por meio da arte, sendo ela em forma de cerâmica, fotografia, desenhos, pinturas, músicas, danças e apresentações teatrais, criando o próprio fazer artístico para lidar com processos da mente e do corpo a fim de se tornarpessoas melhores.

A escola tem um papel importante que é propiciar momentos para essas trocas de experiências tanto com os alunos surdos como com os demais alunos e em meio dessa interação que pode ser feita através de feiras, peças teatrais e

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arteterapia a psicoterapia cuja meta é promover ou restabelecer o bemestar psicológico do indivíduo através de atividades lúdicas; no contexto de desenvolvimento social da criança a atividade lúdica é parte do repertório infantil e integra dimensões da interação humana necessárias na análise psicológica (regras, cadeias comportamentais, simulações , aprendizagem observacional e modelagem); esta possibilidade de uso integrado de diversas técnicas talvez explique a aplicação da ludoterapia a diversas questões relativas ao comportamento de crianças.

Ao contextualizar recursos áudio visuais é possível conscientizar, discutir, refletir, protestar e fazer denúncias sociais o quão importante a arte pode ser para o enfrentamento das dificuldades, sejam elas corriqueiras ou dificuldades instaladas. a estabelecer vínculos de modo muito mais intimista, fazendo representações por meio de grafites, músicas, designers e fotografias se fez presente no cotidiano da humanidade , cumprindo seu importantíssimo papel na sociedade e nas vidas das pessoas que ficaram mais sensíveis, mais fragilizadas, emotivas e com o sentimento de angústia mais aflorados diante de tantas incertezas , a arte para extravasar sentimentos e emoções, bem como todas as questões sociais que estão relacionados às injustiças de classes, minorias, guerras civis e denúncias.

Ao contribuir para o desenvolvimento e para reconstrução da sociedade e diferentes instituições, sobretudo as escolas, receberão alunos, pais e professores que enfrentaram de forma que acolha uma motivação de grande ajuda para alunos que precisam desenvolver-se em áreas como interação social, facilitando o raciocínio o ensino de música nas escolas públicas ou particulares, podem diferenciar no currículo escolar, abrindo portas e possibilitando o acesso às novas culturas, a circulação de informação e conhecimento, a interação na sociedade e a participação na produção da linguagem dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Pequena História da Música**. São Paulo: Martins Editora, 1980.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 deDezembro de 1996. Brasília, 1996

FUSARI, M F .A arte na Educação Escolar .São Paulo -Cortez Editora 2000

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. Caminhos Pedagógicos da EducaçãoEspecial,2. ed. Petrópolis: Vozes,2004. Disponível em:<http://www.faesi.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial>. Acesso em: 30/11/ 2023

PAIN ,S -Diagnósticos e Problemas de Aprendizagem -Porto Alegre-1985
VIGOSTKY,LS A formação Social da Mente,São Paulo- Martins Fontes 2000
WEIGEL, Anna Maria Gonçalves, Brincando de música. Porto Alegre: Kuarup, 1988.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VIEIRA VIVIANE CARRIJO

Eixo: ARTE E EDUCAÇÃO

RESUMO

As causas da não aprendizagem têm despontado na lista dos principais problemas enfrentados pela escola da atualidade. Cada vez mais, um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem são identificadas ainda na educação infantil, e se não houver uma intervenção eficaz, essas dificuldades se estenderão para o ensino fundamental e, possivelmente, por toda vida estudantil da criança. Assim, este estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, objetiva analisar de que forma as dificuldades de aprendizagem que surgem na educação infantil podem contribuir para a construção do fracasso na vida escolar da criança, caso não haja uma intervenção eficiente.

Palavras – chaves: Aprendizagem. Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia.

ABSTRACT:

The causes of non-learning have emerged in the list of the main problems facing the school today. Increasingly, a significant number of children with learning difficulties are still identified in early childhood education, and if there is no effective intervention, these difficulties will extend to elementary school and possibly throughout the child's student life. Thus, this qualitative bibliographic study aims at analyzing how the learning difficulties that arise in

early childhood education can contribute to the failure of children in school life if there is no efficient intervention.
Key - words: Learning. Neypsypedagogy. Psychopedagogy

1 INTRODUÇÃO

A importância do Neuropsicopedagogo, no auxílio de professores e pais para saber diferenciar a criança que é portadora de um distúrbio daquelas indisciplinadas, o artigo objetiva por meio de uma pesquisa bibliográfica de autores renomados, para desvendar os sujeitos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e analisar suas manifestações e as dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças com TDAH, pela a ótica do conhecimento Neuropsicopedagógica a aprendizagem no cérebro de um portador de TDAH.

Alguns possíveis encaminhamentos multidisciplinar, onde o Neuropsicopedagogo desempenha papel fundamental para superar as dificuldades escolares desta forma, o resultado deste estudo, aponta-se a importância do diálogo entre pais, professor e Neuropsicopedagogo para identificar as potencialidades cognitivas, emocionais, sociais da criança dentro da modernidade tem exigido de seus educadores cada vez mais esforços para atender a demanda que lhe é proposta, desde uma boa preparação teórica,ou seja, sua formação, até a incessante busca de atualização profissional e dedicação ao seurespectivo trabalho.

A escola da contemporaneidade é o espaço da diferença e da confluência de culturas e da diversidade social, a ampliação e redimensão dos saberes e das práticas educativas com vistas à identificação dos problemas de aprendizagem escolar na pré-escola e as possíveis intervenções especializadas, que levem a recuperação de aprendizagens fragilizadas e evitem um fracasso escolar nas séries futuras, configuram-se

como questões fundamentais nas discussões epistemológicas da educação no campo interventivo, a neuropsicopedagogia desponta como campo epistemológico do saber, advindo da leitura integrada entre pedagogia, psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia e trabalho clínico.

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROEDUCAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Sua contribuição se dá pela relação estabelecida entre o cérebro e a aprendizagem, como vias dúbias no processo cognitivo abrangem um vasto conhecimento das bases neurológicas da aprendizagem e do comportamento humano, por meio de estímulos contextuais que deem respostas positivas ao processo de formação do indivíduo, tomando como foco as relações intrínsecas entre atenção, funções motoras, linguagem, memória, cognição e aspectos emocionais, psicológicos e cerebrais.

Ela busca ainda, compreender o processo cognitivo do sujeito aprendente, desde os primeiros anos de vida, seus impasses e as principais implicações na aprendizagem humana, a natureza do ser humano é marcada pela individualidade e “cada criança é diferente, mas se detectada precocemente e devidamente ajudada, pode vir a ser um adulto sem problemas” (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 01).

Partindo desta realidade, entende-se que todos os alunos são diferentes, tanto em capacidades, quanto em motivações, interesses, ritmos evolutivos e estilos de aprendizagem; e todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas, contextuais e relativas, por isso é necessário intervir no processo de ensino e aprendizagem, considerando que a criança constrói seu conhecimento através de estímulos e o professor é um dos responsáveis em proporcionar meios interventivos que venham sanar as dificuldades que possam surgir no processo de aprendizagem.

Mediante a emergência da neuroeducação na atualidade, o estudo foi realizado como meio de constatar se a mesma pode direcionar de forma

eficaz a aprendizagem infantil, tendo também em vista a necessidade de refletir sobre a urgência de disseminar suas potencialidades, fundamentando a pesquisa educacional baseada em metodologia científica justifica-se pela relevância dada ao trabalho docente e àsdificuldades de aprendizagem na pré-escola, buscando construir um referencial teórico reflexivo para o pensar e o repensar às práticas e ações neste âmbito

Desta forma contribuindo, assim, para que as intervenções psicomotoras sejam compreendidas, planejadas, articuladas e desenvolvidas, como fator positivo no desenvolvimento integral da criança atendida por esse segmento da Educação Infantil, pois segundo Smith e Strick (2001, p. 30), “as condições [...] na escola, na verdade, podem fazer a diferença entre uma leve deficiência e um problema verdadeiramente incapacitante”.

O esclarecimento sobre esta temática é favorável ao trabalho do professor (pedagogo, principalmente), com formação em psicomotricidade na medida em que seu olhar deve ser criterioso e sistêmico, consciente de sua responsabilidade na mediação de situações intencionais, analisando quais metodologias devem ser adotadas, como forma de contribuir positivamente para a superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças.

A base da aprendizagem escolar, que aspectos determinantes na vida escolar da criança são definido o ensino de qualidade, comprometido pela aprendizagem sólida é tarefa atribuída à escola que dentro de seus diferentes tempos e espaços deve agregar conceitos que promovam uma educação ao alcance de todos, compreendendo que esta dimensão é composta pela diferença de ritmos e estilos de aprendizagem, modos culturais diversos e condições sócio históricas que podem favorecer a um quadro de ineficiência às demandas do ensino.

Diante de um quadro no qual se define a criança como portadora de uma dificuldade de aprendizagem, quando isto acontece, a escola juntamente a uma equipe multidisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes

sociais etc.) precisa pensar em diferentes estratégias articuladas ao mundo particular da criança (a família), que venham a sanar estas dificuldades, uma simples dificuldade, às vezes transitória, pode transformar-se em um problema sério, que acarretará no fracasso escolar da criança do seu discurso democratizante fracasso escolar vem sendo o primeiro degrau na escalada para o fracasso social .

Com trabalhos reconhecidos neste campo do conhecimento, Fonseca (1995, p. 43) e Smith e Strick (2001, p. 15) apontam para conceitos de Dificuldades de Aprendizagem, que se coadunam, respectivamente:

> [...] uma desarmonia no desenvolvimento, normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica; e que traduz uma irregularidade biopsicossocial do desenvolvimento global e dialético da criança, que normalmente envolve na maioria dos casos: problemas de lateralização, de praxia ideomotora, deficiente estruturação perceptivo- motora, dificuldades de orientação espacial e sucessão temporal e psicomotora, que impede a ligação entre os elementos constituintes da linguagem e as formas concretas de expressão que os simbolizam.

> [...] dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos destas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto por seus ambientes domésticos e escolares.

Muitas dessas dificuldades de aprendizagem surgem na infância, ainda na educação infantil e caso não haja uma intervenção eficaz, se prolongam pelas séries seguintes. É nesta fase que a criança está construindo as bases cognitivas e emocionais do desenvolvimento, como a coordenação motora fina, orientação espacial, comportamentos sociais de

organização pessoal, respeito ao próximo, limites, responsabilidades e independência, entre outras características determinantes para uma formação e aprendizagem equilibradas, e que, por isso, requer uma atenção criteriosa.

Na perspectiva de Correia e Martins (2006), nas series iniciais da educação infantil, as dificuldades de aprendizagem são identificadas em crianças que não conseguem alcançar resultados proporcionais aos seus níveis de idade e capacidade numa ou de sete áreas específicas, mesmo que esteja sendo estimulada pelo trabalho da escola e da família.

Neste caso, portanto, há a presença de dificuldade de aprendizagem acentuada, o que suscita uma intervenção pedagógica específica. Correia e Martins (2006) *apud* Arranca (2007, p. 10) apontam para as principais dificuldades de aprendizagem identificadas ainda na pré-escola:

- dislexia com dificuldade no processamento da linguagem, cujo impacto se reflete na leitura e na escrita;
- displaxia com dificuldade de planificação e coordenação motora;
- disgrafia com a dificuldade na escrita;
- discalculia com a dificuldade de realização de cálculos matemáticos;
- discriminação auditiva com a capacidade ou não de percepcionar as diferenças entre sons;
- dificuldades de percepção visual como as dificuldades de observar pormenores e dar significado ao que é observado;
- desordem por défcit de atenção e hiperatividade que

caracterizada por diferentes estados de desatenção e impulsividade condicionam a aprendizagem.

Na educação infantil apresentam características próprias, que requerem um estudo e intervenção diferenciada daquela direcionada às crianças maiores, as quais frequentam os níveis mais avançados da educação básica, como o ensino fundamental, a ludopedagogia é a psicoterapia adaptada ao tratamento infantil de acordo com o objetivo desta modalidade de análise é ajudar a criança, através da brincadeira, a expressar com maior facilidade os seus conflitos e dificuldades, ajudando-a a conseguir uma melhor integração e adaptação social, tanto no âmbito da família como da sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem um papel importante que é propiciar momentos para essas trocas de experiências tanto com os alunos surdos como com os demais alunos e em meio dessa interação que pode ser feita através de feiras, peças teatrais e muitos outros movimentos que se inclua a comunidade escolar. a forma de psicoterapia cuja meta é promover ou restabelecer o bem estar psicológico do indivíduo através de atividades lúdicas; no contexto de desenvolvimento social da criança a atividade lúdica é parte do repertório infantil e integra dimensões da interação humana necessárias na análise psicológica (regras, cadeias comportamentais, simulações , aprendizagem observacional e modelagem); esta possibilidade de uso integrado de diversas técnicas talvez explique a aplicação da ludoterapia a diversas questões relativas ao comportamento de crianças.

A escola precisa estar em constante busca para adequar seu currículo e espaço físico as várias deficiência sempre que possível realizar

formações constantes com os professores e equipe de funcionários sobre as diversas deficiências, em como recepcionar esse aluno de forma que ele se sinta incluso nas atividades e no espaço, onde a psicologia cognitiva desde seus primórdios vem tratando destes conceitos, avançando em pesquisas que investigam suas variações e como podem ser estimuladas uma descrição clara das tecnicas, principios fundamentais em que se baseia para ajudar nas necessidades biopsicosociais das crianças e dos adultos nas diferentes faixas e incluindo o agrupamento familiar de maneira inteligente e prazerosa.

Compreender o seu mundo interno e a sua dinâmica de personalidade, através da observação e interpretação das suas projeções é possível delinear as suas características ,isto acontece é mais difícil a interpretação e o diagnóstico. acreditam que a ludoterapia oferece um ambiente seguro, sem pressão, para a fala, permitindo que a criança possa vir a comunicar de uma forma confortável,

REFERÊNCIAS

CORREIA, L. M.; MARTINS, A. P. **Dificuldades de aprendizagem**: que são? Como entendê-las? Porto: Porto Editora, 2006.

SMITH, C.; STRICK, L**. Dificuldade de Aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

_____. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: Introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Coleção Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão).

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

BRITO, Maria Alcileide do Céu

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), envolve diferenças no desenvolvimento desde os primeiros anos de vida, geralmente, por volta dos dois a três anos de idade, momento que a criança passa a conviver e criar relações sociais, com pessoas que não são da sua família, ou seja, no caso do ambiente escolar, os professores. Nesse sentido, a criança precisa ser compreendida e respeitada como ser em desenvolvimento, necessitando da mediação de recursos planejados pelo professor, através de atividades lúdicas respeitando o seu tempo de aprendizagem. Desta forma, o presente artigo apresenta como objetivo geral, a discussão da Educação Especial na perspectiva da criança com TEA; e como objetivos específicos, metodologias que contribuam para o desenvolvimento dessa criança. A metodologia escolhida foi a qualitativa para o levantamento bibliográfico a respeito do tema. Os resultados indicaram que o professor precisa ter a capacidade de observar quais são as reais necessidades e observar o nível de desenvolvimento dessas crianças, sabendo quais habilidades devem ser aprofundadas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial; Jogos e Brincadeiras.

Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) involves differences in development from the first years of life, generally around two to three years of age, when the child begins to live and create new social relationships with people who are not of your family, that is, in the case of the school environment, the teachers. In this sense, the child needs to be understood and respected as a developing being, requiring the mediation of resources planned by the teacher, through playful activities respecting their learning time. Thus, this article presents as a general objective, the discussion of Special Education from the perspective of children with ASD; and as specific objectives, methodologies that contribute to the development of this child. The methodology chosen was qualitative for the bibliographical survey on the topic. The results indicated that the teacher needs to be able to observe what the real needs are and observe the level of development of these children, knowing which skills should be deepened.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Special education; Games.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre a reformulação do currículo, onde as adaptações das estruturas no ambiente escolar para receber o estudante com deficiência bem como as leis que o amparam, que são as políticas públicas voltadas a inclusão, dentre outros aspectos, devem ser trabalhados para que os estudantes, sobretudo os diagnosticados com TEA, possam participar do processo de ensino e aprendizagem.

O que se tem vivenciado nas unidades escolares, desde a Educação Infantil, é um formato de educação que pouco tem alcançado este grupo, que vem crescendo de forma exponencial.

Como justificativa, pensando na importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças com TEA é preciso investigar como esta base epistemológica pode ser aplicada desde a Educação Infantil, de forma elas, com jogos psicomotores, por exemplo, possam avançar no conhecimento do seu corpo, contribuindo para fazer tarefas cotidianas, conectando a autonomia.

Os jogos e brincadeiras, por terem caráter coletivo, propiciam o despertar da curiosidade, o que conduz a compartilhar e adquirir informações,

proporcionando os avanços nos processos de aprendizagem, comunicação e interação.

As crianças aprendem com as interações, com as brincadeiras, jogos simbólicos, e é nesta perspectiva deve-se considerar o estudante com TEA, através da concepção de criança e infância, como protagonista no seu espaço.

Deste modo, quando se pesquisa sobre a Educação Especial no Brasil é perceptível que essa história é bem atual, pois a discussão incessante sobre o assunto começou por volta de 70 a 80 anos.

Quanto a legislação pode-se destacar em especial, veio assegurar os direitos por meio dos artigos 5º, caput; 7º, inciso XXXI; 37, inciso VIII; 203, inciso IV e V; 208, inciso III; e 227, inciso II do parágrafo I e II (BRASIL, 1988).

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, discutiu além dos direitos, a inclusão, produzindo documento para a inclusão de estudantes com deficiência em classes de ensino regular comum, garantindo a inclusão, a socialização e um método centrado nesses estudantes (TAKAHASHI *et al*., 2014).

Já em 2001, houve a criação do Plano Nacional de Educação, trazendo questões relacionadas à Educação Especial:

> A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 e 2003 (MACÊDO, 2010, p. 1).

A partir desses acontecimentos, as políticas públicas relacionadas ao processo de inclusão no Brasil, resultou em mudanças profundas na concepção de inclusão perante a sociedade. A preocupação do governo, da sociedade em geral e das famílias dos estudantes com deficiência envolvem a estruturação de seus desejos.

Sobre a questão, uma lei em destaque é a de nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Também chamada de Lei Berenice Piana, tratou a luta incansável de uma mãe para garantir os direitos do filho.

A lei é dividida em oito artigos que norteiam aspectos dos direitos e benefícios básicos, destacando-se o incentivo à formação e capacitação de profissionais no atendimento à essas pessoas, bem como a pais e responsáveis; e na área educacional, impondo ao gestor escolar ou outra autoridade competente em qualquer nível de ensino, o pagamento de multa caso este se recuse a matricular o estudante seja ele com TEA ou portador de qualquer outro tipo de deficiência (BRASIL, 2012).

O vocábulo autismo surgiu em 1911, com base nas pesquisas de Bleuler, compreendendo-o como uma característica da esquizofrenia. Historicamente, o médico austríaco Kenner foi o primeiro a pesquisar sobre o tema, nos Estados Unidos.

Ele havia observado as características de um dos seus primeiros pacientes descritos em uma análise tradicional de 1938, a partir de onze crianças com transtorno semelhante: oito meninos e três meninas (KANNER, 1943).

Em 1943, as pesquisas de Kanner, colocaram o autismo como uma questão clínica que não estava relacionada com a esquizofrenia, como muitos outros pesquisadores acreditavam:

> O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas é difícil determinar se a manifestação e ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Um ano depois, Asperger publicou o artigo: “Autistic psychopathy in childhood” em “Autism and Asperger Syndrome”, trazendo seus estudos com pacientes que se tratavam com o médico e que estavam relacionadas a

situações mais amplas do que Kanner foi capaz de observar, como os casos com comprometimento orgânico.

Asperger percebeu e identificou especificidades quanto aos gestos que os pacientes executavam e que não apresentavam significado, sendo compreendidos como estereotipias, assim como, a linguagem sem erros gramaticais, e certa ressalva em relação as pessoas ao se aproximarem.

O autismo foi objeto de estudo de biólogos, geneticistas e psicanalistas, permanecendo um enigma sobre a sua origem e progressão. Ainda segundo o autor, algumas características que indicam a presença de TEA são: a criança gosta de permanecer sozinha; acontecimentos ao seu redor não lhe interessam; não demonstra afetividade com os demais; dificuldades na fala; não gosta de sair da rotina; se apega a dados objetos; evita contato visual; e exibir crises de agressividade.

Historicamente, desta forma, diferentes foram as explicações apresentadas para o TEA, de acordo com as pesquisas e a sociedade da época. Com o tempo, novas concepções surgiram em relação aos termos psicose e esquizofrenia, que se acreditava estar relacionada ao transtorno, tanto indicadas por Kanner quanto por Asperger, como o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), na Psicologia e o Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), na Psiquiatria.

Hoje, a Neurociência compreende o autismo como um problema neurológico, chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo-se o transtorno, a Síndrome de Rett e a Síndrome de Asperger (CONSENZA e GUERRA, 2011).

Orrú (2012), relata que as crianças com TEA apresentam em geral a inaptidão para estabelecer relações, um conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da linguagem, preocupação em conservar o ambiente do jeito que estava inicialmente, além de repetir uma série limitada de atividades padronizadas.

Hoje conforme é conhecida, o TEA é definido como um transtorno do comportamento capaz de implicar no baixo desenvolvimento motor e psiconeurológico afetando a cognição, a linguagem e as interações sociais.

Quanto ao âmbito educacional, Tardif (2000) discute o ensino de estudantes com TEA, onde o padrão é disseminado por organizações de pesquisa, como o Council for Exceptional Children (CEC), que traz um capítulo exclusivo sobre às competências e habilidades que precisam ser trabalhadas pelos professores, descrito em um manual de orientação para os atores envolvidos na Educação Especial.

Para as crianças com TEA a aprendizagem não ocorre do mesmo jeito, porque neste caso, existe uma relação desigual entre a significação e o cérebro. As informações recebidas não se transformam completamente em conhecimento. O professor deve entender as diferenças de cada um, já que as crianças com TEA não estão apenas para se socializarem, mas, aprenderem também.

2 JOGOS E BRINCADEIRAS COMO METODOLOGIAS ATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

Dentre os diferentes tipos de deficiência, pode-se destacar o TEA, onde Kohane et al. (2012), o caracteriza como um transtorno que pode ocasionar dificuldades de socialização e comunicação, manifestando-se no desenvolvimento infantil desde a mais tenra idade.

O Transtorno do Espectro do Espectro Autista é definido principalmente por três condições, que despertam alertas para investigação, sendo elas: dificuldade na comunicação, interação social, e alterações no comportamento. O indivíduo com TEA apresenta dificuldades de: isolar sons, mudanças repentinas de ambientes e localização espacial e temporal.

Pessoas que apresentam esse transtorno, muitas vezes, apresentam diferenças de comportamento, o que pode indicar a sua presença. O problema está associado a uma gama de características que apresentam graus variados de classificação e associação a outros tipos de transtornos, resultando em indivíduos apresentando desafios diferentes para familiares, profissionais e educadores.

Orrú (2012), discute que dentre as características mais acentuadas com relação ao desenvolvimento de parte dos indivíduos com TEA, e que são perceptíveis no ambiente escolar, são problemas na linguagem e na comunicação, em casos mais graves a não verbalização, e o desenvolvimento tardio.

O autor destaca as contribuições de Vygotsky para uma abordagem histórico-cultural, a fim de compreender o papel que a escola tem e a importância da ação mediadora do professor em relação à aprendizagem, no desenvolvimento de diferentes funções psicológicas superiores e na formação de conceitos.

Particularmente segundo Azevedo (2017), existem lacunas tanto com relação ao conhecimento, quanto as novas formas de explicar sobre o desenvolvimento desses estudantes. Outros autores referenciados discutem que a metodologia de ensino utilizada ao invés de auxiliar o estudante, muitas vezes, acaba criando obstáculos quanto a diferentes formas de intervenção, resultando em comprometimento no aprendizado.

A escola deve se especializar para recebê-los, bem como professores, funcionários, a equipe pedagógica e consequentemente, os próprios colegas de classe; a família e a comunidade, envolvendo todos os atores sociais no desenvolvimento das crianças:

> Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes. “É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça”, recomenda o educador” (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

Um grande desafio enfrentado pelos profissionais da Educação é que a criança com TEA, muitas vezes apresenta dificuldades na expressão da afetividade, base comumente utilizada para desenvolver outras crianças com deficiência. Segundo a Psicologia, esta incapacidade afetiva de determinadas crianças com TEA exige do professor, a busca por alternativas.

O primeiro passo para auxiliar as crianças, dentro do espectro, é o estabelecimento de rotinas que sejam capazes de promover a equidade, diante dos chamados neuro típicos e trabalhar pensando em suas potencialidades e hiper focos.

Diante do exposto, através de jogos e brincadeiras voltados ao hiper foco da criança. Estabelecer, em um primeiro momento vínculo afetivo de segurança, partindo do que lhe causa prazer e interesse, auxiliar o mesmo na transposição de barreiras de acesso ao currículo. Para tal, através de pesquisa documental e de campo, colocar em prática a visão de teóricos e pesquisadores do tema:

> A utilização dos jogos e das brincadeiras no universo da criança com transtorno do espectro autista busca refletir como o lúdico pode complementar na aprendizagem, proporcionando maior desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e possibilidades. Objetivando compreender como as brincadeiras e os jogos propiciam meios de inclusão (ALBUQUERQUE, 2018 s/p.)

Cabe ao professor também, exercitar com os estudantes, a empatia, a solidariedade e a confiança para que eles se sintam amparados e acolhidos:

> [...] para que ocorra a educação para uma criança autista, alguns fatores devem ser levados em consideração, por exemplo: a dificuldade de comunicação do autista, dificuldade na fala e as alterações repentinas de humor dessas crianças (PEREIRA et al., 2013, p. 65).

Desta forma, pode-se desenvolver atividades relativamente simples, mas, que são capazes de atrair o estudante com TEA e promover a sua aprendizagem:

> No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...).

> Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.).

Azevedo et al. (2018), relata que a ludicidade apresenta inúmeras potencialidades quanto a perspectiva de uma educação inclusiva, uma vez que as atividades lúdicas permitem maior interação e convívio para as crianças com deficiência e os demais colegas no mesmo ambiente, propiciando diferentes atividades e experimentações ricas para desenvolvê-las em todos os sentidos.

Assim:

> As melhores respostas são as viso espaciais, devido à dificuldade de os indivíduos com autismo entenderem informações muito abstratas, e o mundo social ser incompreensível para eles. Com efeito, para esses estudantes, as palavras são somente palavras, os desenhos somente desenhos, os objetos somente objetos (SILVA, 2012, s/p.).

Piaget (1990), relata que o surgimento das manifestações em jogos e brincadeiras, deve acompanhar o desenvolvimento da inteligência vinculada aos estágios de desenvolvimento cognitivo.

As crianças com TEA devem ser estimuladas a aprender o ato de se comunicar, utilizando símbolos, objetos tridimensionais, ilustrações e palavras. Para que essa interação aconteça é necessário fortalecer as formações de professores, criando uma rede de apoio entre professores, gestores e principalmente as famílias para que se tenha um retorno efetivo de uma educação inclusiva de qualidade.

Além disso, a participação das famílias deve ser vista como uma parte importante na constituição do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do professor na perspectiva do desenvolvimento da criança com TEA é tornar possível a socialização da criança, assim como a aprendizagem de acordo com a metodologia que atenda suas especificidades, como é o caso dos jogos e brincadeiras, por exemplo.

Muitas vezes, essa criança não consegue desenvolver atividades grupais, exigindo desta forma, sensibilidade por parte do professor para incluí-la, visto que a socialização é um dos fatores que constitui a aprendizagem.

Nesse sentido, o professor precisa identificar as dificuldades, investigando o nível de desenvolvimento que essas crianças apresentam como potencialidade, para escolher quais as reais necessidades devem ser contempladas no trabalho com essa criança.

Ainda, é preciso destacar que a realidade de muitas escolas, demonstra a falta de preparo por parte de alguns professores, pois, as medidas governamentais não contemplam a formação continuada na área da Educação Especial, em que poucos professores apresentam formação inicial voltada para a inclusão, e menos ainda, voltada para o TEA.

Isso implica na não identificação a respeito das reais necessidades desses estudantes, para desenvolvê-los de forma autêntica, refletindo as dificuldades encontradas não só na Educação Infantil, mas, na Educação Básica como um todo.

É preciso também pensar na importância da discussão sobre a temática, pois, possibilita ampliar as questões já encontradas na literatura, como as características do TEA, permitindo aos professores repensarem quanto a inclusão e seus desafios para consolidar o processo, garantindo a progressão da aprendizagem dessas crianças na Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, O.A. de. **A utilização de jogos e brincadeiras na Educação Infantil para crianças com TEA**. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14168/1/OAA06112018.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

AMY, M.D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

AZEVEDO, M.O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, 153 p.

BASILIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão**. 2014. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de Dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação Escola família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CONSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto alegre, Artmed, 2011. CRUZ, Talita. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, 1943, n. 2, p. 217-250.

KOHANE, I.S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. **The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD**. PlosOne 7:e33224, 2012.

MACÊDO, J.A.S. **Inclusão: a escola está preparada para ela?** Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm>. Acesso em: 27 mar. 2024.

ORRÚ, E.S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PEREIRA, C.A. V.; PEREIRA, C.F.V.; PEREIRA, C.C.V. **AUTISMO INFANTIL: aplicações do ensino estruturado na inclusão escolar**. Rev. Ciunc. Saúde Nova Esperança, Dez. 2013. Disponível em: http://www.facene.com.br/wpcontent/uploads/2010/11/12Autsmo-infantl-aplica%C3%A7%C3%B5es-doensino-estruturado-na-inclus%C3%A3o-escolar_editado.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, A.B.B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TAKAHASHI, A.R.W.; AMÉRICO, B.L.; CARNIEL, F. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 5-24, 2000.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA INFANTIL PARA ESSE DESENVOLVIMENTO.

CLAUDIA RENATA FERNANDES

Resumo : O tema desse artigo é o ensino da linguagem oral e escrita na educação infantil e a importância da literatura infantil na formação do hábito de leitura na idade em que todos os hábitos se formam, isto é, na infância. À linguagem tem servido de instrumento de estudo em diversas áreas; principalmente na educação. A linguagem tem basicamente a finalidade de comunicação e / ou expressão. A linguagem oral está presente no cotidiano e na prática das instituições de educação infantil à medida que todos que dela participam: crianças e adultos, falam, se comunicam entre si, expressando sentimentos e ideias.. A linguagem é algo essencial na vida de qualquer ser humano e neste artigo estará mostrando quanto é importante as crianças aprenderem a linguagem de uma maneira correta.

Palavras-chave: Educação, Literatura Infantil, Leitura, Desenvolvimento da criança e Estratégias.

Abstract: The theme of this article is the teaching of oral and written language in early childhood education and the importance of children's literature in the formation of the reading habit at the age when all habits are formed, that is, in childhood. Language has served as an instrument of study in several areas; especially in education. The language basically has the purpose of communication and / or expression. Oral language is present in the daily life and practice of early childhood education institutions as children, adults and adults speak, communicate with each other, express feelings and ideas. Language is essential in the life of any being and in this article will be showing how important it is for children to learn language in a correct way.

Keywords: Education, Children's Literature, Reading, Child Development and Strategies ..

Introdução

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

A educação infantil ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. (MELLO; MILLER, 2008) .

Através desta pesquisa, entenderemos melhor a presença da linguagem oral e escrita na educação infantil, com algumas ideias práticas correntes. Para as crianças, a aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais e convívio familiar.

Na primeira parte será abordado o conceito de linguagem e sua forma de ser ensinada. Na segunda parte discutiremos sobre o desenvolvimento linguagem escrita e a importância da leitura, após faremos o mesmo em relação ao desenvolvimento da linguagem oral e a literatura infantil. Na terceira verificar a contribuição da literatura infantil no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança.

Capítulo 1 Conceito da linguagem

A linguagem é dialógica por natureza não pode ser individual, ela é algo social, ocorre por interação de duas ou mais pessoas. Ela é uma comunicação, pois as pessoas não trocam palavras e sim enunciados. Ela se transforma através da interação entre as pessoas, um aprende com o outro e passa para o próximo. A linguagem é algo continuo em que com o tempo vai se transformando e passando por mudanças.

Um aprende com o outro e passa adiante o conhecimento e se torna algo social, mudando conforme a época, cultura social da região, assim a linguagem é sempre viva e nunca é vazia ela é sempre signo e nunca pode ser sinal. Aprender linguagem não é apenas aprender a codificação ou decodificar, é necessário aprender a mesma como sistema de signos não por meio de conjuntos de sinais. (CRUVINEL, 2010)

É preciso ensinar as crianças o sentido das coisas para que a mesma aprenda como signos, pois se assim fosse não teríamos pessoas que lêem e não entendem o que está diante dos olhos. Na Educação Infantil, o professor deve ser “secretário” do aluno; trazendo a tecnologia e a inovação para dentro da sala de aula, e sempre trazer a realidade para um bom desenvolvimento das atividades escolares.

O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

Leitura e Escrita

A escrita deve entrar na vida da criança de uma forma que elas gostem e tenham interesse pela mesma. A escrita deve ser ensinada com sentido; não pode ser ensinada sem primeiro mostrar para a criança o que é, sempre deve

se dar uma introdução porque elas estão aprendendo aquela novas palavras. Se deve ensinar sempre através de signos e não através de sinal.

De acordo com Arena (2010), os professores devem incentivar a leitura de imagens, pois a partir desta leitura se pode trabalhar a criatividade e realidade. Através do contexto a criança aprende, a leitura deve ser algo que atrai a atenção e o interesse das crianças. É a partir da leitura se faz um bom escritor.

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

Os professores preocupados com a antecipação da escolarização submetem as crianças ao aprendizado da leitura pela via da escrita de letras, sílabas e palavras. Mas, o treino da escrita no momento que a criança ainda não está preparada para essa aprendizagem torna-se mais lento e demorado e muitas vezes uma experiência de fracasso para a criança, como apontam os estudos de Mello e Miller (2008). Neste contexto, as crianças da educação infantil não terão mais tempo e ambiente para brincadeiras, pois agora elas estarão ocupadas com as tarefas de escrita e assim as crianças deixam de forma suas bases necessárias para aprendizagem da escrita à função simbólica que se forma na pintura, desenho, na modelagem a necessidade de expressão que se forma com a vivência em atividades que tenham sentido e significado para as crianças.

No caso da escrita é necessária a articulação da função simbólica da consciência, do pensamento, da memória, da atenção e da percepção.

No ato de ler e escrever, além de mobilizar o conjunto dessas funções intelectuais, a criança também precisa ter vontade de expressar ou comunicar alguma experiência vivida, por tudo isso a aprendizagem da escrita é importante para o desenvolvimento humano, e por ser importante a aprendizagem da escrita devemos fazer com que ela aconteça de maneira adequada (MELLO E MILLER, 2008)

A escrita é um instrumento que permite a participação das pessoas na cultura letrada e assim facilitam seu dia-a-dia. A aprendizagem da escrita provoca um salto de qualidade no desenvolvimento de quem aprende a ler e escrever já que o aprendizado desenvolve os mecanismos cerebrais que usamos para pensar.

Segundo Vygotski (2001), a escrita é uma representação de segunda ordem. Ela se constitui por um sistema de signos palavras escritas que representam os sons e palavras da linguagem oral, que tem relação com o mundo real.

Pra Vygotski (2001), desde o início, a escrita precisa ser apresentada á criança como um instrumento que tem uma função social: a função de expressar ou comunicar, ideias e sentimentos, ou seja, é um equivoco pensa que o ensino dos aspectos técnicos da escrita para a criança permite-lhe aprender a escrever e ler conforme requer o uso da escrita nas diversas situações sociais em que é utilizada.

Fazer uso da escrita em sua função social quer dizer usar a escrita junto com as crianças em situações verdadeiras de produção de textual para uma determinada destinação. Por exemplo, escrever uma carta juntamente com os alunos para os pais pedindo autorização para fazer um passeio e assim explicar qual a função da carta. Também pode ser feito as regras de convivência que o professor vai escrevendo junto com a turma as regrinhas.

E a mesma preocupação deve estar presente no trabalho com a leitura, a criança precisa conviver com a leitura como um instrumento que tem uma função social.

A leitura existe para relembrar noticias, buscar informações em livros ou dicionário, como tomar um remédio, como fazer uma receita e assim por diante. O professor lê para criança enquanto ela ainda não consegue realizar essa atividade com autonomia, e assim se espera formar uma biblioteca mental na criança.

Na educação infantil utilizamos a linguagem visual quando as crianças ilustram seu crachá para reconhecê-lo mais tarde e antes que aprendam a ler o próprio nome. É por meio da ilustração que as crianças reconhecem a regra que procuram seguir na vida diária da escola.

Por isso desde muito pequena a criança precisa conviver com praticas socias de leitura e da escrita, é importante saber que a história da escrita começa muito cedo na vida da criança.

A linguagem oral tem uma função essencial no desenvolvimento da criança, ela é o principal meio de comunicação das crianças, é por meio dela que a criança amplia seu contato com o mundo de pessoas e objetos que a rodeiam.

A linguagem oral é importante para a internalização de condutas, atua também na constituição da memória, da imaginação e é ela que forma as bases para a memória.

Literatura na Educação Infantil

Segundo Arena (2010) a literatura infantil sempre acompanha a cultura do momento de cada época. Ela está sempre em relação com a cultura, por isso pode dizer que quando o professor lê para suas crianças ele está contando histórias e leituras culturais. A leitura nunca se afasta da cultura, por este motivo cabe ao educador mostrar para as crianças a relação da leitura com a cultura, pois quanto mais sentido o mesmo mostrar para criança, ela relacionará com o seu cotidiano.

Por meio da literatura a criança conhece a sua cultura, e outras culturas que estão em sua volta. A leitura é de extrema importância por isso se deve estar sempre lendo para as crianças da educação infantil.

Ler significa descobrir e compreender a palavra do outro. A leitura é uma prática cultural e social, é através da leitura que as crianças aprimoram seu conhecimento e vão encontrando a palavra do outro e desenvolvendo sua

imaginação. Assim as crianças vão tem prazer e vontade de ler e isso fará muito bem para seu desenvolvimento.

Capítulo 2 Contextualizando Literatura Infantil

Os primeiros livros direcionados ao público infantil, surgiram no século XVIII. Autores como La Fontaine e Charles Perrault escreviam suas obras, enfocando principalmente os contos de fadas. De lá pra cá, a literatura infantil foi ocupando seu espaço e apresentando sua relevância. Com isto, muitos autores foram surgindo, como Hans Christian Andersen, os irmãos Grimm e Monteiro Lobato, imortalizados pela grandiosidade de suas obras. Nesta época, a literatura infantil era tida como mercadoria, principalmente para a sociedade aristocrática. Com o passar do tempo, a sociedade cresceu e modernizou-se por meio da industrialização, expandindo assim, a produção de livros.

A partir daí os laços entre a escola e literatura começam a se estreitar, pois para adquirir livros era preciso que as crianças dominassem a língua escrita e cabia a escola desenvolver esta capacidade. De acordo com Lajolo & Zilbermann, “a escola passa a habilitar as crianças para o consumo das obras impressas, servindo como intermediária entre a criança e a sociedade de consumo”. (2002, p.25)

Assim, surge outro enfoque relevante para a literatura infantil, que se tratava na verdade de uma literatura produzida para adultos e aproveitada para a criança. Seu aspecto didático-pedagógico de grande importância baseava-se numa linha moralista, paternalista, centrada numa representação de poder. Era, portanto, uma literatura para estimular a obediência, segundo a igreja, o governo ou ao senhor. Uma literatura intencional, cujas histórias acabavam sempre premiando o bom e castigando o que é considerado mau. Segue à risca os preceitos religiosos e considera a criança um ser a se moldar de acordo com o desejo dos que a educam, podando-lhe aptidões e expectativas.

Até as duas primeiras décadas do século XX, as obras didáticas produzidas para a infância, apresentavam um caráter ético-didático, ou seja, o livro tinha a finalidade única de educar, apresentar modelos, moldar a criança de acordo com as expectativas dos adultos. A obra dificilmente tinha o objetivo de tornar a leitura como fonte de prazer, retratando a aventura pela aventura. Havia poucas histórias que falavam da vida de forma lúdica, ou que faziam pequenas viagens em torno do cotidiano, ou a afirmação da amizade centrada no companheirismo, no amigo da vizinhança, da escola, da vida.

Essa visão de mundo maniqueísta, calçada no interesse do sistema, passa a ser substituída por volta dos anos 70 e a literatura infantil passa por uma revalorização, contribuída em grande parte pelas obras de Monteiro Lobato, no que se refere ao Brasil. Ela então, se ramifica por todos os caminhos da atividade humana, valorizando a aventura, o cotidiano, a família, a escola, o esporte, as brincadeiras, as minorias raciais, penetrando até no campo da política e suas implicações.

Hoje a dimensão de literatura infantil é muito mais ampla e importante. Ela proporciona à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutíveis. Segundo Abramovich (1997) quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos.

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica...É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula (ABRAMOVICH, 1997, p.17)

Neste sentido, quanto mais cedo a criança tiver contato com os livros e perceber o prazer que a leitura produz, maior será a probabilidade dela tornar-

se um adulto leitor. Da mesma forma através da leitura a criança adquire uma postura crítico-reflexiva,extremamente relevante à sua formação cognitiva.

Quando a criança ouve ou lê uma história e é capaz de comentar, indagar, duvidar ou discutir sobre ela, realiza uma interação verbal, que neste caso, vem ao encontro das noções de linguagem de Bakhtin (1992). Para ele, o confrontamento de idéias, de pensamentos em relação aos textos, tem sempre um caráter coletivo, social.

O conhecimento é adquirido na interlocução, o qual evolui por meio do confronto, da contrariedade. Assim, a linguagem segundo Bakthin (1992) é constitutiva, isto é, o sujeito constrói o seu pensamento, a partir do pensamento do outro, portanto, uma linguagem dialógica.

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 1992, p112)

E é partindo desta visão da interação social e do diálogo, que se pretende compreender a relevância da literatura infantil, que segundo afirma Coelho (2001, p.17), “é um fenômeno de linguagem resultante de uma experiência existencial, social e cultural.”

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto. Segundo Coelho (2002) a leitura, no sentido de compreensão do mundo é condição básica do ser humano.

A compreensão e sentido daquilo que o cerca inicia-se quando bebê, nos primeiros contatos com o mundo. Os sons, os odores, o toque, o paladar, de acordo com Martins (1994) são os primeiros passos para aprender a ler.Ler, no

entanto é uma atividade que implica não somente a decodificação de símbolos, ela envolve uma série de estratégias que permite o indivíduo compreender o que lê. Neste sentido, relata os PCN's (2001, p.54.):

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade.

Assim, pode-se observar que a capacidade para aprender está ligada ao contexto pessoal do indivíduo. Desta forma, Lajolo (2002) afirma que cada leitor, entrelaça o significado pessoal de suas leituras de mundo, com os vários significados que ele encontrou ao longo da história de um livro, por exemplo.

O ato de ler então, não representa apenas a decodificação, já que esta não está imediatamente ligada a uma experiência, fantasia ou necessidade do indivíduo. De acordo com os PCN's (2001) a decodificação é apenas uma, das várias etapas de desenvolvimento da leitura. A compreensão das idéias percebidas, a interpretação e a avaliação são as outras etapas que segundo Bamberguerd (2003, p.23) "fundem-se no ato da leitura". Desta forma, trabalhar com a diversidade textual, segundo os PCN's (2001), fazendo com que o indivíduo desenvolva significativamente as etapas de leitura é contribuir para a formação de leitores competentes.

A importância de ouvir histórias

Ouvir histórias é um acontecimento tão prazeroso que desperta o interesse das pessoas em todas as idades. Se os adultos adoram ouvir uma boa história, um "bom causo", a criança é capaz de se interessar e gostar ainda mais por elas, já que sua capacidade de imaginar é mais intensa.

A narrativa faz parte da vida da criança desde quando bebê, através da voz amada, dos acalantos e das canções de ninar, que mais tarde vão dando lugar às cantigas de roda, a narrativas curtas sobre crianças, animais ou natureza.

Aqui, crianças bem pequenas, já demonstram seu interesse pelas histórias, batendo palmas, sorrindo, sentindo medo ou imitando algum personagem. Neste sentido, é fundamental para a formação da criança que ela ouça muitas histórias desde a mais tenra idade.

O primeiro contato da criança com um texto é realizado oralmente, quando o pai, a mãe, os avós ou outra pessoa conta-lhe os mais diversos tipos de histórias. A preferida, nesta fase, é a história da sua vida. A criança adora ouvir como foi que ela nasceu, ou fatos que aconteceram com ela ou com pessoas da sua família. À medida que cresce, já é capaz de escolher a história que quer ouvir, ou a parte da história que mais lhe agrada. É nesta fase, que as histórias vão tornando-se aos poucos mais extensas, mais detalhadas.

A criança passa a interagir com as histórias, acrescenta detalhes, personagens ou lembra de fatos que passaram despercebidos pelo contador. Essas histórias reais são fundamentais para que a criança estabeleça a sua identidade, compreender melhor as relações familiares. Outro fato relevante é o vínculo afetivo que se estabelece entre o contador das histórias e a criança. Contar e ouvir uma história aconchegada a quem se ama é compartilhar uma experiência gostosa, na descoberta do mundo das histórias e dos livros.

Algum tempo depois, as crianças passam a se interessar por histórias inventadas e pelas histórias dos livros, como: contos de fadas ou contos maravilhosos, poemas, ficção, etc. Têm nesta perspectiva, a possibilidade de envolver o real e o imaginário que de acordo com Sandroni & Machado (1998, p.15) afirmam que “os livros aumentam muito o prazer de imaginar coisas. A partir de histórias simples, a criança começa a reconhecer e interpretar sua experiência da vida real”.

É importante contar histórias mesmo para as crianças que já sabem ler, pois segundo Abramovich (1997, p.23) “quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las”. Quando as crianças maiores ouvem as histórias, aprimoram a sua capacidade

de imaginação, já que ouvi-las pode estimular o pensar, o desenhar, o escrever, o criar, o recriar. Num mundo hoje tão cheio de tecnologias, onde as informações estão tão prontas, a criança que não tiver a oportunidade de suscitar seu imaginário, poderá no futuro, ser um indivíduo sem criticidade, pouco criativo, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

Portanto, garantir a riqueza da vivência narrativa desde os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação,que segundo Vigotsky (1992, p.128) caminham juntos: “a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista.”. Neste sentido, o autor enfoca que na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade: “afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece. (VIGOTSKY, 1992, p.129) ”.

O contato da criança com o livro pode acontecer muito antes do que os adultos imaginam. Muitos pais acreditam que a criança que não sabe ler não se interessa por livros, portanto não precisa ter contato com eles. O que se percebe é bem ao contrário. Segundo Sandroni & Machado (2000, p.12) “a criança percebe desde muito cedo, que livro é uma coisa boa, que dá prazer”. As crianças bem pequenas interessam-se pelas cores, formas e figuras que os livros possuem e que mais tarde, darão significados a elas, identificando-as e nomeando-as.

É importante que o livro seja tocado pela criança, folheado, de forma que ela tenha um contato mais íntimo com o objeto do seu interesse.A partir daí, ela começa a gostar dos livros, percebe que eles fazem parte de um mundo fascinante, onde a fantasia apresenta-se por meio de palavras e desenhos. De acordo com Sandroni & Machado (1998, p.16) “o amor pelos livros não é coisa

que apareça de repente". É preciso ajudar a criança a descobrir o que eles podem oferecer. Assim, pais e professores têm um papel fundamental nesta descoberta: serem estimuladores e incentivadores da leitura.

A literatura e os estágios psicológicos da criança

Durante o seu desenvolvimento, a criança passa por estágios psicológicos que precisam ser observados e respeitados no momento da escola de livros para ela. Essas etapas não dependem exclusivamente de sua idade, mas de acordo com Coelho (2002) do seu nível de amadurecimento psíquico, afetivo e intelectual e seu nível de conhecimento e domínio do mecanismo da leitura. Neste sentido, é necessária a adequação dos livros às diversas etapas pelas quais a criança normalmente passa. Existem cinco categorias que norteiam as fases do desenvolvimento psicológico da criança: o pré-leitor, o leitor iniciante, o leitor-em-processo, o leitor fluente e o leitor crítico.

O pré-leitor: categoria que abrange duas fases. Primeira infância (dos 15/17 meses aos 3 anos) Nesta fase a criança começa a reconhecer o mundo ao seu redor através do contato afetivo e do tato. Por este motivo ela sente necessidade de pegar ou tocar tudo o que estiver ao seu alcance. Outro momento marcante nesta fase é a aquisição da linguagem, onde a criança passa a nomear tudo a sua volta. A partir da percepção da criança com o meio em que vive, é possível estimulá-la oferecendo-lhe brinquedos, álbuns, chocalhos musicais, entre outros. Assim, ela poderá manuseá-los e nomeá-los e com a ajuda de um adulto poderá relacioná-los propiciando situações simples de leitura.

Segunda infância (a partir dos 2/3 anos) É o início da fase egocêntrica. Está mais adaptada ao meio físico e aumenta sua capacidade e interesse pela comunicação verbal. Como interessa-se também por atividades lúdicas, o "brincar"com o livro será importante e significativo para ela.

Nesta fase, os livros adequados, de acordo com Abramovich (1997) devem apresentar um contexto familiar, com predomínio absoluto da imagem que deve sugerir uma situação. Não se deve apresentar texto escrito, já que é através da nomeação das coisas que a criança estabelecerá uma relação entre a realidade e o mundo dos livros.

Livros que propõem humor, expectativa ou mistério são indicados para o pré-leitor.

A técnica da repetição ou reiteração de elementos são segundo Coelho (2002, p.34) “favoráveis para manter a atenção e o interesse desse difícil leitor a ser conquistado”. O leitor iniciante (a partir dos 6/7 anos) Essa é a fase em que a criança começa a apropriar-se da decodificação dos símbolos gráficos, mas como ainda encontra-se no início do processo, o papel do adulto como “agente estimulador” é fundamental.

Os livros adequados nesta fase devem ter uma linguagem simples com começo, meio e fim. As imagens devem predominar sobre o texto. As personagens podem ser humanas, bichos, robôs, objetos, especificando sempre os traços de comportamento, como bom e mau, forte e fraco, feio e bonito. Histórias engraçadas, ou que o bem vença o mal atraem muito o leitor nesta fase. Indiferentemente de se utilizarem textos como contos de fadas ou do mundo cotidiano, de acordo com Coelho (ibid, p. 35) “eles devem estimular a imaginação, a inteligência, a afetividade, as emoções, o pensar, o querer, o sentir”.

O leitor-em-processo (a partir dos 8/9anos) A criança nesta fase já domina o mecanismo da leitura. Seu pensamento está mais desenvolvido, permitindo-lhe realizar operações mentais. Interessa-se pelo conhecimento de toda a natureza e pelos desafios que lhes são propostos. O leitor desta fase tem grande atração por textos em que haja humor e situações inesperadas ou satíricas. O realismo e o imaginário também agradam a este leitor. Os livros adequados a esta fase devem apresentar imagens e textos, estes, escritos em frases

simples, de comunicação direta e objetiva. De acordo com Coelho (2002) deve conter início, meio e fim. O tema deve girar em torno de um conflito que deixará o texto mais emocionante e culminar com a solução do problema.

O leitor fluente (a partir dos 10/11 anos) O leitor fluente está em fase de consolidação dos mecanismos da leitura. Sua capacidade de concentração cresce e ele é capaz de compreender o mundo expresso no livro. Segundo Coelho (2002) é a partir dessa fase que a criança desenvolve o “pensamento hipotético dedutivo” e a capacidade de abstração. Este estágio, chamado de pré-adolescência, promove mudanças significativas no indivíduo. Há um sentimento de poder interior, de ver-se como um ser inteligente, reflexivo, capaz de resolver todos os seus problemas sozinhos. Aqui há uma espécie de retomada do egocentrismo infantil, pois assim como acontece com as crianças nesta fase, o pré-adolescente pode apresentar um certo desequilíbrio com o meio em que vive.

O leitor fluente é atraído por histórias que apresentem valores políticos e éticos, por heróis ou heroínas que lutam por um ideal. Identificam-se com textos que apresentam jovens em busca de espaço no meio em que vivem, seja no grupo, equipe, entre outros.É adequado oferecer a esse tipo de leitor histórias com linguagem mais elaborada. As imagens já não são indispensáveis, porém ainda são um elemento forte de atração. Interessam-se por mitos e lendas, policiais, romances e aventuras. Os gêneros narrativos que mais agradam são os contos, as crônicas e as novelas.

O leitor crítico (a partir dos 12/13 anos) Nesta fase é total o domínio da leitura e da linguagem escrita. Sua capacidade de reflexão aumenta, permitindo-lhe a intertextualização. Desenvolve gradativamente o pensamento reflexivo e a consciência crítica em relação ao mundo. Sentimentos como saber, fazer e poder são elementos que permeiam o adolescente. O convívio do leitor crítico com o texto literário, segundo Coelho (2002, p.40) “deve extrapolar a mera

fruição de prazer ou emoção e deve provocá-lo para penetrar no mecanismo da leitura".

O leitor crítico continua a interessar-se pelos tipos de leitura da fase anterior, porém, é necessário que ele se aproprie dos conceitos básicos da teoria literária. De acordo com Coelho (ibid, p.40) a literatura é considerada a arte da linguagem e como qualquer arte exige uma iniciação. Assim, há certos conhecimentos a respeito da literatura que não podem ser ignorados pelo leitor crítico.

Capítulo 3 A leitura deve ser uma atividade permanente no dia a dia do trabalho com a infância menor.

Ler, contar e ouvir histórias são atividades pelas quais a criança pode conhecer diferentes formas de falar, viver, pensar e agir, além de um universo de valores, costumes e comportamentos de sua e de outras culturas situadas em tempos e espaços diversos do seu.

A Educação Infantil tem a responsabilidade de resgatar e organizar o repertório das histórias que as crianças ouvem em casa e nos ambientes que frequentam, uma vez que essas histórias se constituem em rica fonte de informação sobre as diversas formas culturais de lidar com as emoções e com as questões éticas, contribuindo para a construção da subjetividade e da sensibilidade delas.

Ter acesso à boa literatura é dispor de informação cultural que alimenta a imaginação e desperta o prazer pela leitura.

Orientações para o trabalho com livros

Faixa Etária	Textos	Ilustrações	Materiais
De 10 meses a 2 anos	As histórias devem ser rápidas e curtas	Uma gravura em cada página, mostrando coisas simples e	Livros de pano, madeira e plástico. É recomendado o uso de fantoche e livro-fantoche

		visualmente atrativas.	
De 2 a 3 anos	Histórias rápidas com pouco texto e enredo simples, mas vivo, e poucos personagens. O tema deve se aproximar ao máximo da rotina da criança.	Gravuras grandes e com poucos detalhes.	Além dos citados para faixa etária anterior, com destaque para os fantoches, a música também exerce grande fascínio na criança, por isso livros sonoros são muito atrativos nesta fase. O livro-vocabulário também é uma boa opção, já que contribui diretamente para o desenvolvimento do léxico e para a formação de algumas noções como orientação espacial, tamanho e orientação temporal.
De 3 anos a 6 anos	Os livros adequados a está fase devem propor vivencias radicada no cotidiano familiar da criança por meio dos textos curtos.	Predomínio de imagens	Livros com dobraduras simples. Outro recurso é a transformação do contador de histórias com roupas e objetos característicos. A criança acredita, realmente que o contador de histórias se transformou no personagem ao colocar uma fantasia.

Ler para a criança

A leitura diária para a criança é importante a fim de que seja estabelecido um hábito. No entanto, essa leitura deve ser feita espontânea e gradativamente.

A seguir, um quadro com referências de tempo de leitura por idade da criança.

Cabe lembrar que, independentemente de qualquer coisa, a criança e seu interesse é que definirão o tempo de leitura

Idade	Tempo de leitura
Até 1 ano	Poucos minutos
Até 2 anos	10 minutos
Até 3 anos	15 minutos
Até 4 anos	20 minutos
Até 5 anos	30 minutos
Até 6 anos* *Crianças com Necessidades Educativas Especiais(NEE) ou que	30 minutos

ainda não tenham o domínio da leitura.	

Meios para tornar a leitura agradável e educativa

- Reconhecer o tempo da criança e não ir além dele;
- Procurar compreender o tipo de assunto que desperta a curiosidade na criança, para então escolher o material de leitura;
- Estimular a interação da criança com o livro perguntando sobre do que trata a história que será lida. Isso pode ser feito após ser lida a resenha da história; em seguida, abra espaço para deduções introduzindo perguntas como " E agora o que vai acontecer?". "Como será que acabar?". "Como vocês gostariam que a história acabasse?".
- Permitir que a criança "leia", quando já conhecer bem a história, apoiada na memória e nas ilustrações do livro;
- Promover oportunidades para o reconto da história.

Quando ler para criança

- Ler, contar histórias, cantar, cantar, recitar poemas para a criança (desde recém-nascida), ao amamentar dar mamadeira ou lanche.
- Aproveitar todos os momentos tranqüilos e de lazer para o aprendizado lúdico, seja quando passear em parques jardins, seja no avião ou no carro.
- Ler alguma história engraçada ou cantar uma música infantil (ritmos marcados e repetidos) quando a criança estiver irrequieta, com medo ou nervosa para acalmá-la.
- Falar sobre importância do silêncio para quem lê e para quem ouve.
- Em visita ao médico, ao dentista, ou quando for tomar vacinas, ler parra criança ou com ela histórias que mostrem esses profissionais em ação.

- Ler e discutir com a criança um filme ou uma peça teatral antes e depois de vê-los .
- Ler as regras de jogos e brinquedos para a criança antes de começar a brincadeira procurando percebendo quanto ele entendeu.
- Levar à criança a biblioteca, explicando antes o que é uma biblioteca, o que ela guarda e como encontrar o livro desejado.
- Levar a criança frequentemente a livrarias,, mostrar-lhes o ambiente e ajudá-la a escolher o livro. Há livrarias com espaço especial para crianças.

Estratégias de leitura

O que são estratégias de leitura? Qual é a importância dela na formação do leitor?

Desde cedo, ainda sem dominar o código verbal, as crianças são expostas a textos reais e usam estratégias de leitura que as ajudam a compreendê-los, buscando sentido, coerência. Por meio de um trabalho de dedução e inferência, a criança percebe as pistas que o próprio texto oferece. O papel da escola é o de ampliar e fortalecer o uso dessas estratégias para que elas não sejam abandonadas pelas crianças assim que dominarem o código verbal, uma vez que são ferramentas poderosas e fundamentais para encontrar o sentido no que se lê.

Como estratégia de leitura sugere-se:

- A **antecipação do conteúdo do texto**, que pode ser feita pelo título (os títulos dos textos, além de anunciarem a temática, indicam o gênero textual), pela capa do livro, pelas ilustrações e outros textos de apoio.
- **Observação de pistas que o texto oferece** para saber como ele será e o que mais ele vai dizer. As pistas podem estar nas ilustrações, nas cores usadas, nos tipos de letra, nos fatos e informações apresentadas;

- As **inferências**, isto é, a capacidade de deduzir fatos ou situações que não estão expressas no texto, mas que podem ser deduzidas por meio de outros fatos já expressos no texto ou de pistas, assim como pelo conhecimento de mundo da criança.

.**Como contribuir para a formação do leitor?**

A leitura de história e de bons textos deve fazer parte da rotina diária dos alunos.

- Planejar a leitura – o texto deve ser bem escolhido e a leitura, estudada.
- Repetir a leitura das mesmas histórias e deixar que completem os trechos.
- Ler de diferentes formas cada texto.
- Permitir interação durante ou após a leitura.
- Pedir para reproduzirem a história lida.
- Possibilitar o acesso a material de leitura significativo e interessante. Exemplo: comentar os livros que leu e achou interessante, e pedir aos alunos que também o façam.
- Colocar o material de leitura ao alcance dos alunos.
- Trabalhar com textos que possibilitem a memorização, organizar coletâneas com eles e incentivá-los a contar a história sem lê-la.
- Levar embalagens vazias, folhetos, catálogo etc. para a sala de aula.
- Criar situações em que a leitura seja necessária.
- Ler e escrever com finalidades reais.

O papel da Literatura Infantil na fase inicial da escrita

Quando o assunto é aquisição da leitura e da escrita, as histórias podem oferecer muito mais do que o universo ficcional. Na verdade, elas desenvolvem

aspectos importantes para a formação da criança no âmbito emocional, afetivo, social e cognitivo.

Ao ouvir histórias, a criança constrói seu conhecimento a respeito da linguagem escrita, que não se limita ao conhecimento das marcas gráficas que ele terá de produzir ou interpretar, mas envolve gênero, estrutura textual, funções, formas e recursos linguísticos. Ouvindo histórias, a criança sente a satisfação que elas provocam; aprende a estrutura delas e passa a ter consideração pela unidade e sequência do texto, assim como pelas estruturas linguísticas mais elaboradas, típicas da linguagem literária. Para tanto, o educador deve ter em mente certas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver o interesse e o hábito pela leitura é um processo constante, que começa muito cedo, em casa, aperfeiçoa-se na escola e continua pela vida inteira. Existem diversos fatores que influenciam o interesse pela leitura. O primeiro e talvez mais importante é determinado pela “atmosfera literária” que, segundo Bamberguerd (2000, p.71) a criança encontra em casa. A criança que houve histórias desde cedo, que tem contato direto com livros e que seja estimulada, terá um desenvolvimento favorável ao seu vocabulário, bem como a prontidão para a leitura.

De acordo com Bamberguerd (2000) a criança que lê com maior desenvoltura se interessa pela leitura e aprende mais facilmente, neste sentido, a criança interessada em aprender se transforma num leitor capaz. Sendo assim, pode-se dizer que a capacidade de ler está intimamente ligada a motivação. Infelizmente são poucos os pais que se dedicam efetivamente em estimular esta capacidade nos seus filhos. Outro fator que contribui positivamente em relação à leitura é a influência do professor. Nesta perspectiva, cabe ao

professor desempenhar um importante papel: o de ensinar a criança a ler e a gostar de ler.

Professores que oferecem pequenas doses diárias de leitura agradável, sem forçar, mas com naturalidade, desenvolverão na criança um hábito que poderá acompanhá-la pela vida afora. Para desenvolver um programa de leitura equilibrado, que integre os conteúdos relacionados ao currículo escolar e ofereça uma certa variedade de livros de literatura como contos, fábulas e poesias, é preciso que o professor observe a idade cronológica da criança e principalmente o estágio de desenvolvimento de leitura em que ela se encontra. De acordo com Sandroni & Machado (1998, p.23) “o equilíbrio de um programa de leitura depende muito mais do bom senso e da habilidade do professor que de uma hipotética e inexistente classe homogênea”.

Assim, as condições necessárias ao desenvolvimento de hábitos positivos de leitura, incluem oportunidades para ler de todas as formas possíveis. Freqüentar livrarias, feiras de livros e bibliotecas são excelentes sugestões para tornar permanente o hábito de leitura.

Num mundo tão cheio de tecnologias em que se vive, onde todas as informações ou notícias, músicas, jogos, filmes, podem ser trocados por e-mails, cd’s e dvd’s o lugar do livro parece ter sido esquecido. Há muitos que pensem que o livro é coisa do passado, que na era da Internet, ele não tem muito sentido. Mas, quem conhece a importância da literatura na vida de uma pessoa, quem sabe o poder que tem uma história bem contada, quem sabe os benefícios que uma simples história pode proporcionar, com certeza haverá de dizer que não há tecnologia no mundo que substitua o prazer de tocar as páginas de um livro e encontrar nelas um mundo repleto de encantamento.

Se o professor acreditar que além de informar, instruir ou ensinar, o livro pode dar prazer, encontrará meios de mostrar isso à criança. E ela vai se interessar por ele, vai querer buscar no livro esta alegria e prazer. Tudo está em ter a chance de conhecer a grande magia que o livro proporciona. Enfim, a literatura

infantil é um amplo campo de estudos que exige do professor conhecimento para saber adequar os livros às crianças, gerando um momento propício de prazer e estimulação para a leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, F . Gostosuras e bobices. Editora: Scipione. 1997.

ARENA, D. A literatura infantil como produção cultural e como instrumento de iniciação da criança no mundo da cultura escrita. São Paulo: Cortez, 2010.

BANBERGER, R . Como ensinar o hábito de leitura São Paulo: Ática 2000.

COELHO.N.N. Criança feliz contos e cantos. Editora:Editora Criança feliz.

CRUVINEL,F.R. Ensinar a Ler na Escola: A leitura como prática Cultural. Ensino em REVISTA Uberlândia, 2010, p.249-276.

MELLO, S; MILLER, S. O desenvolvimento da linguagem oral e escrita em crianças de 0 a 5 anos. Pró-Infantil: Curitiba, 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Portal do Mec.

VYGOTSKI, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

ARTIGO “CLIMA ESCOLAR: COMO FAZER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CRIAR PLANO DE CONVIVÊNCIA”

DEBORA APARECIDA CAMILO SUZUKI MAEDA

Resumo

O artigo aborda a importância da parceria entre escola e família, juntamente com a formação continuada dos professores, no processo educacional e na mediação de conflitos. Destaca-se o papel fundamental da instituição escolar na formação dos indivíduos, visando torná-los cidadãos participativos, críticos e responsáveis na sociedade. Partindo dessa premissa, ressalta a importância de um ambiente educativo democrático e do reconhecimento das experiências dos alunos fora da escola, através de sua interação com diferentes grupos sociais. A inclusão e o respeito à diversidade cultural de cada aluno, além do aproveitamento de seus conhecimentos prévios e vivências anteriores, são princípios que orientaram a elaboração do plano de ação apresentado, tendo como análise e reflexão os princípios norteadores do clima escolar e a mediação de conflitos e criar plano de convivência à luz da escola pública, laica e inclusiva, e as diretrizes: acesso e permanência, qualidade social da educação por meio das práticas pedagógicas e gestão democrática, na busca por um ensino de qualidade, que visa aprimorar constantemente o trabalho realizado pelos professores e funcionários da unidade escolar.

Palavras-chave: mediação de conflito, parceria escola-família, práticas pedagógicas.

Abstract

Summary

The article addresses the importance of the partnership between school and family, together with the continued training of teachers, in the educational process and in conflict mediation. The fundamental role of the school institution in the training of individuals stands out, aiming to make them participative, critical and responsible citizens in society. Based on this premise, it highlights the importance of a democratic educational environment and the recognition of students' experiences outside of school, through their interaction with different

social groups. Inclusion and respect for the cultural diversity of each student, in addition to making use of their prior knowledge and previous experiences, are principles that guided the preparation of the action plan presented, taking as analysis and reflection the guiding principles of the school climate and the mediation of conflicts and create a plan for coexistence in the light of public, secular and inclusive schools, and the guidelines: access and permanence, social quality of education through pedagogical practices and democratic management, in the search for quality teaching, which aims to constantly improve the work carried out by teachers and school staff.

Keywords: conflict mediation, school-family partnership, pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir reflexões acerca da mediação de conflitos como uma ferramenta de atuação na resolução de conflitos em um espaço educacional, onde a violência e indisciplina têm sido um dos temas mais discutidos no ambiente escolar, nas mídias sociais e se tornando um número substancial nos índices educacionais. Do ponto de vista da resolução de conflitos, um importante ponto é buscar desenvolver na prática docente o desenvolvimento de propostas que busquem a prevenção e transformação das situações conflituosas em uma prática de desenvolvimento da cultura de paz.

> A diversidade no meio social é, especialmente no ambiente escolar, fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que nele interagem (MANTOAN, 1997, p.9)

Dentro desta reflexão, a parceria escola-família e a formação continuada dos professores, são fundamentais, proporcionando espaços de troca e crescimento, ressaltando a importância que a instituição escolar tem na formação dos indivíduos, tornando-os cidadãos participativos, atuantes, críticos, capazes de atuar com dignidade, solidariedade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Criar um ambiente educativo democrático, o olhar para as crianças, jovens e adultos são fundamentais para vislumbrarmos as experiências que

estão vinculadas para além da escola, por meio de sua convivência com outros grupos sociais.

Acolher a todos os alunos, respeitando a diversidade cultural de cada um, partindo de seus conhecimentos prévios e vivências anteriores para a continuidade do processo de construção dos saberes foram princípios que norteiam a prática da Mediação de Conflitos.

Uma das práticas bastante comuns é a construção de um Plano de Ação que visa a convivência e a avaliação constante dos processos, dos momentos de reflexão e estudo, são importantes para se mensurar os avanços e as dificuldades dentro do percurso, a fim de que sejam realizadas intervenções. Dada a importância de avaliar em caráter contínuo, formativo e que repensa as práticas que serão desenvolvidas ao longo do planejamento elaborado.

Ao construir minhas reflexões, trago a concepção de escola enquanto um espaço social privilegiado no qual as relações humanas são construídas e vivenciadas, onde se presume a construção e a produção de conhecimentos necessários e constitutivos das ações da cidadania. Temos claro que um dos papeis da educação no mundo contemporâneo é formar cidadãos críticos, capazes de refletirem sobre as mais diversas questões, terem atitudes éticas no convívio em sociedade e poderem atuar a favor da transformação social, sendo esta mais justa, solidária e democrática. Por meio do trabalho pedagógico temos a intenção de colaborar com a formação de sujeitos autônomos, capazes de desenvolver competências, saberes e atitudes favoráveis em ambientes sociais.

Vale recuperar em Freire alguns destes princípios, qualidades e virtudes que acreditamos necessários, a partir de valores que constituem uma ética universal do ser humano: a solidariedade, a amorosidade, a tolerância, o respeito ao outro, a humildade, o gosto pela alegria e pela vida, a abertura ao novo e a disponibilidade à mudança.

Em um mundo em intensa e constante transformação, tais habilidades tornam-se tão importantes quanto a leitura, a escrita ou o cálculo, permitindo que nossas crianças e jovens sejam protagonistas da própria vida, tenham uma

formação cidadã, tenham a capacidade de tomar decisões e lidar com os desafios dos novos tempos.

Desenvolver a aprendizagem socioemocional, possibilita que os estudantes possam trilhar um caminho de descobertas e autoconhecimento, auxiliando-os a compreender melhor os seus sentimentos, suas preferências, formas diferenciadas de aprendizados e aquilo que os deixam desmotivados.

Tentar suprimir completamente os conflitos no ambiente escolar seria uma tarefa impossível e irrealista, dada a diversidade de experiências, perspectivas e personalidades presentes em uma comunidade escolar. No entanto, a mediação oferece uma abordagem eficaz para regular esses conflitos por meio da construção do diálogo e da busca por soluções pacíficas.

Ao invés de tentar ignorar ou eliminar os conflitos, é fundamental reconhecer sua inevitabilidade e buscar maneiras construtivas de lidar com eles. A mediação proporciona um espaço seguro e estruturado onde as partes envolvidas podem expressar suas preocupações, ouvir umas às outras e trabalhar juntas para encontrar soluções mutuamente satisfatórias.

Um dos aspectos mais poderosos da mediação é que ela não privilegia nenhum grupo ou ponto de vista específico. Em vez disso, promove a igualdade de participação e valoriza as diferentes perspectivas presentes no conflito. Isso permite que todos os envolvidos se sintam ouvidos e respeitados, aumentando a probabilidade de alcançar uma resolução que seja justa e aceitável para todos.

Além disso, a mediação tem o potencial de criar novos cenários e dinâmicas dentro do ambiente escolar. Ao promover o diálogo aberto e a resolução de problemas colaborativa, ela pode ajudar a transformar conflitos negativos em oportunidades de crescimento e aprendizado. Isso não apenas contribui para um clima escolar mais pacífico e harmonioso, mas também fortalece as habilidades sociais e emocionais dos alunos, preparando-os para lidar eficazmente com conflitos ao longo de suas vidas.

Portanto, a mediação não apenas oferece uma abordagem eficaz para regular os conflitos no espaço escolar, mas também desempenha um papel

fundamental na construção de uma cultura de paz, respeito mútuo e cooperação dentro da comunidade escolar. De um modo geral, a mediação de conflitos se destaca como um importante meio para administrar disputas, posto que grande parte dos conflitos ocorre nas relações continuadas (familiares, vizinhos, amigos, na escola, entre outras).

Evidenciam alguns estudos que a prática da mediação de conflitos desenvolvida na escola tem sido uma ótima ferramenta para ajudar na pacificação e democratização escolar, bem como, fortalecer os estudantes para que desenvolvam com mais facilidade as competências socioemocionais, como evidência a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018, p. 10).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil reconhece a importância das competências socioemocionais no processo educacional e destaca a mediação de conflitos como uma prática que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dessas competências. Ao promover a mediação de conflitos nas escolas, a BNCC está fornecendo um respaldo pedagógico para essa abordagem e incentivando sua implementação em todo o país.

Ao se considerar a escola como ambiente onde se busca a educação cultural e social do indivíduo. É nesse universo que ocorrem as trocas de experiências e nascem os encontros e desencontros. Nesse contexto mediação de conflito escolar se apresenta como um convite ao aprendizado e aperfeiçoamento da habilidade de negociação e de resolução de conflito.

Assim, meu plano de convivência intenciona que os alunos e a equipe escolar sejam levados a refletir sobre formas diferentes de enxergar as situações (observar), mudando comportamentos (agir) e assim conseguem alcançar resultados diferentes e consistentes (obter).

Visamos criar novos paradigmas, práticas efetivas e resultados reais. Quando mudamos a maneira como vemos as coisas, influenciamos o que fazemos e os resultados que obtemos.

Mais do que a aprendizagem dos conhecimentos historicamente acumulados, concebemos a aprendizagem a favor da formação de cidadãos

capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. Para tal propósito, são elencados planos de formação e de curso com objetivos e conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais históricas fazendo com que os alunos se apropriem e construam conhecimentos de maneira crítica e reflexiva.

A concepção de aprendizagem defendida aqui está baseada no exercício de reflexão e construção, considerando os diferentes saberes dos educandos e valorizando suas experiências. As trocas desses conhecimentos são estimuladas e estes são aproveitados para o planejamento e replanejamento das propostas pedagógicas. No processo de ensino e aprendizagem, cabe ao professor promover situações de aprendizagens significativas e desafiadoras, em que o aluno elabore hipóteses e possa experimentá-las. Cada aluno é sujeito de seu processo de aprendizagem, sendo o professor mediador na interação dos alunos com o conhecimento e com os demais educandos. Consideramos que a escola cumpre a sua função assegurando a todos os alunos e profissionais envolvidos a construção contínua e sistemática de conhecimentos científicos, culturais e éticos, pautados em metas que consideram aonde se quer chegar e qual caminho a seguir.

2 ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PARA UM AMBIENTE ESCOLAR HARMONIOSO

A mediação, como abordada, representa uma oportunidade valiosa para as partes envolvidas resolverem seus próprios conflitos, sem a necessidade de delegá-los a uma terceira pessoa para impor uma decisão. Este aspecto essencial da mediação destaca sua natureza consensual e flexível, que se baseia na cooperação voluntária dos participantes. É importante enfatizar que a mediação é facilitada por um mediador independente e imparcial, cujo papel é guiar o processo de comunicação e negociação, sem tomar partido ou impor soluções. Ao incorporar a mediação de conflitos no contexto escolar, estamos

promovendo não apenas a resolução pacífica de disputas, mas também capacitando os alunos a assumirem responsabilidade por suas próprias questões e a desenvolverem habilidades essenciais de comunicação e resolução de problemas. Este enfoque colaborativo e centrado nas partes envolvidas é fundamental para criar um ambiente escolar onde o diálogo, o entendimento mútuo e a construção de relações saudáveis são valorizados e incentivados.

De acordo com o professor e escritor Luis Alberto Warat,

> A mediação seria uma proposta transformadora do conflito porque não busca a sua decisão por um terceiro, mas, sim, a sua resolução pelas próprias partes, que recebem auxílio do mediador para administrá-lo. A mediação não se preocupa com o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos. Tampouco, tem como única finalidade a obtenção de um acordo. Mas visa, principalmente, ajudar as partes a redimensionar o conflito, aqui entendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvidas (Warat, 2001, p. 80).

O autor Luis Alberto Warat destaca aspectos essenciais da mediação de conflitos, especialmente quando aplicada no contexto escolar. Aqui, a mediação não é apenas sobre resolver disputas ou chegar a um acordo, mas sim sobre transformar a maneira como as partes envolvidas percebem e lidam com o conflito.

No ambiente escolar, a mediação busca criar um espaço onde os alunos possam desenvolver habilidades de comunicação, empatia e resolução de problemas. Mais do que simplesmente resolver conflitos pontuais, a mediação visa promover uma cultura de respeito mútuo e compreensão, ajudando os alunos a aprenderem a se colocar no lugar do outro e a encontrar soluções colaborativas para os desafios que enfrentam.

Ao priorizar o desenvolvimento de um ambiente que valoriza a comunicação aberta e o diálogo, a mediação no contexto escolar não apenas resolve conflitos de maneira mais eficaz, mas também contribui para o crescimento e desenvolvimento pessoal dos alunos. Essa abordagem não se limita apenas aos resultados imediatos de um conflito, mas busca transformar

as atitudes e comportamentos dos alunos, preparando-os para lidar de forma construtiva com os conflitos ao longo de suas vidas.

No âmbito da mediação de conflitos, é essencial reconhecer a importância de princípios fundamentais que guiam e orientam a prática, especialmente quando aplicada no contexto escolar. Dentre esses princípios, destaca-se a necessidade de acolher a todos os alunos, respeitando a diversidade cultural de cada um.

O primeiro passo para a eficácia da mediação de conflitos é criar um ambiente inclusivo e seguro, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, independentemente de sua origem étnica, cultural ou social. Esse princípio de acolhimento é essencial para estabelecer uma base sólida para o processo de mediação, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas.

Além disso, a mediação de conflitos reconhece a importância de respeitar a diversidade cultural de cada aluno. Cada estudante traz consigo uma riqueza de experiências, valores e perspectivas culturais que devem ser levados em consideração durante o processo de resolução de conflitos. Ao valorizar e respeitar essa diversidade, a mediação promove um ambiente onde as diferenças são celebradas e vistas como uma oportunidade de enriquecimento mútuo.

Outro aspecto crucial é partir dos conhecimentos prévios e vivências anteriores dos alunos para a continuidade do processo de construção dos saberes. Cada aluno possui um conjunto único de conhecimentos e experiências que podem contribuir significativamente para a compreensão e resolução de conflitos. Ao partir desses conhecimentos prévios, a mediação de conflitos cria um espaço onde os alunos são incentivados a compartilhar suas perspectivas e a colaborar na busca de soluções mutuamente satisfatórias.

Em suma, os princípios de acolhimento, respeito à diversidade cultural e valorização dos conhecimentos prévios dos alunos são fundamentais para uma prática eficaz de mediação de conflitos no ambiente escolar. Ao incorporar esses princípios em suas abordagens e estratégias de mediação, as escolas

podem criar um ambiente propício para o diálogo, a colaboração e a resolução pacífica de conflitos, contribuindo para o desenvolvimento integral de seus alunos e para a promoção de uma cultura de paz e inclusão.

Ao adotar a mediação como uma ferramenta para promover um ambiente escolar mais saudável e inclusivo, as escolas estão investindo não apenas na resolução de problemas imediatos, mas também no desenvolvimento de habilidades e valores fundamentais para o sucesso pessoal e social de seus alunos.

A prática da mediação no ambiente escolar visa não apenas resolver conflitos imediatos, mas também cultivar habilidades socioemocionais e promover um ambiente harmonioso para os alunos. Como observado por Schabbel (2002), a mediação busca incentivar a compreensão da natureza dos sentidos, capacidades e possibilidades humanas. Ao participarem ativamente da mediação de conflitos, os alunos têm a oportunidade de compartilhar suas emoções, conhecer suas qualidades e dificuldades e fortalecer sua autoconfiança em suas habilidades.

Schabbel (2002) também destaca que a mediação oferece uma oportunidade para o pensamento criativo sobre os problemas, incentivando os alunos a encontrar soluções inovadoras e adaptativas para os desafios que enfrentam. Além disso, a mediação planta a semente da prevenção e da resolução pacífica de conflitos, capacitando os alunos a reconhecerem os sinais precoces de conflito e a abordá-los de maneira construtiva.

Portanto, ao implementar práticas de mediação de conflitos nas escolas, é possível criar um ambiente onde os alunos desenvolvem habilidades essenciais para a vida, além de promover um clima escolar positivo e inclusivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, discutimos a relevância da mediação de conflitos escolares como uma estratégia eficaz para prevenir e combater a violência, promovendo a proximidade entre alunos e professores e capacitando a equipe

gestora para intervir quando necessário. Observamos que a violência tem sido um tema cada vez mais presente no ambiente escolar, tornando crucial a implementação de abordagens proativas para lidar com esse desafio.

Diante das reflexões de Fante (2005) e do contexto discutido ao longo deste texto, torna-se evidente a importância da mediação de conflitos como uma ferramenta fundamental na redução da violência nas escolas. Conforme destacado por Fante, é crucial implementar projetos que promovam a conscientização dos estudantes e estimulem a educação dos sentimentos, bem como a valorização das relações interpessoais.

Através da mediação de conflitos, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades socioemocionais essenciais, tais como empatia, comunicação eficaz e resolução de problemas de forma construtiva. Além disso, a mediação cria um ambiente propício para o diálogo aberto e respeitoso, permitindo que as partes envolvidas expressem suas preocupações e trabalhem juntas para encontrar soluções mutuamente satisfatórias.

Portanto, concluímos que a mediação de conflitos é um mecanismo eficaz para promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e livre de violência. Ao investir na implementação de programas de mediação e na formação de mediadores qualificados, as escolas podem desempenhar um papel significativo na construção de uma cultura de paz e no desenvolvimento integral dos seus alunos.

Em última análise, a mediação de conflitos não apenas contribui para a redução da violência nas escolas, mas também promove valores como respeito mútuo, cooperação e resolução pacífica de disputas, preparando os alunos para serem cidadãos responsáveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Através da mediação de conflitos, destacamos a importância do diálogo, da conscientização e da capacitação para promover uma cultura de paz dentro das instituições de ensino. Ao fornecer aos alunos e à comunidade escolar as ferramentas necessárias para resolver conflitos de maneira construtiva, a

mediação não apenas ajuda a prevenir episódios de violência, mas também promove o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos envolvidos.

Ao longo desse estudo, traçamos a mediação de conflitos escolares como um caminho pedagógico essencial para melhorar a convivência no ambiente escolar, promover valores humanos e fortalecer o indivíduo. Acreditamos que ao investir na mediação de conflitos, as escolas não apenas abordam questões imediatas de conflito, mas também contribuem para a formação de uma sociedade mais pacífica e inclusiva, onde o diálogo e a valorização dos direitos humanos são fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, C., & Ribeiro, A. P. (2010). **Mediação de Conflitos: Estratégias e Técnicas.** Quarteto Editora

Araújo, C. (2014). **Mediação Escolar: Uma Experiência numa Escola do 1.º Ciclo.** Revista Interdisciplinar de Estudos Educacionais, 6(1), 171-186.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Coelho, I., & Marques, J. (2015). **Mediação de Conflitos: Práticas e Técnicas**. Editora Vozes.

Feliciano, C. (2010). **Mediação e Resolução de Conflitos: O Papel do Mediador.** Acta Sociológica, 3(1), 139-154.

Folger, J. P., & Bush, R. A. B. (2014). **Mediação de Conflitos: Esferas, Princípios e Prática**. Editora Atlas.

Lopes, I., & Alves, M. (2016). **Mediação de Conflitos: Práticas e Desafios.** Revista Eletrônica Direito e Política, 11(1), 19-36

Ribeiro, A. P. (2008). **A Prática da Mediação e a Formação do Mediador: Experiências no Sistema de Justiça Português**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, 13(2), 37-54

Ribeiro, A. P. (2009). **Mediação e Transformação de Conflitos: Práticas e Reflexões.** Quarteto Editora.

ROSENBERG, Marshal B. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo**. Trad. Grace Patricia Close Deckers. São Paulo: Palas Athena, 2019.

Santos, A. M., & Feliciano, C. (2012). **Mediação de Conflitos: Uma Abordagem Estratégica e Sistémica.** Edições Sílabo.

SCHABBEL, Ph.; CORINNA, D. **Mediação escolar entre pares: semeando a paz entre os jovens.** São Paulo: Willis Harmann House, 2002.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

DA ARTE MODERNA A ARTE CONTEMPORÂNEA: O TRABALHO EM SALA DE AULA

ELAINE DA SILVA SANTOS

RESUMO

Em dias atuais muito se fala nas diferenças da Arte Moderna e Arte Contemporânea, em virtude de as mesmas terem sido marcos importantes na formação social e cultural, pós-guerra Mundial, da atual sociedade. A Arte Moderna é marcada por obras consideradas abstratas, as quais procuravam demonstrar o ser interior do homem, enquanto a Arte Contemporânea procura demonstrar a realidade do homem e sua cultura. Por outro lado, vale destacar que abordar em sala de aula esses momentos, por não dizer movimentos, culturais tão importantes na constituição social atual, vem a ser de suma importância na formação e desenvolvimento dos alunos, os quais convivem em seu cotidiano, com manifestações diversas. Nesse sentido esse artigo se objetiva em ser um instrumento auxiliador e norteador da importância de artes na formação social e cultural humana. Assim, se valeu como instrumento, à revisão bibliográfica, consultando livros, fontes de dados online, artigos científicos para o devido desenvolvimento do trabalho. Os resultados foram fundamentados pelos autores: Freire, Lima, Santos, Florêncio, entre outros. Dessa maneira inicia-se com um breve histórico a respeito de Arte Moderna e Arte Contemporânea, logo em seguida, aborda-se a importância do Trabalho de Artes em sala de aula.

Palavras-chave: Arte Moderna. Arte Contemporânea. Sociedade. Formação Cidadã.

ABSTRACT

In present day much is spoken in the differences of the Modern Art and Contemporary Art, by virtue of which they have been important marks in the social and cultural formation, post World War, of the present society. Modern Art is marked by works considered abstract, which sought to demonstrate the inner being of man, while Contemporary Art seeks to demonstrate the reality of

man and his culture. On the other hand, it is worth emphasizing that addressing in the classroom these moments, not to mention cultural movements so important in the current social constitution, is of paramount importance in the formation and development of the students, who coexist in their daily life, with manifestations several. In this sense, this article aims to be a tool that helps and guides the importance of arts in human social and cultural formation. Thus, if it was used as an instrument, the bibliographic review, consulting books, online data sources, scientific articles for the proper development of the work. The results were supported by the authors: Freire, Lima, Santos, Florêncio, among others. This way begins with a brief history regarding Modern Art and Contemporary Art, soon after, it is addressed the importance of Arts Work in the classroom.

Keywords: Modern Art. Contemporary art. Society. Citizen Training.

1. INTRODUÇÃO

Em dias atuais quando se fala em Arte Contemporânea deve-se levar em consideração que esse conceito artístico veio após a Arte Moderna, que de certa forma revolucionou e influenciou os conceitos de fazer arte. Assim discorrer a respeito da passagem da Arte Moderna para a Contemporânea venha a ser de suma importância como marco histórico para as expressões culturais sociais dos dias atuais.

Por outro lado, quando se fala especificamente da passagem da Arte Moderna para a Arte Contemporânea remete-se a conceituar cada momento artístico e sua importância no desenvolvimento social humano, bem como esses movimentos exerceram influência e na cultura da sociedade após a II Guerra Mundial, especificamente.

Nesse contexto o foco central se concentra na "*Da Arte Moderna a Arte Contemporânea: O trabalho em sala de aula"*, pois de acordo com Massucato e Mayrink (2015) as atividades artísticas são tão importantes quanto as outras disciplinas curriculares e não podem ser vistas apenas como um passatempo. É papel dos educadores desenvolver nos alunos o conhecimento de mundo

através das artes, conduzindo cada um deles a conhecer as suas limitações e a explorar as suas potencialidades.

O resultado esperado com este artigo é contribuir para conscientização de docentes e demais pessoas envolvidas no processo de ensino para que tenha em mente a importância dos movimentos artísticos para a formação cultural da sociedade atual.

Assim, esse artigo se objetiva na identificação de instrumentos auxiliadores e mediadores que possam facilitar o entendimento e compreensão da formação cultural atual, bem como fomentar a aprendizagem em sala de aula, auxiliando os alunos no fazer arte, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

O que leva aos questionamentos: Como ocorreu a passagem da Arte Moderna para a Arte Contemporânea? Como ensinar em sala de aula esse momento histórico?

Para se atingir os objetivos e responder a indagação, a metodologia adotada é por meio de pesquisa bibliográfica especializada que aborda o assunto. Enfim, a intenção central, vem a ser a coleta dos dados por meio de uma pesquisa descritiva, a qual possibilitará análise, organização e discussão dos mesmos.

2. DESENVOLVIMENTO

Este artigo foi desenvolvido a fim de retratar e analisar a passagem da Arte Moderna para a Arte Contemporânea em todo o seu contexto, possibilitando assim, um melhor entendimento a respeito do assunto. Nesse contexto vale ressaltar um breve histórico a respeito de Arte Moderna e Arte Contemporânea, a fim de estabelecer parâmetros que possam identificar o momento no qual ocorreu essa transição, bem como os motivos.

Por outro lado, conceituar o trabalho em sala de aula com artes, pois a arte por ser considerada uma produção social, vem a ser um instrumento auxiliador e mediador de aprendizagem e no desenvolvimento humano, bem como de formação ética, cultural e social, possibilitando ao sujeito que ao conviver e viver com arte amplia a sua visão em relação a sociedade na qual se está inserido e do mundo.

Nesse sentido, recorrendo a Freire (2005) que em seus inscritos vem a retratar que Arte Modena é o termo que designa qualquer expressão e produção artística que ocorreu no final do século XIX até meados do século XX.

Em continuidade, a autora vem a destacar que englobam este período os mais diferentes tipos de arte como: pintura, literatura, música, escultura, fotografia e arquitetura. Na Arte Moderna pode-se ver claramente a influência da Revolução Industrial e suas máquinas a vapor, a fotografia, o cinema e uma produção científica voltada ao estudo da mente.

Ainda, segundo Freire (2005), foi uma época em que tudo mudava muito rapidamente e de forma caótica e desorganizada, marcada pela sensação que tudo é efêmero, e com uma sensação de realidade fragmentada. Estas são as sensações que sentimos quando estamos diante de alguma obra criada durante o período do Modernismo.

Os artistas desta época acreditavam que qualquer obra que mostrasse a realidade como ela é, estava ultrapassada. Para eles, era preciso criar uma nova forma de ver e sentir o mundo, em todas as suas expressões, a fim de mudar a forma como toda a sociedade via o mundo. (FREIRE, 2005)

Nesse ponto Freire (2005) vem a esclarecer que foi durante este período que os artistas passaram a se ver como figuras mais do que importantes na sociedade, e responsáveis por captar a verdadeira essência da natureza humana, não somente retratar o cotidiano. Começou então uma fase de desconstrução da criatividade. Era um período de guerras, evoluções tecnológicas e confusão, que fez com que os artistas desejassem compreender

o que estava se passando, por intermédio do conhecimento e experimentação de todas as novidades que estavam acontecendo.

No decorrer da Arte Moderna surgiram várias correntes, sendo as principais conhecidas:

- Surrealismo: O surrealismo surgiu na França na década de 1920. Este movimento foi significativamente influenciado pelas teses psicanalíticas de Sigmund Freud, que mostram a importância do inconsciente na criatividade do ser humano. De acordo com Freud, o homem deve libertar sua mente da lógica imposta pelos padrões comportamentais e morais estabelecidos pela sociedade e dar vazão aos sonhos e as informações do inconsciente. O pai da psicanálise, não segue os valores sociais da burguesia como, por exemplo, o status, a família e a pátria. O marco de início do surrealismo foi a publicação do Manifesto Surrealista, feito pelo poeta e psiquiatra francês André Breton, em 1924. Neste manifesto, foram declarados os principais princípios do movimento surrealista: ausência da lógica, adoção de uma realidade "maravilhosa" (superior), exaltação da liberdade de criação, entre outros. Os artistas ligados ao surrealismo, além de rejeitarem os valores ditados pela burguesia, vão criar obras repletas de humor, sonhos, utopias e qualquer informação contrária à lógica. (GOMES, 1995)

- Expressionismo: Em oposição ao Impressionismo, o Expressionismo surge no final do século XIX com características que ressaltam a subjetividade. Neste movimento, a intenção do artista é de recriar o mundo e não apenas a de absorvê-lo da mesma forma que é visto. Aqui ele se opõe à objetividade da imagem, destacando, em contrapartida, o subjetivismo da expressão. Seu marco ocorreu na Alemanha, onde atingiu vários pintores num momento em que o país atravessava um período de guerra. As obras de arte expressionistas mostram o estado psicológico e as denúncias sociais de uma sociedade que se

considerava doentes e na carência de um mundo melhor. Pode-se dizer que o Expressionismo foi mais que uma forma de expressão, ele foi uma atitude em prol dos valores humanos num momento em que politicamente isto era o que menos interessava. Além de sua forte manifestação na pintura, o expressionismo foi marcante também em outras manifestações artísticas, tais como: literatura, cinema, teatro, etc. Na literatura, há muitas obras que refletem a crise de consciência que tomou conta da sociedade antes e depois da Primeira Guerra Mundial. (DIAS, 1999)

- *Futurismo:* O futurismo é um movimento artístico e literário surgido oficialmente em 20 de fevereiro de 1909, com a publicação do Manifesto Futurista, do poeta italiano Filippo Marinetti, no jornal francês Le Figaro. A obra rejeitava o moralismo e o passado. Apresentava um novo tipo de beleza, baseado na velocidade e na elevação da violência. O slogan do primeiro manifesto futurista de 1909 era “Liberdade para as palavras”, e considerava o design tipográfico da época, especialmente em jornais e propaganda. A diferença entre arte e design passa a ser abandonada e a propaganda é escolhida como forma de comunicação. O novo é uma característica tão forte do movimento, que este chegou a defender a destruição de museus e de cidades antigas. Considerava a guerra como forma de higienizar o mundo. O futurismo desenvolveu-se em todas as artes, influenciando vários artistas que posteriormente instituíram outros movimentos modernistas. Repercutiu principalmente na França e na Itália, onde vários artistas, entre eles Marinetti, se identificaram com o fascismo. O futurismo enfraqueceu após a Primeira Guerra Mundial, mas seu espírito rumoroso e inquieto refletiu no dadaísmo, no concretismo, na tipografia moderna e no design gráfico pós-moderno. A pintura futurista recebeu influência do cubismo e do abstracionismo, mas utilizava-se de cores vivas e contrastes e a sobreposição das imagens com a pretensão de dar a ideia de dinamismo. Na literatura, as principais

manifestações ocorreram na poesia italiana, que se dedicava às causas políticas. A linguagem é espontânea e as frases são fragmentadas para exprimir a ideia de velocidade. (COSTA, 2014)

- Dadaísmo: O Dadaísmo surge em meio à guerra, em 1916, do encontro de um grupo de refugiados (escritores e artistas plásticos) com o intuito de fazer algo significativo que chocasse a burguesia da época. Este movimento é o reflexo da perspectiva diante das consequências emocionais trazidas pela Primeira Guerra Mundial: o sentimento de revolta, de agressividade, de indignação, de instabilidade. O Dadaísmo é considerado a radicalização das três vanguardas europeias anteriores: o Futurismo, o Expressionismo e o Cubismo. Os artistas desse período eram contra o capitalismo burguês e a guerra promovida com motivação capitalista. A intenção desta vanguarda é destruir os valores burgueses e a arte tradicional. A literatura tem como características: a agressividade verbalizada, a desordem das palavras, a incoerência, a banalização da rima, da lógica, do raciocínio. Faz uso do nonsense, ou seja, da falta de sentido da linguagem, as palavras são dispostas conforme surgem no pensamento, a fim de ridicularizar o tradicionalismo. O próprio nome “Dadaísmo” não tem significado nenhum, provavelmente tem o intuito de remeter à linguagem da criança que ainda não fala. Um dos principais autores e também fundador do Dadaísmo é Tristan Tzara, o qual ensina que a linguagem dadaísta pretende anular qualquer barreira quanto a significações, pois o importante nas palavras não é seu significado, e sim sua sonoridade. O som é intensificado com o grito, o urro contra o burguês e seu apego ao capital. (VILARINHO, 2016)

- *Cubismo:* Fundado no início do século XX, o Cubismo é considerado um dos movimentos mais influentes desse período. Suas obras tratavam de

> maneira geométrica as formas da natureza, assim a representação do universo visual passou a não ter nenhuma obrigação com suas reais formas, no entanto não chegavam à abstração, pois as imagens representadas ainda permaneciam figurativas, ou seja, ainda eram reconhecíveis. Embora os temas das pinturas Cubistas tenham sido temas convencionais como autos-retratos e natureza morta, o modo como os artistas desse movimento representava sua visão dos objetos era considerado muito ousado, pois rompia como a perspectiva tradicional e a linha de contorno. Os cubistas utilizavam pontos de vistas diversos e cambiantes. Desse modo, ao olharem para uma cadeira, por exemplo, a representavam na pintura, por diferentes ângulos: de cima, de baixo, de lado ou de cabeça para baixo. Assim, esses artistas tentavam capturar todos esses pontos de vistas num mesmo plano. Essa é a principal característica das pinturas cubistas. Para tanto se apropriaram do uso das formas geométricas, das linhas retas, da colagem e da perspectiva confusa. É possível dividir o movimento cubista em duas linhas: Cubismo Analítico que se baseou na observação, fragmentação e representação de um determinado tema e o Cubismo Sintético que se baseou em técnicas voltadas a colagem. (LITTLE, 2011).

Nessa nuance, Diana (2017) vem a destacar em seus inscritos que estas correntes eram baseadas em princípios, os quais buscavam alterar o estilo da arte que era feita na época, bem como a forma como as coisas eram retratadas na vida moderna. Outras correntes acreditavam que a arte não poderia ser somente uma expressão do que se vê, mas sim uma expressão do que se sente na vida moderna.

Em continuidade, a autora esclarece que surgiram também movimentos que discutiam sobre o funcionalismo da arte, ou seja, como transformá-la em parte do dia a dia das pessoas, alterando sua realidade com a beleza sem jamais descuidar da forma. Com estes pensamentos, surgiram

novas formas de design, arquitetura e ilustração, e os movimentos oriundos foram: *Art Noveau*, *Art Deco*, *Bauhaus*, entre outros.

Ainda, conforme Diana (2017), após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o novo panorama é caracterizado pelo avanço da globalização, cultura de massa e o desenvolvimento das novas tecnologias e mídias. Nesse panorama, a arte oferece novas experiências pautadas principalmente, nos processos artísticos em detrimento do objeto, ou seja, na ideia em detrimento da imagem.

Nesse sentido, conforme a autora, a arte contemporânea prioriza principalmente, a ideia, o conceito, a atitude, acima do objeto artístico final. O objetivo é produzir arte, ao mesmo tempo em que reflete sobre ela. Foi dessa maneira que a Arte Contemporânea rompeu com alguns aspectos da Arte Moderna. Ela abandonou diversos paradigmas e trouxe valores para a constituição de uma nova mentalidade.

Em continuidade, Diana (2017), vem a esclarecer que ao mesmo tempo ela abriu espaço para diversidade de estilos, perspectivas, técnicas e abrangência de linguagens artísticas, tais como: Dança, Música, Moda, Fotografia, Pintura, Teatro, Escultura, Literatura, Performances, H*appenings*, Instalações, Videoarte, etc.

Em outras palavras, a mudança da era industrial (moderna) para a era tecnológica da Informação e Comunicação (contemporânea), proporcionou mudanças significativas no campo da cultura e das artes. Assim, possibilita observar que a arte contemporânea abriga diversos valores da arte moderna, destacam-se as inovações e experimentações artísticas bem como a diluição de fronteiras entre as formas artísticas. (DIANA, 2017)

Ainda conforme a autora, a Arte Contemporânea ou Arte Pós-Moderna é uma tendência artística que surgiu na segunda metade do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, por isso é denominada de arte do pós-guerra. A Arte Contemporânea se prolonga até aos dias atuais, período esse denominado de pós-modernismo, propondo expressões artísticas originais a partir de técnicas inovadoras.

O filósofo Celso Favare, no documentário “Isto é arte?”, vem a retratar que: “Muita obra moderna é um belo horror". Ele sugere que em meados do século XX há uma ruptura no mundo das artes, quando a obra se transforma em objeto e as estéticas do belo e do feio se confundem. "Uma coisa é falar que o objeto da arte é a beleza. Outra coisa bem diferente é falar que uma obra de arte é objeto. A palavra obra não consegue mais dar conta das transformações ocorridas nas artes”. (apud LIMA, 2013)

Em corroboração, Florêncio (2015), vem a considerar em seus inscritos que a arte moderna se refere a uma nova abordagem da arte em um momento no qual não mais era importante que ela representasse literalmente um assunto ou objeto, por meio da pintura e da escultura, sendo que o advento da fotografia fez com que houvesse uma diminuição drástica na demanda por certos meios artísticos tradicionais, a pintura especialmente. Ao invés disso, e é aí que a ideia de moderno começa a tomar forma, os artistas passam a experimentar novas visões, por meio de ideias inéditas sobre a natureza, os materiais e as funções da arte, e com frequência caminhando em direção à abstração. A noção de arte moderna está estreitamente relacionada com o modernismo.

Ainda segundo o autor, a arte moderna prega a liberdade de expressão do artista, o que não significa ausência de estilos e cânones, mas cada escola trabalha de forma diferente. O cubismo, por exemplo, trabalha com formas geométricas quase puras, que não precisam formar desenhos realistas. O abstracionismo evoca o uso mais livre de formas e cores, sem necessidade de representar nada que não o sentimento do pintor ou o modo como ele vê o mundo. O surrealismo transcende a visão normal do universo, representando formas do subconsciente, dos sonhos e dos devaneios, sendo que muitos artistas chegaram a usar drogas para pintar esse universo transfigurado.

Nessa nuance, Florêncio (2015), vem a retratar em seus inscritos que a partir de meados das décadas de 60 e 70, notou-se que a arte produzida naquele período já não mais correspondia à Arte Moderna do inicio do século XX, o que vale se referir a Arte produzida atualmente. Em suma, a Arte

Contemporânea está relacionada com a Pôs-Modernidade de uma forma geral, pois ela vem a ser bem diversificada e ampla em todos os aspectos.

A arte começa a incorporar ao seu repertorio questionamentos bem diferentes das rupturas propostas pelas Arte Moderna e as Vanguardas Modernistas. Este período evidencia-se fulminantemente na década de 60, com o aviso de uma viagem ao espaço. As formas dos objetos tornam-se, quase subitamente, aerodinâmicas, alusivas ao espaço, com forte recorrência ao brilho do vinil. (FLORÊNCIO, 2015)

Em continuidade, o autor vem a abordar que a arte contemporânea entra em cena a partir dos anos 70, quando as importantes mudanças no mundo e na nossa relação de tempo e espaço transformam globalmente os seres humanos. Entre os movimentos mais célebres estão: a *Op Art*, a *Pop Art*, o Expressionismo Abstrato, a Arte conceptual, a Arte Povera, o Minimalismo, a *Body Art*, o Fotorrealismo, a *Internet Art* e a *Street Art*, a arte das ruas, baseada na cultura dos grafites e inspirada faccionalmente na geração *hip-hop*.

Nesse contexto Florêncio (2015) vem a ressaltar que as características da Arte Neomoderna ou Neo-Pós-Moderna, também chamada de Arte Contemporânea, são: Valorização dos elementos das culturas locais e regionais; compreensão da instância da liberdade civil humano-adâmica, proporcionada pela cultura; independência do homem em relação à ignorância; entendimento da profundidade da aplicação da justiça e da sua intuitiva necessidade; paradigma multirracial; pacifismo político; na originalidade valorização de todas as instâncias originais promotoras da harmonia pacífica em nome da tradicionalidade; identificação da expressão universal na intrinsecidade significativa da obra artística individual; conciencialidade sobre a origem científica do homem no Universo; expressão da esotericidade e da religiosidade dentro de um mesmo paradigma multissignificativo e multiadaptável em harmonia.

Em suma parafraseando o autor, pode-se considerar que a arte Contemporânea surgiu na segunda metade do século XX e se prolonga até os

dias de hoje. Após a 2ª Guerra Mundial, sobrepõe-se aos costumes a necessidade da produção em massa. Quando surge um movimento na arte, esse movimento revela-se na pintura, na literatura, na moda, no cinema e em tantas artes diferentes. Sendo a arte transcendente, para um determinado movimento surgir, é muito provável que surja antes na sociedade.

2.1. A Arte na sala de aula.

De acordo com Santos (2012), segundo o PCN de Arte, o professor deve capacitar seus alunos para que possam dominar com mais propriedade as linguagens da Arte, bem como realizar trabalhos pessoais e/ou grupais com autonomia. Ao explicitarem argumentos e proposições pessoais, que estão relacionados aos conhecimentos prático e teórico, já adquiridos e construídos, os alunos irão adquirir o saber artístico. Da mesma forma, eles reconhecerão, com mais clareza, que existe contextualização histórico-social e marca pessoal nos trabalhos artísticos. É assim que passam a incluir esses componentes em seus próprios trabalhos escolares.

Nesse ponto a autora vem a esclarecer que para os Parâmetros, cabe ao educador auxiliar seus alunos para que estes possam identificar a posição que sua comunidade ocupa no contexto de diferentes espaços de produção cultural, comparando, interpretando e se posicionando em relação a uma gama variada de propostas artísticas da sua região, outras regiões do país e de outros países. Com isso, os alunos passarão a estabelecer conexões, com mais clareza, entre os trabalhos escolares e a cultura extraescolar, ambos envolvendo os objetos de estudo, tanto no âmbito de sua comunidade como no da produção nacional e internacional à qual tiverem acesso.

O professor pode também, conforme Santos (2012), desenvolver atividades em grupo ou individualmente, articulando experiências relativas às questões políticas, culturais e sociais da própria comunidade e de outras, principalmente as que tratam das questões do universo cultural de seus alunos. Isso irá agregar valor à comunidade por meio do reconhecimento de

semelhanças e contrastes, qualidades e especificidades, abrindo o leque das múltiplas escolhas que os alunos terão de realizar, ao longo de seu desenvolvimento educacional.

Em continuidade, a autora reforça que principalmente, porque a Arte se faz presente no cotidiano dos alunos na forma dos objetos, no arranjo de vitrines, na música dos puxadores de rede, nas ladainhas entoadas por tapeceiras tradicionais, na dança de rua executada por meninos e meninas, nos pregões de vendedores, nos jardins, na vestimenta, entre outros.

A curiosidade dos alunos pela manifestação artística não só de sua comunidade, mas também de outras fora de seu contexto, certamente irá despertar nos alunos o interesse por valores diferentes dos seus, promovendo o respeito e o reconhecimento dessas distinções. (SANTOS, 2012)

Na opinião de Lima (2013), o papel do professor é criar situações de aprendizagem para que o aluno se desenvolva. É propor desafios para que os alunos passem por experiências estéticas. Nesse processo o aluno constrói repertório próprio que, somado ao que traz o professor, cria pontes de acesso à arte. O aluno se sente mais corajoso e capaz de participar do universo da arte.

Para tanto, conforme a autora se faz necessário planejar cuidadosamente a aula, cuidar da formulação de desafios que podem ser propostos tanto pela escolha de materiais disponibilizados quanto pela arrumação do espaço ou por uma questão sem, contudo, fechar as respostas num resultado ou objeto pré-determinado. Quando o professor trabalha a arte na sala de aula, ele tem que estar preparado para o imponderável, para as respostas inesperadas dos alunos.

O desafio que o professor propõe é a boia de salvação de todos. Porque é em torno deste desafio que a aula vai girar. Ao vivenciar a experiência de ser o autor de imagens e objetos, o aluno estabelece relações a partir do repertório dele, tanto nas suas pesquisas pessoais quanto para enfrentar desafios propostos pelo professor. É assim que ele passa por experiências artísticas. (LIMA, 2013)

Nessa nuance, Lima (2013), vem a abordar em seus inscritos que a arte cria para o professor uma situação de questionamento que ele deve ter diante de tudo. Ele precisa pensar na sua própria prática, pensar no que realmente entende de arte. O professor tem que apostar na sua própria experiência diante da obra de arte. Quando ele vai ao encontro da obra de arte disposto, preparado para o que não sabe para o que pode perturbar, o professor aprende. É da experiência artística do professor que saem os desafios para os alunos. Ao mesmo tempo, o professor não pode fazer um desafio tão grande que paralise os alunos. Aí entram os saberes do educador, tais como conhecer as características de cada faixa etária. O que não pode haver é uma escolarização da arte.

Nesse ponto a autora retrata que na educação infantil, a aprendizagem se dá pela experiência, as áreas estão todas interligadas. Desenhar é uma matéria que entra em atrito com outra superfície e deixa uma marca, não importa se é com lápis no papel ou com argila no chã o do pátio. Isto tem muito de arte. Quando o professor apresenta uma obra de arte para crianças maiores, a obra parece que dá um aval ao que foi proposto. E isto não quer dizer necessariamente que a situação de aprendizagem em torno da experiência estética proposta tenha potência de aprendizagem.

Em continuidade Lima (2013) vem a abordar que o importante é fazer o aluno olhar para onde o artista olha. É entender a poética do artista. Se o professor mostra o trabalho do artista antes e explica o que o artista fez, pode parecer que se está apresentando um modelo. É diferente quando o professor propõe mostrar para onde o artista olhou porque o aluno faz seu percurso e ganha repertório par a olhar a obra do artista com maior autonomia.

Em corroboração Santomauro (2013) vem a retratar em seus inscritos que uma boa maneira de introduzir o assunto é permitir que as crianças venham a ter contato com produções de artistas contemporâneos. Depois disso, podem-se desenvolver discussões sobre o que cada obra comunica, estimulando-as a formular hipóteses que digam respeito às ideias que os artistas quiseram apresentar com seus trabalhos. Após as primeiras

impressões, é fundamental estudar as possibilidades de compreensão da obra: procedimentos empregados, materiais utilizados, elementos constitutivos, poética e conceitos.

Em continuidade, segundo a autora, ao mesmo tempo, é essencial propor laboratórios de criação com desafios nos quais os alunos experimentem a linguagem que os artistas estudados já utilizaram, encontrando espaço para a expressão pessoal. O ideal é orientar a turma para que perceba os conteúdos e as singularidades das obras, buscando trazer a inquietude que há nelas. Não adianta querer classificá-las, já que as modalidades da arte atual não têm características delimitadas nem uma linha divisória tão clara quanto às de épocas anteriores, o que dificulta essa tentativa.

Vale ressaltar que o trabalho em artes vem a ser de suma importância no desenvolvimento humano, pois a mesma possibilita ao sujeito, em seu cotidiano, entrar em contato com a cultura que se manifesta a respeito de situações que ocorrem socialmente, o conduzindo a novas aprendizagens. Portanto, trabalhar a arte em sala de aula vem a ser um valioso e imprescindível instrumento auxiliador, pois a mesma tem como característica, ser mediadora de expressões culturais conduzindo o aluno a perceber registros históricos marcantes da civilização humana, pois a cada época existe uma obra, sendo ela pintura ou na escultura um marco determinante.

Assim nesse contexto, pode-se trabalhar com os alunos em sala de aula as diferenciações entre Arte Moderna e Contemporânea, apresentando-lhes obras de cada manifestação a fim de possibilitar que possam comparar e inferir junto as mesmas. Para tanto, se faz necessário que o professor apresente e explique cada movimento em seu momento histórico, sendo que em seguida solicite que os alunos realizem uma releitura das obras apresentadas, a fim de entenderem melhor a diferença entre cada momento, e assim compreenderem a passagem entre os estilos de arte.

CONCLUSÃO

No decorrer desse artigo foi possível observar, verificar e analisar, que a passagem da arte moderna para a contemporânea surgiu em decorrência que o modernismo não atendia mais os anseios da sociedade, ocorrendo assim uma ruptura quanto aos estilos de criar, produzir e expressar os sentimentos culturais e sociais nos anos 70, o que perdura até os dias atuais.

Por outro lado, vale ressaltar que a Arte Moderna, foi um importante marco histórico na produção cultural e artística da humanidade, pois a mesma surge como forma de quebrar paradigmas artísticos, culturais e as suas representações, pois o modernismo alavancou uma nova forma de pensar e expressar, em busca de novos conceitos que transmitissem o real desejo, pensamento artístico. Deixando assim conceitos, considerados tradicionalistas da perfeição para a abstração, uma visão mais interiorizada do artista. Assim, os padrões de perfeição na reprodução vieram por terra.

Entretanto, com o surgimento e advento da fotografia como arte, passou a dar novas visões artísticas, e com os movimentos relacionados à sociedade, esses provindos da rua, vieram a dar novo sentido à arte, como por exemplo, a *street art*, que soma em seu conjunto todas as expressões na dança e pinturas.

Contudo, não se pode deixar de conceituar que a Arte Moderna foi à percussora da arte Contemporânea, pois muito de sua considerada “rebeldia artística”, ou seja, sua visão de renovar, recriar, criar e fomentar na sociedade novas ideias a respeito dos acontecimentos sociais, que por sua vez causam indignações, pontua-se até os dias atuais.

Em suma, em minha opinião, falar de Arte Contemporânea é falar do Moderno, pois ambas se referem em romper barreiras de algo conceitualmente pré-estabelecido e rígido nos conceitos artísticos, culturais e sociais.

Vale ressaltar que conceituar apenas a passagem da Arte Moderna para a Contemporânea, como pode ser observado e analisado no decorrer desse artigo, não atende as reais necessidades, pois se remete a explanar o fazer arte em sala de aula, ou seja, muito da abordagem vive presente no cotidiano dos alunos que frequenta as Instituições Educacionais, pois a arte se

encontra nas ruas, na natureza, na internet, restaurantes, cinemas, teatros, igrejas, etc. em fim em todos os lugares que possam ou não ser frequentados e acessados pelos alunos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Keilla Renata. **Futurismo.** Postado em: Brasil Escola, 2014. Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/artes/futurismo.htm. Acesso em 06 de maio de 2018.

DIAS, Juliana Gomes de Souza. **Atividade: Arte moderna no Brasil.** Curitiba – PR, Secretaria Estadual de Educação. 2008. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=1364. Acesso em 04 de maio de 2018.

DIAS, Maria H. Martins **A estética expressionista.** 1999. Editora: Ibis.

FLORÊNCIO, Romário. **A Diferença Entre Arte Moderna e Contemporânea.** Artigo postado em 2015. Disponível em http://artetotalromario.blogspot.com.br/2015/07/a-diferenca-entre-arte-moderna-econtemporânea html. Acesso em 02 de maio de 2018.

GOMES, Álvaro Cardoso. A estética surrealista: **Textos Doutrinários Comentados.** 1995. Editora: Atlas.

LIMA, Marcia Cirne. **Transposição didática e arte contemporânea: desafios e soluções.** Postado em Arte na Escola, Fundação Iochpe, Boletim 68, 2013. Disponível: em http://artenaescola.org.br/uploads/boletins/boletim-68.pdf. Acesso em 03 de maio 2018.

LITTLE, Stephen. **...ismos: para entender a arte.** Brasil, Ed. Globo, 2011.

MASSUCATO, Muriele e MAYRINK, Eduarda Diniz. **Como ajudar os professores a trabalhar com Arte na sala de aula?** Artigo postado em Gestão Escolar – Nova Escola, 2015. Disponível em: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1523/como-ajudar-os-professores-a-trabalhar-com-arte-na-sala-de-aula. Acesso em 05 de maio de 2018.

SANTOMAURO, Beatriz. **O que ensinar em Arte.** Artigo postado em Revista Nova Escola, 2009. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1509/o-que-ensinar-em-arte. Acesso em 04 de maio de 2018.

_____ **Como trabalhar a Arte Contemporânea com os alunos do Ensino Fundamental?** Artigo postado em Revista Nova Escola, 2009. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1016/como-trabalhar-a-arte-contemporanea-com-os-alunos-do-ensino-fundamental. Acesso em 04 de maio de 2018.

SANTOS, Ana Carolina dos. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** Postado em Cursos de Produções Técnicas, 2012. Disponível em: https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-arte. Acesso em: 05 de maio de 2018

VILARINHO, Sabrina. **Dadaísmo.** Postado em: Mundo Educação, 2016. Disponível em: http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/dadaismo.htm. Acesso em 06 de maio de 2018.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

APRENDIZAGEM LÚDICA: JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO INFANTIL, O PODER DOS JOGOS E BRINCADEIRAS

ELIETE GOMES DAS NEVES[1]

RESUMO

Este artigo tem como propósito realizar uma análise aprofundada dos jogos e brincadeiras no contexto da educação infantil. Reconhecemos a importância dessa fase no desenvolvimento das crianças e, nesse sentido, os jogos e brincadeiras desempenham um papel crucial ao auxiliar na aprendizagem de diversas formas de linguagem. Desde os primeiros anos da infância, as crianças possuem uma inerente necessidade de explorar o mundo ao seu redor. Os jogos e brincadeiras surgem como ferramentas lúdicas e prazerosas para estimular esse processo de descoberta. O objetivo deste artigo é descrever e analisar a relevância dessas atividades na aprendizagem das diferentes linguagens presentes na educação infantil. Uma das formas de linguagem que pode ser desenvolvida através dos jogos e brincadeiras são as artes visuais. Por meio de atividades envolvendo desenho, pintura, modelagem e outras expressões artísticas, as crianças têm a oportunidade de desenvolver tanto sua criatividade quanto sua sensibilidade artística. Além disso, essas

[1] Professora de Educação Infantil, graduada pela Faculdade UNICSUL. E-mail eliete.gn@hotmail.com

atividades auxiliam no estímulo da coordenação motora, percepção visual e capacidade de observação. Em resumo, os jogos e brincadeiras desempenham um papel fundamental na educação infantil, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e estimulando a aprendizagem de diferentes linguagens. É por meio dessas atividades que as crianças têm a oportunidade de explorar o mundo de forma divertida e prazerosa, potencializando seu desenvolvimento cognitivo, emocional e motor.

Palavras-chave: jogos; brincadeiras; educação infantil; linguagens.

SUMMARY

The purpose of this article is to carry out an in-depth analysis of games and games in the context of early childhood education. We recognize the importance of this phase in children's development and, in this sense, games play a crucial role in assisting in the learning of various forms of language. From the earliest years of childhood, children possess an inherent need to explore the world around them. Games and games emerge as playful and pleasurable tools to stimulate this process of discovery. The objective of this article is to describe and analyze the relevance of these activities in the learning of the different languages present in early childhood education. One of the forms of language that can be developed through games and games is the visual arts. Through activities involving drawing, painting, modeling, and other artistic expressions, children have the opportunity to develop both their creativity and their artistic sensibility. In addition, these activities help stimulate motor coordination, visual perception, and observation skills. In summary, games play a fundamental role in early childhood education, contributing to children's development and stimulating the learning of different languages. It is through these activities that children have the opportunity to explore the world in a fun and pleasurable way, enhancing their cognitive, emotional and motor development.

Keywords: games; pranks; child education; languages.

INTRODUÇÃO

As atividades lúdicas e recreativas desempenham um papel essencial no desenvolvimento emocional, motor e psicológico das crianças. No entanto, é indispensável que a escola exerça um controle teórico-pedagógico sobre essas ações, com o intuito de potencializar o processo de ensino e aprendizagem. É importante compreender por que e como as crianças brincam, assim como analisar o impacto desses mecanismos no aprimoramento educacional. Além disso, é crucial planejar as atividades lúdicas levando em consideração os objetivos a serem alcançados. Nesse sentido, a brincadeira se transforma em uma ferramenta de aprendizado de várias linguagens, como as artes visuais, a linguagem oral e escrita, a matemática, o movimento e a música. Além disso, ela contribui para o desenvolvimento de conceitos sobre natureza e sociedade. A brincadeira não só estimula a interação entre as crianças e entre elas e os adultos, mas também promove a linguagem simbólica, a internalização dos conceitos sociais dos adultos, a autoestima e noções de ética e solidariedade.

Diante disso, o objetivo principal desta pesquisa é explorar o universo do brincar. Como professora de educação infantil, tenho observado diariamente as inúmeras oportunidades que os jogos e brincadeiras proporcionam na sala de aula. No entanto, é evidente que a instituição escolar e os professores nem sempre consideram o brincar como fonte de conhecimento, relegando-o muitas vezes apenas a uma distração ou ocupação de tempo livre. Isso reflete uma abordagem despreocupada, na qual a brincadeira não é planejada, não tem objetivos claros e não recebe um acompanhamento adequado.

Nós devemos encarar o brincar como uma atividade relevante e estruturada, com a devida importância para o desenvolvimento integral da criança nas suas mais diferentes dimensões. Dessa forma, será possível aproveitar todo o potencial educativo e transformador que os jogos e brincadeiras podem

oferecer, contribuindo para a construção de uma sociedade mais humanizada e consciente.

O PODER DA DIVERSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A educação infantil atualmente reconhece a importância do brincar como uma parte essencial do currículo para crianças pequenas. É através das brincadeiras e jogos que as crianças se expressam, aprendem e desenvolvem sua imaginação. O brincar é considerado sua linguagem principal e é através dele que elas internalizam e modificam o mundo ao seu redor.

Diversos autores, como Vygotsky, concordam que o brincar permite que a criança imite e vivencie situações que ainda não domina completamente. Isso destaca as habilidades exclusivamente humanas do cérebro infantil, que levam a criança a atingir novos níveis de desenvolvimento tanto na construção de sua identidade e jogo simbólico, quanto no conhecimento do mundo. Além disso, as brincadeiras são uma parte crucial da cultura e é através da interação cultural que surgem as funções psicológicas superiores, como a atenção voluntária, a memória ativa, a linguagem, o cálculo, o pensamento abstrato, o controle do comportamento, o afeto e a imaginação. Portanto, o brincar desempenha um papel fundamental na formação da inteligência da criança, uma vez que estimula o desenvolvimento de zonas de desenvolvimento proximal e promove avanços no sujeito, que é, acima de tudo, histórico e cultural.
Em resumo, o brincar é uma parte essencial da educação infantil atual. É através das brincadeiras e jogos que as crianças aprendem, se desenvolvem e se tornam mais inteligentes. É uma forma criativa e inteligente de ensinar e envolver as crianças em seu próprio processo de aprendizagem.

> Vygotsky (1991), no seu livro "A formação social da mente", faz uma análise da brincadeira como atividade não apenas social, mas

> também de natureza e origem específicas, enquanto elementos fundamentais para a construção da personalidade infantil. Numa situação de brincadeira existe sempre, para aquele que brinca certo número de decisões a tomar, de escolhas a fazer, de papéis a assumir. Isto significa que, de forma imaginária, a criança assume diferentes papéis, atribui aos mesmos diversos significados, experimenta situações novas ou mesmo do seu cotidiano, testa os valores com os quais se defronta na realidade. De maneira complementar, as brincadeiras das crianças impõem desafios e questões sobre o seu comportamento diário, e, além disso, levantam hipóteses, na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos pelas pessoas e pelo ambiente com o qual interagem; assimilam a realidade e, consequentemente, a cultura na qual estão inseridas. (BOIKO, 2001, p.55).

Piaget (1967, p.32) afirmou que as brincadeiras desempenham um papel crucial na promoção do conhecimento, estando longe de serem consideradas apenas como uma forma de entretenimento. De acordo com ele: "O jogo não deve ser encarado apenas como uma maneira de gastar energia e se divertir, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral." Esse desenvolvimento ocorre especialmente durante as fases sensório-motoras e pré-operatória.

Durante a fase sensório-motora, que vai desde o nascimento até os 24 meses de idade, a criança possui reflexos inatos que são modificados pelo contato com o ambiente. É nesse momento que os jogos de exercício começam a surgir, proporcionando à criança a oportunidade de repetir movimentos, adquirir controle motor e aprender sobre ações e objetos físicos, através de atividades como sugar, agarrar, manusear, lançar, chutar e superar obstáculos. O brincar e os brinquedos desempenham um papel fundamental ao favorecerem essas ações.

Já a fase pré-operatória, que ocorre dos 2 aos 6 anos de idade e coincide com a educação infantil, marca o início do jogo simbólico, ou faz-de-conta. Nessa fase, a criança atribui novos significados a objetos e brincadeiras através da imaginação, transformando a realidade de acordo com seus sentimentos e

desejos. Por volta dos 4 anos, ela começa a se interessar por jogos com regras, que têm um caráter educativo e ajudam a moldar sua personalidade através da incorporação de regras de convívio social e valores morais.

Wallon, segundo Almeida (1995, p.42), também aponta fases de desenvolvimento infantil, com destaque para o período da educação infantil. São três fases: sensório-motora (maternal - aproximadamente 1 a 2 anos), em que a criança brinca com seu próprio corpo, enviando estímulos ao cérebro através dos sentidos e promovendo assim o desenvolvimento cognitivo; a fase simbólica (jardim I - aproximadamente 2 a 4 anos), em que os jogos e brincadeiras deixam de ser meras impressões e constroem uma nova realidade de exploração, com a imaginação despertada, embora ainda trabalhe com elementos contidos na realidade; e a fase intuitiva (jardim II - aproximadamente 4 a 6/7 anos), que transforma o mundo real de acordo com as múltiplas necessidades do "eu", por meio de exercícios psicomotores e do simbolismo. Nessa fase, os jogos ganham uma seriedade absoluta, e as crianças gostam de brincar em grupo, embora ainda não sigam regras. A linguagem está mais desenvolvida e as brincadeiras envolvem palavras e letras. Os brinquedos preferidos são aqueles que permitem à criança montar e desmontar, e as brincadeiras devem ser cheias de movimento. É defendido que a diversão em si mesma seja o objetivo principal, e que a criança tenha liberdade para brincar e jogar porque assim deseja. Se a atividade for imposta ou planejada, deixa de ser um jogo e passa a ser algo didático, relacionado ao ensino ou ao conteúdo escolar. A brincadeira é essencial para o desenvolvimento da criança, e deve ser permitida tempo suficiente para surgir, se desenvolver e se encerrar. Brougère (2001) reforça que o ato de brincar ocorre por meio da interação com o outro. A função do brinquedo na brincadeira está ligada ao valor simbólico que a criança atribui a ele, permitindo a representação do mundo por meio desse objeto. Através das brincadeiras, a criança se constitui como sujeito, adquire regras de convivência social. No entanto, é importante enfatizar que a brincadeira é uma forma de aprendizado que precisa ser ensinada. Através das brincadeiras, a criança se constitui como sujeito, adquire regras de convivência

social, mas é importante salientar que a brincadeira é uma aprendizagem social e precisa ser ensinada.

Kishimoto (1996) enfatiza a importância do brincar e da função simbólica do brinquedo, com ele a criança reproduz o que faz parte do cotidiano e da realidade social na qual está inserida. Para a autora formar seres criativos, críticos e aptos a tomar decisões, um dos requisitos é o enriquecimento do cotidiano infantil com a inserção de contos, lendas, brinquedos e brincadeiras.

De acordo com Kishimoto (1996), Froebel se destacou como o pioneiro no uso de jogos e brinquedos como ferramentas pedagógicas ao criar o conceito de jardim da infância. Ele compreendia que o ato de brincar é inato e espontâneo na criança, proporcionando-lhe alegria, liberdade e satisfação, sendo fundamental para o seu desenvolvimento, especialmente nos primeiros anos de vida. Froebel não via a brincadeira como algo trivial, mas sim como um elemento sério e profundamente significativo.

> O desenvolvimento da criança determina as experiências possíveis, mas não produz por si mesmo, a cultura lúdica. Esta origina-se das interações sociais, do contacto direto ou indireto (manipulação do brinquedo: quem o concebeu não está presente, mas trata-se de uma interação social). A cultura lúdica, como toda cultura é fruto da interação social [...] isso significa que essa experiência não é transferida para o indivíduo. Ele é um co-construtor. Toda interação supõe efetivamente uma interpretação das significações das aos objetos dessa interação (indivíduos, ações, objetos, materiais) e a criança vai agir em função da significação que vai dar a esses objetos, adaptando-se à reação também e produzir assim novas significações que vão ser interpretadas pelos outros [...]. (KISHIMOTO, 1996, p. 27).

Segundo Winnicott (1975), o brincar possui um lugar e um tempo específicos, pois auxilia no crescimento e utiliza elementos externos para alimentar a imaginação. O brincar proporciona experiências culturais e requer a presença de um mediador por meio da interação. De acordo com o autor, o brincar é essencial, pois desencadeia a criatividade e a simbolização, permitindo que o verdadeiro "eu" seja reconhecido. A criança brinca por prazer e para lidar com

angústias e impulsos. O ato de brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde, além de promover relacionamentos em grupo. A brincadeira é a evidência constante e clara da capacidade criadora, que se traduz em vivências (WINNICOTT, 1975, p. 63). A ideia central de Chateau (1987) reside na noção de que é por meio dos jogos e brinquedos que a inteligência se desenvolve. O surgimento do comportamento lúdico está intimamente ligado ao desenvolvimento da personalidade. Para a criança, o jogo é algo sério, ela verdadeiramente assume o papel que atribui a si mesma, ignorando a vida real.

> Nessa perspectiva a criança só tem consciência da cena que está em primeiro plano, o restante desaparece ou se esconde temporariamente. O jogo, pois, constitui um mundo a parte, outro mundo, distante do mundo dos adultos, isto é o seu mundo lúdico. Essa absorção do papel que representa esse afastamento do ambiente real pode ser considerada involuntário, a criança não age com a decisão de entrar no jogo, ela se projeta no imaginário da brincadeira/brinquedo. A ênfase é dada à “simulação, à ilusão” ou faz-de-conta, por certo ela cria o seu próprio mundo. (CHATEAU, 1987, p.21).

Os estudos em questão nos levam a refletir se devemos limitar a visão do "brincar" apenas como uma atividade divertida ou um passatempo, e se devemos encarar os jogos apenas como competições. Será que os jogos e brincadeiras não têm uma contribuição ainda mais valiosa?

Brincar e aprender: como as áreas do conhecimento se encontram"

Como previamente demonstrado, diversos pensadores já exploraram e afirmaram a relevância dos jogos e brincadeiras na educação. Essas experiências de aprendizado proporcionam uma melhoria na qualidade cognitiva no processo de construção e reconstrução de conceitos, atitudes e valores. Isso permite que o aprendiz desenvolva estratégias mais significativas para expandir seu potencial de pensamento. Portanto, a criança é um aprendiz competente e agente de seu próprio desenvolvimento. Ao interagir com seu ambiente e participar de atividades socioculturais concretas, as crianças mobilizam seus conhecimentos e funções psicológicas (como afetividade,

cognição, motricidade e linguagem), ao mesmo tempo em que as modificam. Nessa perspectiva, o lúdico desempenha um papel fundamental na aprendizagem, impulsionando a criança a reinventar o mundo em que vive, descobrindo e redescobrindo novidades, incorporando valores, interagindo, pensando e aprendendo. A brincadeira, portanto, é uma linguagem essencial para a criança. "O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências [...] Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói [...] (BRASIL, 1998, v. 1, p.28). Será que não devemos olhá-los sob uma nova perspectiva, não seria a hora de ressignificar o ensino e a aprendizagem das brincadeiras e dos jogos na Educação Infantil?

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) estabelece que as séries iniciais da Educação Básica devem promover o desenvolvimento de diferentes formas de expressão e o estabelecimento de relações com áreas de conhecimento específicas, como Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. A cidade de São Paulo, conhecida por ter a maior rede de Educação Infantil do Brasil, segue diretrizes semelhantes no documento "Orientações Curriculares – Expectativas de Aprendizagem e Orientações Didáticas para a Educação Infantil" (2007), que apresenta aprendizagens a serem desenvolvidas na Educação Infantil. Essas aprendizagens incluem: conhecer a si mesmo, os outros e o ambiente; brincar e imaginar; explorar a linguagem corporal; explorar a linguagem verbal; explorar a natureza e a cultura; apropriar-se do conhecimento matemático; e explorar as linguagens artísticas. Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância do brincar como uma das linguagens artísticas que se desenvolvem por meio da expressão, criatividade e imaginação, como as artes visuais, o teatro, a música e a dança. [...] as linguagens artísticas apoiam as crianças na ampliação de sua sensibilidade e capacidade de lidar com sons, ritmos, melodias, formas, cores, imagens,

gestos, falas, e com obras elaboradas por artistas e por elas mesmas, que emocionam e constituem o ser humano. (SÃO PAULO, 2007, p.116*).*

Na educação infantil, as artes visuais desempenham um papel fundamental na expressão das crianças. De acordo com Moreira (1995), o desenho é sua principal forma de se expressar, proporcionando um espaço de jogo e criatividade. No desenho das crianças mais novas, não há a intenção de representar algo específico; sua principal ação é "brincar" com seu próprio corpo e os materiais disponíveis. Com o tempo, à medida que crescem, elas descobrem que podem deixar marcas, representar objetos e realmente "desenhar". Outro aspecto importante nas artes é o teatro, que permite observar de maneira mais clara o jogo simbólico das crianças. É por meio dessa brincadeira de faz-de-conta que elas exploram diferentes significados nos materiais disponíveis. Por exemplo, ao interpretar o papel de mãe de uma boneca, brincar de polícia e ladrão, ou transformar uma caixa de papelão em um carrinho, estão realizando verdadeiras performances teatrais. Isso proporciona às crianças o desenvolvimento de atitudes, conteúdos e valores sociais.

Seguindo essa perspectiva, o Referencial Curricular para a Educação Infantil reitera a importância dessas experiências artísticas na formação das crianças.

> No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando. O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. (BRASIL, 1998, v.1, p.27)

A música e a dança são fontes infinitas de aprendizado na Educação Infantil. Além de desenvolver a oralidade e a comunicação de sentimentos, também contribuem para a autoestima, a interação, o jogo-simbólico e a

expressividade corporal. Os brinquedos cantados, que são cantigas populares acompanhadas de movimentos, são a forma principal de brincadeira através da música. A cultura brasileira é incrivelmente rica nesse aspecto, com exemplos como "Atirei o pau no gato", "Ciranda-cirandinha", "Samba-Lelê", "Se eu fosse um peixinho", "A canoa virou", "Corre cotia", "Escravos de Jó", entre tantas outras. Os brinquedos sonoros, jogos musicais e instrumentos musicais também têm um papel fundamental no aprendizado e na descoberta.

> As crianças integram a música às demais brincadeiras e jogos: cantam enquanto brincam, acompanham com sons os movimentos de seus carrinhos, dançam e dramatizam situações sonoras diversas, conferindo “personalidade” e significados simbólicos aos objetos sonoros ou instrumentos musicais e à sua produção musical. O brincar permeia a relação que se estabelece com os materiais: mais do que sons, podem representar personagens, como animais, carros, máquinas, super-heróis etc. (BRASIL, 1998, v.3, p.52)

A linguagem artística do teatro é de extrema importância para compreendermos o jogo simbólico infantil de forma mais clara. É neste universo de faz-de-conta que a criança tem a oportunidade de se "colocar no lugar do outro" e atribuir novos significados aos objetos ao seu redor. Por exemplo, quando uma criança assume o papel de mãe ao brincar com sua boneca ou quando transforma uma simples caixa de papelão em um carrinho, podemos considerar essas ações como verdadeiros atos teatrais. Ao se apropriar dessas experiências, a criança desenvolve atitudes, conteúdos e valores sociais fundamentais. É por isso que o Referencial Curricular para a Educação Infantil ressalta a importância dessas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte do teatro desvenda os mistérios do jogo simbólico infantil, trazendo uma nova clareza para o universo imaginativo das crianças. Nesse mundo de "faz de conta", as crianças podem experimentar o poder de se colocar no lugar do outro, dando vida nova a objetos simples que as cercam. Afinal, quando uma criança se transforma em uma mãe amorosa, brincando com sua preciosa

boneca, ou quando ela transforma uma simples caixa de papelão em um super carrinho veloz, estamos presenciando verdadeiros atos teatrais. Através dessas brincadeiras, a criança adquire atitudes, conhecimentos e valores que são essenciais para o desenvolvimento social. Por isso, o Referencial Curricular para a Educação Infantil destaca a importância dessas práticas, que moldam o futuro dos pequenos de forma divertida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. *Educação lúdica, técnicas e jogos pedagógicos*, 11ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 1974.

BOIKO, V.A. T; ZAMBERLAN, M.A.T. *A perspectiva sócio-construtivista na psicologia e na educação*: o brincar na pré-escola. Revista Psicologia Estudantil (on line) Jun 2001, vol.6, no. 1, p.51-58.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Centro de Documentação e Informação Brasília: Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, v. 2, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, v. 3, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, v.1, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BROUGÉRE, G. *A criança e a cultura lúdica*. *Rev. Fac. Educ.* [online]. vol.24, n.2, pp. 103-116, 1998.

BROUGÉRE, G. *Brinquedo e Cultura*, 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

CHATEAU, J.*O jogo e a criança*. São Paulo: Summus, 1987.

KISHIMOTO, T.M. *Froebel e a concepção de jogo infantil*. In: Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v.22, n.1, p.145-68, jan./jun. 1996.

KISHIMOTO, T.M. *O Brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MACEDO, L.. *Os Jogos e sua importância na Escola*. São Paulo: USP/ Instituto de Psicologia/ Laboratório de Psicopedagogia, 1993.

PIAGET, J. (1946). "*A formação do símbolo na criança*". Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, J. ***O raciocínio na criança***. 2. ed. Rio de Janeiro: Real, 1967

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil* / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs*, *Creches e EMEIs da cidade de São Paulo*, São Paulo: SME/DOT, 2006.

VYGOTSKY, L. "*A formação social da mente*". São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WINNICOTT, D.W. *A Criança e seu Mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

EDUCAÇÃO MUSICAL E A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO TEA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES NA APRENDIZAGEM

MUSIC EDUCATION AND THE IMPORTANCE OF ART IN TEA: NOTES AND REFLECTIONS ON LEARNING

LA EDUCACIÓN MUSICAL Y LA IMPORTANCIA DEL ARTE EN TEA: APUNTES Y REFLEXIONES SOBRE EL APRENDIZAJE

ELISABETE BISPO DOS SANTOS[2]

Resumo

A Educação Especial Inclusiva traz consigo especificidades e dispõe de lacunas para a efetivação da inclusão. Este processo pode decorrer da ausência de pautas inclusivas nos currículos das licenciaturas, evidenciando carências nas articulações didático-pedagógicas, refletindo diretamente no *módus operandi* do ensinar-aprender na Educação Básica. Este artigo objetiva-se por viabilizar reflexões sobre a importância do ensino de arte nos profissionais da educação, mais precisamente a música, contributiva à socialização e aprendizagem. A arte e suas linguagens, contribuem no desenvolvimento psicomotor, cognitivo, social e afetivo das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escola desempenha um importante papel na educação e desenvolvimento dessas crianças, pois a escola é o espaço onde se rompem paradigmas e se deve oferecer recursos pedagógicos adequados aos educandos. Nesse sentido, a arte contribui para que os alunos com TEA, tenham um ensino-aprendizagem significativo, já que pessoas com TEA, dispõem de sensibilidade no que diz respeito aos processos de interação e socialização.

Palavras-chave: Arte; Música; TEA; Aprendizagem.

Abstract

[2] Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil E-mail: angelibbispo@gmail.com

Inclusive Special Education brings with it specificities and has gaps for effective inclusion. This process may result from the absence of inclusive guidelines in the curricula of the licentiates, evidencing deficiencies in the didactic- pedagogical articulations, reflecting directly on the *modus operandi* of teaching-learning in Basic Education. This article aims to make possible reflections on the importance of art teaching in education professionals, more precisely music, contributing to socialization and learning. Art and its languages contribute to the psychomotor, cognitive, social and affective development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The school plays an important role in the education and development of these children, because the school is the space where paradigms are broken and adequate pedagogical resources must be offered to the students. In this sense, art helps students with ASD to have a significant teaching-learning process, since people with ASD are sensitive to the processes of interaction and socialization.
Keywords: Art; Song; TEA; Learning.

Resumen
La Educación Especial Inclusiva trae consigo especificidades y tiene vacíos para una inclusión efectiva. Este proceso puede resultar de la ausencia de lineamientos inclusivos en los currículos de las licenciaturas, evidenciando deficiencias en las articulaciones didáctico-pedagógicas, repercutiendo directamente en el *modus operandi* de la enseñanza- aprendizaje en la Educación Básica. Este artículo tiene como objetivo posibilitar reflexiones sobre la importancia de la enseñanza del arte en los profesionales de la educación, más precisamente de la música, contribuyendo a la socialización y al aprendizaje. El arte y sus lenguajes contribuyen al desarrollo psicomotor, cognitivo, social y afectivo de los niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA). La escuela juega un papel importante en la educación y desarrollo de estos niños, porque la escuela es el espacio donde se rompen paradigmas y se deben ofrecer los recursos pedagógicos adecuados a los estudiantes. En este sentido, el arte ayuda a los estudiantes con TEA a tener un proceso de enseñanza-aprendizaje significativo, ya que las personas con TEA son sensibles a los procesos de interacción y socialización.
Palabras clave: Arte; Canción; TEA; Aprendizaje.

1. Introdução

A arte está presente na vida das pessoas desde a pré-história, pois por meio da Arte seres humanos se expressam artística e culturalmente. É por meio da arte que podemos conhecer e entender a cultura de um povo, sendo a arte fundamental para a construção humana sensível.

No que se refere à arte/educação, esta proporciona aos alunos, o contato direto com o mundo artístico. A arte desenvolve no educando sua

cognição, sensibilidade, socialização e afetividade.

"A arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este dê maior atenção ao seu próprio processo de sentir" (Duarte Júnior, 1988, p. 65).

Ouvir música, apreciar um quadro, uma dança, são modos de sentir a arte, de aproximar as pessoas umas das outras, desse modo, as relações e interações, bem como as trocas de experiências entre as crianças, beneficiam principalmente os alunos com deficiências.

Estudantes com TEA são extremamente aproximados curricularmente com a arte e suas linguagens, na escola, pois, crianças com TEA necessitam trabalhar a interação, a emoção e a socialização, categorias do conhecimento sensível que é proporcionada pela arte.

1.1 A história da Educação Musical no Brasil

A história da educação musical brasileira coincide com o próprio achamento do país. Os portugueses ao chegarem à cidade de Porto Seguro, na Bahia, trouxeram consigo os Jesuítas. Esses, por sua vez, dotados de muito estudo e prática musical, vindo da Europa, iniciaram aulas com os Índios brasileiros a fim de convertê-los, ignorando assim a música nativa. Cabe aqui enfatizar que os nativos indígenas também traziam consigo experiências musicais associadas a reprodução dos sons da natureza, como os sons dos pássaros, porém, sem sofisticação técnica como os estrangeiros que aqui desembarcaram com instrumentos musicais.

Os Jesuítas eram padres que pertenciam a uma ordem religiosa vinculada à igreja católica, e tinham como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. As canções e hinos ensinados pelos Jesuítas eram traduzidos para o Tupi, e além dos instrumentos e o canto, autos e monólogos também eram acompanhados por música. A apresentação de "O Auto da Pregação Universal" é considerada a primeira peça musical brasileira, composta em 1555, no mesmo ano em que Anchieta fundou o primeiro teatro no Rio de Janeiro.

Durante o período colonial do Brasil, o ensino da música era de exclusividade da Igreja Católica, com exceções de aulas particulares que eram ministradas por músicos colonos portugueses e que tinham um objetivo mais profissionalizante. Foi só no fim do período colonial que a igreja deixou de comandar com exclusividade o ensino musical. Em 1854 foi oficializado por

meio de um decreto federal a determinação de que houvesse a prática musical do canto e noções básicas musicais nas escolas públicas do Brasil, e no ano seguinte, um outro decreto fez a exigência de um concurso público para a contratação de professores de música.

No início do século XX, João Gomes Júnior e Carlos Alberto Gomes Cardim, ambos de São Paulo, começaram a promover o canto coral e reorganizaram o ensino da música já estabelecido nas escolas públicas. A prática do canto coral foi influenciada por um movimento que estava em alta na França do século XIX, chamado de Canto Orfeônico, nome dado em homenagem a Orfeu, Deus da mitologia grega que segundo conta a história, encantava e amansava as feras com sua música.

Em 1930, Heitor Villa-Lobos retorna ao Brasil depois de passar uma temporada na França, dez anos antes, onde se familiarizou com o canto coral e teve contato com os métodos de estudos de Zoltán Kodály, educador musical húngaro que defendia não só a prática do canto coral como também o uso das músicas folclóricas de cada cultura.

> Sobre o método de Kodály, Marisa Fonterrada faz a seguinte observação:
>
> > A meta de Kodály era ensinar o espírito do canto para todas as pessoas, por meio de um eficiente programa de alfabetização musical; a ideia era trazer a música para o cotidiano, fazê-la presente nos lares e nas atividades de lazer, [...] o grande interesse de Kodály era proporcionar o enriquecimento da vida, valorizando os aspectos criativos e humanos, pela prática musical. Proporcionar alfabetização musical para todos era o primeiro passo em direção a esse ideal (Fonterrada, 2008, p. 155).

Dessa forma, em 1932 o Canto Orfeônico tornou-se oficialmente uma disciplina das escolas do Rio de Janeiro, e no mesmo ano Villa-Lobos assume a direção da Superintendência da Educação Musical e Artística (SEMA). O objetivo da instituição era formar professores qualificados para o ensino do Canto Orfeônico. Em função disso, o Brasil presenciou um grande crescimento na área da Educação Musical nas décadas de 30 e 40, tendo Heitor Villa-Lobos como principal nome e referência.

A partir da década de 1940 o ensino do Canto Orfeônico se tornou cada vez mais presente nas escolas públicas do Brasil, especialmente no Rio

de Janeiro, São Paulo e Salvador. Em 1961 foi publicada a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, onde a denominação de Canto Orfeônico foi substituída por Educação Musical mesmo sem distinção de metodologias e aulas. No ano de 1971 uma nova LDB acabou dando à música um papel secundário na disciplina de educação artística, uma vez que essa exigia do professor domínio não só da música, mas também do teatro, artes plásticas e desenho.

Com o passar do tempo, o ensino da música nas escolas foi ficando esquecido, e em 1996 a LDB n. 9.394/96 ressalta que a música é conteúdo obrigatório, mas não exclusivo nas escolas, portanto, cabe aos professores de artes, buscar maneiras de inserir este conteúdo em suas aulas. Somente em 2008 a Lei n. 11.769 tornou o ensino da música obrigatório nas escolas, porém não exige que o professor tenha formação musical. Segundo Baumer, a Lei n. 11.769 foi aprovada tornando obrigatório o ensino de música na Educação Básica sem exigir que o professor tenha a habilitação em música, o que nos leva a supor que será o professor de arte quem levará para a escola essa linguagem artística (2009, p. 53-54).

Antero (2010), em sua pesquisa, ressalta a importância da música para as crianças da Educação Infantil e busca saber mais sobre a Lei n.11.769, aprovada em 2008. A tramitação dos projetos aconteceu na Câmara e no Senado pelo período de dois anos, conforme o relato:

> A apreciação musical passa pela valorização da cultura que o aluno já possui, estabelecendo elos com a música que lhe é familiar e agradável, sem, no entanto, ignorar a possibilidade de novas experiências, o despertar de novos interesses e visões, que podem ser proporcionados pela música erudita, popular, étnica e até mesmo pela sonoridade a ser explorada no próprio ambiente de sala de aula. (Aguiar, 2008, p.3).

Deste modo, é fundamental que os professores incluam elementos musicais em suas práticas, é importante ressaltar que a música não é uma disciplina exclusiva, mas um conteúdo que fica sob a responsabilidade do professor de arte trabalhar, entre outras linguagens e expressões artísticas que compõem a disciplina, como a dança, artes visuais e o teatro.

As crianças e jovens com necessidades especiais têm o direito de

enfrentar desafios para desenvolver suas habilidades. Além disso, precisam ter autonomia para fazer e escolher de acordo com suas necessidades e motivações. Sendo assim, as experiências musicais referem-se às atividades que viabilizam diferentes interações mais com as pessoas ao seu redor, proporcionando um ambiente de aprendizagem acolhedor e seguro Rodrigues (2019).

2. Apontamentos Metodológicos

Este estudo é consubstanciado a partir de uma revisão integrativa, pois a mesma permite-nos articular os fundamentos teórico-metodológicos que permeiam a literatura com as nuances particulares dos autores frente ao tema de pesquisa em questão: Educação musical e sua relação com indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Neste sentido, o delineamento qualitativo foi utilizado, a fim de expressar com aspectos de valores teóricos dados que não podem ser quantificados estatisticamente.

Acerca das revisões bibliográficas:

> [...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov & Freitas, 2013, p. 54).

Vale ressaltar que, desde o surgimento do problema de pesquisa, a busca em referenciais publicados na literatura pode ascender a mente dos autores para diversos caminhos de pesquisa, ou seja, uma pesquisa que se inicia em viés bibliográfico, pode vir a tornar-se futuramente um estudo de caso, uma análise de conteúdo, uma entrevista, uma desenha, dentre outros métodos. Sousa *et al.*, (2021, p. 65) descreve que “a pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada”.

Para tanto, os principais autores que embasam o viés teórico desta

pesquisa, são respectivamente: Aguiar (2008), Antero (2010), Barbosa (1990), Barbosa (2002), Baumer (2009), Bruscia (2000), Duarte Júnior (1988), Fonterrada (2008), Sousa (2009),

Berger (2002), Koelsch (2011), Rodrigues (2012), Sampaio, Loureiro e Gomes (2015).

Realizou-se, por meio do levantamento em bases indexadoras de caráter científico, a busca pelas palavras-chaves: Ensino inclusivo, Musicoterapia, Educação especial e arte, que se encontram associadas ao ensino de arte, transtorno de aprendizagem, musicoterapia, fazendo uma seleção criteriosa dos trabalhos mais relevantes. As plataformas utilizadas para a busca foram *ScienceDirect*, *Scielo* e Google Académico e o período de tempo delimitado dos estudos pesquisados refere-se a aproximadamente dez anos e foram encontrados artigos científicos, obras clássicas que discutem o ensino da música associado à educação especial.

Para a seleção dos manuscritos estabeleceu-se os seguintes critérios: artigos publicados em inglês, espanhol ou português e artigos com palavras-chave no título, resumo ou palavras-chave de qualquer espécie contendo a palavra Arte, educação inclusiva, musicoterapia e TEA. Outros artigos que não preenchiam os critérios de inclusão foram excluídos desta revisão sistemática, bem como 'publicações' pouco fiáveis, tais como esboços, livros, artigos do sítio e pré-impressões de artigos submetidos.

Os artigos selecionados foram revistos manualmente, por ordem identificar e excluir obras que não cumpriam os critérios descritos acima. Este estudo abrangeu um total de 83.512 contendo as palavras arte, educação inclusiva, musicoterapia e TEA. Todos os dados obtidos foram documentados e listados em tabelas e números, como serão apresentados ao longo deste artigo.

A primeira busca no indexador *Scielo* usando as palavras-chave “Ensino de arte e Educação inclusiva” identificou 71.840, e 2.610 no Google Acadêmico, e 7.840 resultados *no ScienceDirect*. Fazendo uso das palavras-chaves “Musicoterapia e TEA” zero resultados no *Scielo*, 2.610 resultados no Google acadêmico, e 1.120 no *ScienceDirect*. No entanto, entre estes, 83.470

resultados foram descartados por se tratar da temática em outros contextos, aplicada a áreas Fisioterapia, intervenção na área da Fonoaudiologia, modelo de análises baseadas em inteligência artificial e formação de professores. Os artigos duplicados em duas ou mais bases de dados foram considerados apenas uma vez, resultando em 42, que foram analisados minuciosamente e dentre esses trabalhos.

3. Resultados e Discussão

3.1 História do ensino da arte no Brasil

No século XIX, a partir da chegada da corte ao Brasil estabeleceu-se uma preocupação organizacional e curricular com o Ensino Superior no país, antes mesmo dos ensinos Fundamental e Médio, como hoje os conhecemos. Esse fato teria ocorrido por acreditar-se que, a partir do Ensino Superior, ocorreria uma renovação e estruturação do ensino como um todo (Barbosa, 2002, p. 15).

Em 1808, no Rio de Janeiro, foram inaugurados o Museu Real, a Biblioteca Pública da cidade e diversos teatros, assim a capital passou a ter uma grande movimentação cultural. Em março de 1816 chega ao Brasil a Missão Artística Francesa, um grupo de artistas e artífices já consagrados na França e liderados por Joachin Lebreton, tinha entre seus principais nomes os pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret e ainda o arquiteto Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny, entre outros que tinham como objetivo fundar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. O projeto não visava apenas a arte, mas também o ensino de diferentes ofícios para a formação de trabalhadores especializados.

Em 1820 o nome da escola muda para Academia Real e Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Porém pouco tempo depois, ainda no mesmo ano, o nome é mudado para Academia Real de Belas-Artes, e só após a proclamação da república o nome seria mudado para Escola Nacional de Belas-Artes.

Os artistas franceses possuíam orientações Neoclássicas, diferentes

dos artistas brasileiros, que tinham a tradição do Barroco-rococó, fazendo com que houvesse separações etilistas, gerando assim, muito preconceito do povo para com a academia. Com o passar do tempo, os artistas do Barroco brasileiro foram cada vez mais menosprezados pelos franceses, que ignoravam a extrema importância que tiveram para a arte brasileira.

> Aqui chegando, a Missão Francesa já encontrou uma arte distinta dos originários modelos portugueses e obras de artistas humildes. Enfim, uma arte de traços originais que podemos designar como Barroco brasileiro. Nossos artistas, todos de origem popular, mestiços em sua maioria, eram vistos pelas camadas superiores como simples artesãos, mas não só quebraram a uniformidade do barroco de importação, jesuítico, apresentando contribuição renovadora, como realizaram uma arte que já poderíamos considerar brasileira (Barbosa, 2002, p. 19).

Essa elitização fez com que o povo se afastasse da arte, que passou a ser considerada uma atividade supérflua, perdendo credibilidade e importância ao longo dos anos. Com isso, em 1855, Manuel de Araújo Porto Alegre modificou a educação elitista da Academia de Belas-Artes, trazendo a arte novamente mais para perto do povo. Criou-se então duas classes de alunos, o artista e o artífice, que frequentavam juntos as mesmas aulas. A formação do artista ainda tinha outras disciplinas mais voltadas ao caráter teórico, enquanto o artífice se especializava nas práticas mecânicas e na aplicação do desenho.

A influência política sempre foi muito importante para o ensino da arte no Brasil, e os nomes de Benjamin Constant e Rui Barbosa foram muito importantes para a reforma educacional que acontecera nas duas primeiras décadas do século XX, que chamamos de Liberalismo. Rui Barbosa acreditava que “a educação artística seria uma das bases mais sólidas para a educação popular” (Barbosa, 2002, p. 45).

O liberalismo brasileiro foi associado aos símbolos de sabedoria entre as classes da burguesia e a classe trabalhadora, tanto pela sua atuação política quanto pelos seus ideais.

À construção de uma nação economicamente liberal e rica estaria

> diretamente vinculado o pensamento educacional e, principalmente, da consolidação do ensino de desenho. Rui Barbosa pudera observar o desenvolvimento econômico e industrial destes países [Estados Unidos e países da Europa] enquanto elementos anexados ao aprendizado do desenho pelas classes trabalhadoras (Souza, 2009, p. 5).

Assim, Rui Barbosa acreditava que o desenvolvimento do país dependia de um modelo educacional que vinha de encontro com os novos paradigmas sociais.

Em 1914, chega no Brasil Ugo Pizzoli, professor italiano que propõe mais atenção ao desenho infantil, e pela primeira vez no Brasil esse tipo de desenho começa a servir como metodologia para investigar o processamento lógico-mental das crianças.

Em 1922, durante a Semana da Arte Moderna, o desenho infantil começou a ser mais valorizado esteticamente e a pintora Anita Malfatti teve um papel muito importante para que isso acontecesse. Malfatti e Mario de Andrade desenvolveram “atividades de grande importância para a valoração estética da Arte infantil e para a introdução de novos métodos de Arte baseados no deixar fazer que explorava e valorizava o expressionismo e o espontaneísmo da criança” (Barbosa, 2002, p. 112).

Em 1930 ocorreu a democratização da educação, a partir de ações que se contrapunham à educação tradicional pelos membros do movimento Escola Nova como as metodologias mnemônicas. Dois eventos foram importantes para o acontecimento, o primeiro deles foi em 1932, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por mais de 100 profissionais das áreas da arte e ciências sociais, que apoiavam uma reforma educacional dos sistemas de ensino e das escolas, reestruturando seus currículos. E em 1934 a promulgação da Constituição que adotou em seu texto diversas iniciativas dos “Pioneiros”, inclusive a premissa de que “Educação é um Direito de Todos e um Dever do Estado”.

Desde então o ensino da arte vem sofrendo com diversas modificações no seu currículo, porém, sempre considerada como essencial na formação do aluno, e obrigatória no currículo escolar. Atualmente o ensino da arte engloba outras áreas além do desenho, como foi por um longo

período de tempo. A música, a dança e o teatro ganharam espaço e juntas complementam as artes visuais, trabalhando todas as formas de expressão consideradas essenciais na formação do aluno.

3.2 Importância da arte na formação humana

A arte está presente nas nossas vidas desde o início da humanidade, antes mesmo de nos comunicarmos através da fala já deixávamos mensagens através de desenhos, pinturas e construções. Duarte Júnior (1994, p. 136) diz que "a arte está com o homem desde que este existe no mundo, ela foi tudo o que restou das culturas pré históricas."

O ser humano sempre foi movido pela necessidade de se expressar, de se comunicar com os outros e com a natureza, e é por meio da arte que expressa seus desejos, necessidades, crenças, felicidade e tristeza. A expressão artística, assim como a música, sempre esteve presente nas antigas civilizações, por meio de rituais, cerimônias e pinturas. É difícil hoje imaginarmos um tempo onde essas eram as únicas formas de comunicação, por isso, Buoro (2000, p. 25) acrescenta: "portanto, entendendo arte como produto do embate homem/mundo, consideramos que ela é vida. Por meio dela o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que se descobre, inventa, figura e conhece."

A arte raramente era produzida de forma individual, o que garantia a união destes povos. Grupos eram destinados a cada atividade artística, alguns eram os responsáveis pela música, outros pelas construções de moradia, confecção de acessórios e pinturas, tudo de forma coletiva e organizada. Conforme as civilizações foram evoluindo, mudanças aconteceram pelo caminho, hoje com um olhar mais crítico conseguimos observar melhor essas mudanças, a forma como um grupo ou um indivíduo se comportava antigamente é distinta dos hábitos de hoje, inclusive artisticamente falando.

De acordo com Barbosa (1990, p. 11), "acredita-se que a arte não é apenas uma consequência de modificações culturais, porém o instrumento

provocador de tais modificações". Desse modo, entende-se que a arte muda a percepção de como o ser humano pensa o mundo, e dessa forma se renova de tempos em tempos.

Ao trabalhar com a arte em sala de aula, estamos estimulando o lado emocional, crítico e sensível da criança, e ao produzir um trabalho artístico ela tem liberdade para criar e expressar sentimentos que muitas vezes não sabe ainda como falar e muito menos como lidar. O trabalho artístico é particular de cada artista, e é através dessa expressão que ele irá externar seus medos, conquistas e inseguranças, pois na arte não há julgamentos.

Estamos rodeados de manifestações artísticas e muitas vezes nem notamos, na rua vemos *outdoors*, logotipos, desenhos em muros, cartazes de filmes, rádio e etc. Nem sempre valorizamos a importância e o impacto que essas manifestações causam em nós, mas certamente é importante, ninguém é capaz de imaginar o mundo sem arte, pois ela faz parte de nós e ainda sentimos muita necessidade de nos expressarmos e sermos comunicativos.

Se perguntarmos para várias pessoas diferentes sobre a importância da arte, provavelmente irão aparecer diversas respostas diferentes. É muito difícil citar um ou dois motivos apenas, a importância muda conforme o contexto da realidade de cada um e está sempre em processo de evolução.

A arte segue unindo povos de diferentes lugares do mundo, é uma linguagem universal, o artista consegue expressar uma mensagem sem falar uma única palavra, e consegue fazer com que as pessoas se identifiquem com o seu trabalho, justamente por entenderem a mensagem que ele quis passar, por isso a arte é muito valiosa para a formação humana.

3.3 Arte e música na educação especial

A música e a arte podem ter um papel muito importante no desenvolvimento de alunos do ensino especial, estudos apontam que o trabalho musical tem o potencial de promover a plasticidade neural e se tornar uma ferramenta educacional auxiliando nas dificuldades de aprendizagem. A música trabalha positivamente a estrutura e a função de diferentes regiões do cérebro, reagindo a diferentes estímulos sensoriais e

alterando o modo como elas se comunicam. Quando trabalhamos com música e a arte conseguimos exercitar os dois lados do cérebro, esse exercício ajuda a ter um menor grau de assimetria entre os hemisférios e ao aumento do volume de substância cinzenta.

As artes trazem muitos benefícios para alunos da educação especial, pois além do controle emocional, trabalham nas funções cognitivas como falta de atenção, perda de memória, controle de impulsividade, coordenação motora, entre outros.

Com base nos fundamentos de Koelsch (2011) e Rodrigues (2012), Sampaio, Loureiro e Gomes (2015, p. 147) declaram que:

> Apesar de muitos estudos utilizarem apenas a audição musical para compreensão do processamento emocional de estímulos musicais, são nas experiências musicais ativas – ou seja, quando a pessoa toca um instrumento musical, canta, compõe, e improvisa – que se observam mais facilmente a presença destes processos cognitivos complexos e o desenvolvimento de habilidades relacionadas a eles.

É através da prática artística que as crianças começam a demonstrar evoluções onde antes tinham dificuldades, mas vale lembrar que para algumas crianças os resultados aparecem mais cedo que outras. Alguns fatores presentes na música auxiliam o trabalho com o aluno em sala de aula, a contagem de uma pulsação rítmica regular ajuda nesse processo, tornando a audição de uma música simples, sem mudanças, agradável e de fácil entendimento para uma criança com TEA.

Berger (2002), sugere que a presença de uma pulsação regular e previsível é o componente musical principal para explicar o prazer que a pessoa com TEA sente com a música, criando-se assim um estímulo ambiental não ameaçador ou aversivo.

A Musicoterapia é uma alternativa para o profissional trabalhar alunos com TEA, ela identifica músicas com as quais a criança demonstra familiaridade e usa a audição, composição e improvisação a favor do desenvolvimento emocional. A Musicoterapia consiste em um processo sistemático de intervenção no qual o terapeuta ajuda o paciente a promover

sua saúde utilizando experiências musicais e a relação terapêutica (Bruscia, 2000).

A Musicoterapia tem crescido muito nos últimos anos, com diversas palestras pelo mundo todo e cursos de graduação e pós-graduação reconhecidos. Durante muito tempo a musicoterapia foi de forma equivocada por muitos profissionais tratada com descaso e sem a credibilidade merecida, porém ao longo dos anos, foi se mostrando cada vez mais eficaz e ganhando o devido respeito.

Segundo a Federação Mundial de Musicoterapia,

> Musicoterapia é o uso profissional da música e de seus elementos como uma intervenção em ambientes médicos, educacionais e cotidianos com indivíduos, grupos, famílias ou comunidades que buscam otimizar sua qualidade de vida e melhorar sua saúde e bem-estar físico, social, comunicacional, emocional, intelectual e espiritual. A pesquisa, a prática profissional, o ensino e o treinamento clínico em musicoterapia são baseados em padrões profissionais de acordo com contextos culturais, sociais e políticos (World Federation Of Music Therapy, 2011).

Hoje temos o conhecimento da existência de vários famosos que tinham ou têm TEA, entre eles, muitos artistas como: Anthony Hopkins, ator, diretor e produtor cinematográfico, tornou pública a notícia de que tinha a síndrome de Asperger, e que, mesmo com todas as dificuldades que encontrou ao longo de sua carreira, nunca deixou que isso fosse um impeditivo para seu sucesso.

Hopkins disse em uma entrevista: "*As pessoas com Asperger tendem a ser criativas ou severamente incapacitadas. Eu não sei se isso se aplica a mim, mas sei que nunca posso ficar calmo. Eu costumo executar várias tarefas, decido que não vou pintar e depois passo 24 horas pintando*".

Michelangelo, o pintor italiano famoso pela pintura do teto da Capela Sistina, no Vaticano, também teria, segundo pesquisadores, um autismo de grau relativamente alto ou de síndrome de Asperger. Um psiquiatra envolvido em pesquisas sobre a vida do pintor descreve Michelangelo com possíveis traços da síndrome e ainda diz que ele era "*uma pessoa solitária e distante*". Segundo o psiquiatra, o pai e irmãos do pintor também teriam uma tendência ao autismo, mas na época não se tinha conhecimento necessário para o

diagnóstico.

Alguns pesquisadores defendem a hipótese de que Mozart era portador do Transtorno do Espectro Autista. O compositor escreveu mais de 600 obras, entre elas, sinfonias, óperas e concertos. Aos 6 anos de idade já compunha e aos 8 escreveu sua primeira sinfonia. Pesquisadores relatam sua alta sensibilidade para música e ouvido absoluto, ainda observam que sua audição era tão delicada que sons altos podiam lhe causar dor e o deixar doente.

Assim como Mozart, Michelangelo, Hopkings, entre outros, pessoas com qualquer tipo de deficiência são capazes de superar desafios e servir de inspiração e incentivo para os demais, pois a Arte não impõe limites.

4. Considerações Finais

É inegável a importância que a arte e a música possuem para o desenvolvimento humano, assim como sua força para ajudá-los a superarem desafios e estimularem os nossos cérebros.

As artes muitas vezes funcionam como refúgio, uma válvula de escape para os nossos problemas, nos ajudam a expressar sentimentos como a felicidade e a tristeza, além de trabalhar diretamente com as nossas funções motoras e cognitivas.

O professor em sala de aula é quem vai auxiliar a criança no desenvolvimento de suas atividades, e deixar o aluno descobrir que através da arte ele pode se reinventar e superar qualquer problema. Não é um caminho fácil, pois estudantes com deficiências podem se deparar com enormes dificuldades, assim, a criança irá precisar não só do professor lhe auxiliando, mas também da família ao seu lado, dando total apoio e estímulo. Certa vez, Fernando Pessoa disse que a arte é a auto expressão lutando para ser absoluta.

Devemos nos permitir criar, questionar, mais do que tudo nos expressar. A arte é a cura para os males do dia a dia, ela é o futuro e a calmaria de uma criança, arte é esperança. A arte e a linguagem musical são

possibilidades relevantes no desenvolvimento de alunos com TEA, pois estes em sua maioria apresentam dificuldades na linguagem e na interação com o outro, pesquisas demonstram que crianças com TEA, ao terem contato com a música e com a arte em geral, melhoram a linguagem, a expressão corporal, a coordenação motora, a interação e a sociabilidade.

Referências

Aguiar, D. (2008). *Toque e cante.* São Paulo: Aguiar.

Antero, R. (Org.). (2010). *O Ensino da Música nas aulas de Arte.* Criciúma: Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Santa Catarina.

Barbosa, A. M. (2002). *Arte*

Educação no Brasil. São

Paulo: Perspectiva. Barbosa,

A. M. (1998). *Tópicos*

Utópicos. Belo Horizonte:

Com Arte.

Baumer, É. R. (2009). *O Ensino da Arte na Educação Básica.* Porto Alegre: Mediação.

Berger, D. (2002). *Music Therapy, Sensory Integration and the Autistic Child. London:* Jessica Kingsley.

Buoro, A. B. (2000). *O olhar em construção:* uma experiência de

ensino e aprendizagem da arte na escola. (4a ed.). São Paulo:

Cortez. Bruscia, K. (2000). *Definindo Musicoterapia.* Rio de

Janeiro: Enelivros.

Duarte Júnior, J. F. (1994). *Fundamentos*

estéticos da educação. (3a. ed.). Campinas:

Papirus, 1994. Duarte Júnior, J. F. (1988).

Por que arte-educação? (5a. ed.). Campinas:

Papirus.

Fonterrada, M. T. de O. (2008). *De tramas e fios:* um ensaio sobre música e educação. (2a. ed.). São Paulo: editora UNESP; Rio de Janeiro: Funart.

Hopkins, A. (s. d.). *Conheça a trajetória de Anthony Hopkins, o ator autista indicado ao Oscar 2020.* Recuperado em 02 jun. 2022 de https://omundoautista.uai.com.br/conheca-a-trajetoria-de-anthony-hopkins-o-ator-autista-indicado-ao-oscar-2020/#:~:text=Ele%20novamente%20apontou%20que%20as,depois%20passo%2024%20horas%20pintando%E2%80%9D.

Koelsch, S. (2011). Toward a neural basis of music perception – a review and updated model. *Frontiers in Psychology,* 2, artigo 110, 1-20.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico:* métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale.

Rodrigues, A. (2012). *Efeito do treinamento musical em capacidades cognitivas visuais:* atenção e memória. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Neurociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Rodrigues, A. M. (2019). *Projeto Coral Terapeutico: atividade de musicoterapia e educação musical especial, para inclusão social de crianças com desenvolvimento atípico, numa escola do centro de Teresina-PI.* Anais do Encontro sobre Música e Inclusão, 205-217. Recuperado em 05 mai. 2022 de https://ojs.musica.ufrn.br/emi/article/view/9.

Sampaio, R. T., Loureiro, C. M. V., & Gomes, C. M. A. (2015). A Musicoterapia e o Transtorno do Espectro do Autismo: uma abordagem informada pelas neurociências para a prática clínica. *Per Musi,* (32), 137-170.

Souza, F. F. de. (2009). *Arte e Indústria:* Justificativas do Ensino de Desenho nos Pareceres de Rui Barbosa. *19&20,* Rio de Janeiro, 4(3), 1-7. Recuperado em 05 mai. 2022 de http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/ea_ruibarbosa.htm.

Souza, A. S. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp,* 20(43), 64-83. Recuperado em 05 jun. 2022 de https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336.

World Federation of Music Therapy (2011). *What is Music Therapy?* Recuperado em 13 mai. 2022 de http://www.wfmt.info/wfmt-new-home/about-wfmt/.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUANA IZABEL DE OLIVEIRA

RESUMO

Na educação infantil esta construção de papéis e de identidade ocorre visivelmente por meio das atividades lúdicas e pelas contingências que envolvem a situação do brinquedo, como a estimulação por parte das professoras em relação à forma de brincar e restrições em relação ao ambiente do brinquedo. Acredita-se que na medida em que a criança desenvolve o conceito de gênero, ela também aprende o que acompanha ou deve acompanhar cada gênero em específico. O artigo irá investigar a importância da contação de histórias e a possibilidade de utilizar esta linguagem artística de modo que desperte a reflexão, aguçando o senso crítico do indivíduo para a realidade que o cerca. Desta forma desenvolver no educando a capacidade de imaginar a história em seu subconsciente, desenvolvendo a habilidade de recriar a história adicionando elementos preexistentes em seu cotidiano.

Palavras-chave: Contação de Histórias; Senso Crítico; Palavras; Criança; Recriar.

INTRODUÇÃO

O envolvimento afetivo com a história narrada permite maior flexibilidade ao narrador, pois ele poderá perceber como ela atua junto aos ouvintes, e

assim conduzir a narrativa para que aquelas demandas sejam atendidas. Cada narrador imprime sua personalidade ao conto, priorizando passagens que mais lhe impressionam, reforçando alguma imagem que lhe toca de uma maneira especial, uma intenção que considera primordial, e isto é natural, se pensarmos na narrativa como uma atividade dinâmica que atua sobre os diferentes níveis de realidade. (BUSATTO, 2005, p. 48)

A postura corporal do narrador pode contribuir para a contação da história. O conto pode ser narrado sentado ou em pé, de modo que se sinta mais confortável, o importante é ter uma postura corporal ereta e equilibrada, com musculatura relaxada, pois dessa forma o corpo se encontra mais flexível e a expressividade corporal transmite uma linguagem do corpo harmoniosa. Tais posturas externas estão relacionadas com a postura interna. “Ao se permitir internamente, fica mais fácil soltar o corpo, e estas são condições favoráveis à narrativa” (BUSATTO, 2005, p. 72).

Segundo Bamberger (1991, p. 10) “a leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade. Trabalhar com a linguagem é trabalhar com o homem”.

Essa pesquisa pode servir também de estímulo a novos narradores, além de alertar para os tipos de histórias que estão sendo contadas, de que maneira estão sendo transmitidas e principalmente com qual propósito.

A contação de histórias como estratégia pedagógica pode contribuir significativamente com a prática docente na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Isso porque, além de educar e instruir, a contação de histórias contribui para o processo de ensino e aprendizagem (SOUZA, 2007). Coelho (2000) aponta que a criança aprende com o lúdico, jogos, brincadeiras e a história contada de forma agradável desperta o interesse do aluno para o aprendizado.

A ARTE DE CONTAR E ENVOLVER ATRAVÉS DAS FABULAS

A contação de histórias, para ter um bom resultado, deve ser realizada em um ambiente harmonioso, com um espaço físico adequado e aconchegante, de modo que o aluno se sinta confortável e interessado durante a contação.

O professor ou contador precisa gesticular e expressar enfatizando os pensamentos, sentimentos e atitudes dos personagens, despertando a imaginação e sentimentos dos alunos, conforme aponta Abramovich (2005).

O professor pode utilizar de alguns recursos para enriquecer a contação, tais como: personagens de fantoches, avental com velcro, baú com alguns objetos, podem auxiliar e estimular a compreensão e envolvimento durante a história.

De acordo com Abramovich (1991) o professor/contador de histórias necessita de alguns preparos: 1. Saber escolher o que vai contar, levando em consideração o público e com qual objetivo; 2. Conhecer detalhadamente a história que contará; 3. Preparar o início e fim no momento da contação e narrá-la no ritmo e tempo que cada narrativa exige; 4. Evitar descrições imensas e com muitos detalhes, favorecendo o imaginário da criança; 5. Mostrar à criança que o que ouviu está ilustrado no livro, trazendo-a para o contato com o objeto do livro e, por consequência, o ato de ler; 6. E por último, saber usar as possibilidades da voz variando a intensidade, a velocidade, criando ruídos e dando pausas para propiciar o espaço imaginativo.

Como nota Busatto (2005), para que a contação seja bem sucedida, o narrador deve contar com o coração, de modo que se identifique com o conto e permita que o ouvinte também o faça. Acrescenta que “antes de sensibilizar o ouvinte o conto precisa sensibilizar o contador” (BUSATTO, 2005, p. 47).

Deste ponto de vista, Busatto (2005) considera que:

APRENDENDO ATRAVÉS DO LÚDICO

O ser humano, desde seu nascimento passa por diversos processos de desenvolvimento, surgindo um ser biopsicossocial e espiritual, que ocorre

mediante a interação entre o indivíduo e o meio em que vive. A infância é, portanto, o período na qual a criança vai progressivamente adequando-se ao mundo. Quando se fala sobre o desenvolvimento, é comum associar este apenas a fatores relacionados as áreas físicas e biológicas, no entanto, trata-se de um processo muito mais amplo e que envolve diversos fatores, sejam eles visíveis fisicamente e mentais (MALAQUIAS, RIBEIRO, 2013).

Vemos que o lúdico estimula a criatividade da criança fortalecendo processos de interação e criação, contudo, o trabalho com a preservação do ambiente estreita a relação homem natureza. Literaturas sobre educação ambiental oferecem oportunidades para explorar o estudo de ciências, defende Tahan (1966), a contação de histórias promove o enriquecimento de conhecimentos sobre animais, plantas, natureza, ciências e artes.

Busatto (2005, p. 39) acrescenta que “as Ciências Naturais também serão favorecidas pelo conto, pois aqui podese pesquisar desde o ambiente onde este povo vive, até quem é esse povo, quais são seus hábitos, sejam eles alimentares, higiênicos, e como eles afetam este homem”.

Ressaltamos neste trabalho a importância do aluno, já nos primeiros anos do Ensino Fundamental, ter contato com os conhecimentos científicos, o que pode ser feito com o auxílio da contação de histórias, pois, neste período, estará apto a construir repertórios de imagens, fatos e noções, essenciais para o estabelecimento dos conceitos científicos, o que se configurará nos terceiros e quartos ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997).

Uma possível causa deste fato é que os docentes ainda possuem aspectos tradicionais de ensino e aprendizagem, sejam por carências na sua formação inicial ou até mesmo motivos políticos e econômicos da própria Educação. Essas carências durante a formação inicial acabam trazendo o sentimento de despreparo para ensinar ciências por parte do professor que decide utilizar de assuntos cotidianos (higiene, alimentação, etc.) conduzindo uma aula de forma mecânica (MENDES; TOSCANO, 2011).

Existem muitas maneiras do narrador selecionar seu material de trabalho e definir a melhor forma de contar uma história, mas isso só a experiência vai trazer. A criação e organização vão se aprimorando no dia-a-dia. “Então a técnica é a escolha de um determinado modo de contar, a partir de uma intenção e levando em consideração, além dos recursos internos, outros tipos de recursos que possam ser descobertos pelo contador de histórias” (MACHADO, 2004, p.74).

RAMOS (2013, p. 97) em sua dissertação de mestrado, apresenta algumas técnicas utilizadas, como por exemplo:

A simples narrativa – o contador tem como apoio a história, a voz, o corpo e o ouvinte. Aparentemente é a maneira mais fácil de contar uma história, mas exige um domínio muito maior do narrador em relação ao todo.

O uso do livro – o narrador vai contando a história e com pausas vai mostrando as gravuras aos ouvintes, que interagem não só ouvindo, mas também observando as imagens.

A palavra é o grande recurso da contação de história, é por meio dela que o contador tem o poder de transportar o ouvinte para dentro do conto. “As palavras faladas constituem sempre modificações de uma situação que é mais do que verbal. Elas nunca ocorrem sozinhas em um contexto simplesmente de palavras” (MATOS; SORSY,2007,p7). Contar uma história faz com que permaneça viva a cultura de um povo, fixa seus costumes e passa adiante as tradições de geração para geração, dividindo o conhecimento.

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar”.

A palavra é o grande recurso da contação de história, é por meio dela que o contador tem o poder de transportar o ouvinte para dentro do conto. “As palavras faladas constituem sempre modificações de uma situação que é mais do que verbal. Elas nunca ocorrem sozinhas em um contexto simplesmente de palavras” (MATOS; SORSY,2007, p7).

Contar uma história faz com que permaneça viva a cultura de um povo, fixa seus costumes e passa adiante as tradições de geração para geração, dividindo o conhecimento.

A importância do lúdico no desenvolvimento na fase infantil são temas recorrentes da literatura. Na brincadeira a criança tem um grande envolvimento, de forma que ela coloca na ação o seu sentimento e emoção. A atividade lúdica serve como um elo que liga as características motoras, cognitivas, afetivas e sociais, sendo assim, por meio do brincar, é desenvolvida com mais facilidade o momento de aprendizagem, do desenvolvimento social, cultural e pessoal, contribuindo assim para uma vida mais saudável tanto física como emocionalmente (MALAQUIAS, RIBEIRO, 2013).

Desde muito cedo ouvimos histórias, sejam elas reais ou fictícias, felizes ou assustadoras, e essa experiência causa satisfação, curiosidade, encantamento. No caso das crianças, é um incentivo a mais no ato criador, pois adoram ouvir e inventar as suas próprias histórias, trabalhando assim a imaginação, inspirando-se na sua realidade e muitas vezes misturando-a com os contos de fadas.

São esses contos de tradição oral e/ou populares, os contos de fadas, mitos, fábulas, lendas, entre outros, que passam o conhecimento de uma pessoa para a outra. Segundo Matos e Sorsy (2007, p.3) “ [...] nas culturas orais o conhecimento é armazenado na memória” [...] “e os anciãos representam a memória viva de seus antepassados”. Em consequência o homem da cultura oral é metódico e teme as novidades que podem causar a perda do conhecimento ancestral do seu povo.

Nós homens modernos da cultura escrita, ansiamos sempre mais por novidades, mas para o homem da cultura oral o prazer não está na novidade. A centésima repetição de um conto ou de um relato qualquer pode emocionar e surpreender o ouvinte como se ele o estivesse ouvindo pela primeira vez. (MATOS; SORSY, 2007, p.3)

E são exatamente esses homens modernos da cultura escrita, que se encantaram pela contação de histórias, encontrando novos caminhos e muitas possibilidades de utilizarem esta arte também como trabalho, sendo possível manter as raízes, mas ao mesmo tempo adentrando cada vez mais na contemporaneidade. E justamente por esta arte virar profissão, acaba surgindo cada vez mais estudos revelando novas descobertas, que aprimoram este trabalho.

ENSINANDO ATRAVÉS DOS CONTOS

Segundo De Rossi (2003, p.23), não há uma única maneira de se escrever a História e a tarefa do estudioso da História, é saber como capturar o todo, que corresponderia ao real, determinando de múltiplos modos o momento histórico, apreendendo nas profundezas, o que designam como sua essência.

Neste viés, os contos de fadas podem ser vistos como fontes históricas que nos permitem entender histórias coletivas. São realidades que foram contadas a partir de estórias que procuravam alertar sobre os perigos da vida real e a necessidade de se suportar um destino difícil, as quais foram sendo modificadas conforme a necessidade da sociedade em determinado momento histórico.

Podemos analisar a sociedade do período absolutista. Em outras palavras a sociedade que se formou na Europa durante a Idade Moderna constituiu um modelo complexo e específico de organização social, econômica e política. Longe, portanto de representar uma simples transição entre dois sistemas, ou seja, a transição do feudalismo para o capitalismo. Após a Revolução Francesa de 1789, contudo, ela passaria a ser chamada de Antigo

Regime. As duas denominações – Antigo Regime e sociedade moderna – parecem contraditórias. Na verdade, elas expõem as inúmeras contradições que conviviam no interior dessa sociedade.

Por meio dos contos de fadas podemos conhecer a estrutura social dos reinos onde prevalecia a monarquia absolutista, composta por camponeses, artesãos, comerciantes e burgueses.

Marques (2017) aponta que a ludicidade é uma ferramenta prática para a estimulação, e que pode ser aplicado em todas as fases do desenvolvimento psicomotor. Quando o professor realiza atividades lúdicas em sala de aula, ele dispõe aos alunos diferentes desafios, que são tidos como uma parte essencial para o desenvolvimento tanto físico quanto mental. Além disso, a autora ainda explica que, o trabalho lúdico irá auxiliar o aluno a vencer seus medos, a transpassar suas dificuldades bem como contribuir com o desenvolvimento cognitivo.

Tal momento pode ser conhecido, problematizando os contos de fadas, tomando-os documentos que possibilitam a investigação de determinado contexto histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra que a arte da narrativa se faz cada vez mais presente artisticamente, e traz variadas oportunidades de abordagens e temas que geralmente podem ser trabalhados de maneira crítica, levando à reflexão. É possível afirmar que: a contação de histórias pode ser utilizada como uma ferramenta na construção do pensamento crítico do indivíduo. Porém, por ser de “fácil” domínio e muitas pessoas conseguirem utilizar de suas técnicas, está se tornando um produto comercial, o que acontece também com outras linguagens artísticas. A arte vira mercadoria. um teatro de fuga, destinado ao prazer, no qual há uma identificação automática e alienante do espectador, bloqueando assim o despertar, impedindo-o de ir além.

Retrata também, que existem pessoas lutando para tornar a contação de história uma profissão, assim como é o teatro e que, aliás, cada vez mais essas linguagens misturam-se, a contação aproxima-se muito do teatro narrativo hoje em dia.

Acentua que há grupos agregando a esta linguagem, ao mesmo tempo, que tentam manter as origens dessa técnica narrativa, sempre somando em prol do outro e da arte.

Dessa forma, cabe ressaltar que a pesquisa traz questionamentos importantes, que vão além de poder usar a contação de histórias como um instrumento de reflexão e crítica, inclusive, faz lembrar que viver socialmente é conviver com regras ou normas, que atingem cada indivíduo de uma maneira, de acordo com sua condição social. É importante ainda enfatizar que tudo isso interfere diretamente no fazer artístico, trazendo sempre novas possibilidades e indagações.

Concluo que os contos de fadas nos permitirão, como fontes, entender contextos sociais e perceber que são instrumentos importantíssimos para o desenvolvimento da criança e reelaboração de suas fantasias, encontrando soluções para seus desafios cotidianos.

Nascemos ouvindo histórias, crescemos ouvindo e contando histórias, repassamos histórias, inventamos histórias, ou seja, as histórias estão por toda parte, em todos os lugares, na imaginação da criança, no conto da vovó, na vida e na arte.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 2. ed. São Paulo: Scipione; 1991.

ANDRADE, **Maria Margarida de. Introdução à Metodologia Do Trabalho Científico**, 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência. In Revista Brasileira da Educação**. No. 19, Jan/ Fev/ Mar/ Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITANNICA. In Escola Online. **Contação de História**. Enciclopédia Escolar Britannica, 2015. Web, 2015.

BUSATTO, Cléo. **Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil, teoria**, análise, didática. 1a ed. – São Paulo. Moderna, 2000.

FRANCISCO, F. R. **A contação de histórias no ensino de ciências**: um recurso didático. Trabalho de conclusão de curso.

MACHADO, Regina. Acordais: **Fundamentos Teóricos** - Poéticos Da Arte DeContar Histórias- São Paulo: DCL,2004.

MATOS, G. A.; SORSY, I. O **Ofício do Contador de Histórias**. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.2.2

MARQUES, J. F. **A importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil.** (Monografia) Curso de Pedagogia. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2017.

MALAQUIAS, M. S.; RIBEIRO, S. de S**. A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância. 2013.**

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A INCLUSÃO ESCOLAR E O DIREITO DE ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MARCELA ONDINA COSTA DOS SANTOS

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2013); Pós-graduada em Psicopedagógica Institucional pela FAUESP (2021).



RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o direito à escolarização e a realidade vivida pelos estudantes com deficiência no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar. Tem por finalidade contribuir para a prática pedagógica do professor a partir do estudo sobre os fundamentos, os princípios e os objetivos da Educação Inclusiva. Por meio da análise dos referenciais teóricos objetiva estudar a legislação vigente relacionada à inclusão escolar da pessoa com deficiência, discutir os aspectos curriculares e a propostas pedagógicas voltadas para a inclusão e refletir sobre as alternativas de ação pedagógica junto ao aluno com deficiência. Os profissionais da escola precisam tomar conhecimento das legislações que garantem esse direito e que trazem as

responsabilizações em caso da negativa deste. É importante que discutam sobre os princípios da pedagogia inclusiva para a reflexão da sua prática pedagógica e suas possíveis transformações para o reconhecimento desse direito, e consequentemente, para a construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Inclusão escolar; Escolarização.

1. INTRODUÇÃO

O direito à escolarização da pessoa com deficiência já é um direito garantido pela legislação vigente, porém, muitos estudantes encontram dificuldades no acesso à inclusão escolar. Alguns têm sua matrícula negada e outros adentram às escolas, mas sem nenhuma perspectiva de acompanhamento do contexto escolar.

O presente estudo propõe a reflexão: Qual a realidade vivida pelos estudantes com deficiência, no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar? Discute os marcos históricos, as políticas públicas criadas para o atendimento educacional da pessoa com deficiência, as consequências frente à negativa desse direito e as características da pedagogia inclusiva.

A escola é um espaço de diversidades. Pensar sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência é necessário e urgente. O estudante precisa ter o seu direito à escolarização garantido. Direito esse de não apenas se matricular na escola, mas também de ter acesso ao conhecimento como todos os alunos, ainda que seja necessária adaptações e busca de possibilidades, respeitando-se, sempre, suas limitações e desafios.

Os profissionais da escola precisam tomar conhecimento das legislações que garantem esse direito e que trazem as responsabilizações em caso da negativa deste. É importante que discutam sobre os princípios da pedagogia inclusiva para a reflexão da sua prática pedagógica e suas possíveis transformações para o reconhecimento desse direito, e

consequentemente, para a construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva.

Este trabalho de pesquisa, por meio da análise dos referenciais teóricos, tem por objetivo geral contribuir para a prática pedagógica do professor a partir da compreensão sobre os fundamentos, os princípios e os objetivos da Educação Inclusiva. E tem, como objetivos específicos, estudar a legislação vigente relacionada à inclusão escolar da pessoa com deficiência, discutir os aspectos curriculares e a propostas pedagógicas voltadas para a inclusão e refletir sobre as alternativas de ação pedagógica junto ao aluno com deficiência.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL OU ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

É interessante analisar o que diz a legislação sobre a educação especial, contrapondo com o atendimento educacional especializado. Houve um equívoco ao entender a educação especial como uma nova modalidade, e não como um atendimento especializado para o aluno que dele necessitasse. O que acabou gerando uma situação em que o estudante com deficiência era matriculado no Ensino Especial, tendo o prejuízo da frequência no ensino regular.

A Educação Especial, de acordo com a Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação, define a Educação Especial como educação escolar oferecida na rede regular, preferencialmente.

> Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

> § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Lei 9394/96).

Fávero (2007) observa que LDBEN usa os termos educação especial e rede regular de ensino. Já a Constituição Federal não usa a nomenclatura Educação Especial, mas apenas "atendimento educacional especializado".

> Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Caso o aluno encontre alguma dificuldade para ser inserido como os demais colegas, poderá contar com o atendimento especializado em classes, escolas ou serviços especializados, como preceitua a LDBEN/96.

> Art. 58-§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
> §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Lei 9394/96)

Como toda legislação ordinária em que estar de acordo com a Constituição Federal, não há como entender a possibilidade de substituir o ensino regular pelo especial. Se esta e para LDBN, a Educação Básica ─ Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio ─ é obrigatória para todos, essa substituição é inadmissível ao aluno com deficiência, na idade de frequentar essa etapa de ensino.

> Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (CF, 1988)
>
> Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.
>
> §2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais. (Lei 9394/96)

Fávero (2007) traz um exemplo para melhor compreensão sobre o aluno que necessita do atendimento educacional especializado em uma sala à parte.

> Um exemplo para esclarecer melhor a situação: uma criança surda, que nunca escutou qualquer som e usa língua de sinais, necessitará de ensino muito específico do Português, sua segunda língua. Neste caso, aplica-se perfeitamente o artigo 58, § 2º: é o tipo de atendimento que precisa ser oferecido à parte e, para não ser discriminatório e não restringir o acesso do aluno ao Ensino Fundamental é essencial que seja ministrado em horário distinto das aulas comuns, preferencialmente na própria rede regular. (FÁVERO, 2007)

A garantia de atendimento educacional especializado a quem tem deficiência, preferencialmente na rede regular, não pode excluir o direito do aluno com deficiência de ser atendido em escolas comuns, na Educação Básica ─ Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Sendo assim, Ensino Regular e Atendimento Educacional Especializado, bem como Educação Básica e Educação Especial, não se confundem e não se excluem porque o atendimento educacional especializado é importantíssimo, mas não esgota o direito do aluno com deficiência à escolarização.

2.1. O ensino regular e a pedagogia inclusiva

Conforme fica claro, a Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola deve atender todos os princípios constitucionais citados, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, deficiência ou ausência dela.

Estes dispositivos demonstram que ninguém pode negar, a qualquer pessoa com deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro estudante, sob pena de ofensa ao princípio da igualdade. Para permitir esse acesso e permanência, a escola deve providenciar as transformações necessárias ao atendimento dos alunos com deficiência.

O Decreto 3.956/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala, também ratifica a proibição de qualquer tratamento diferenciado baseado na deficiência como a exclusão escolar, a colocação em escolas e salas em razão de sua deficiência.

> O acesso à escola comum talvez seja o maior desafio a ser enfrentado pelos pais que não abrem mão de garantir aos filhos com deficiência os seus direitos. É preciso ultrapassar a porta pesada da escola, mudar a ideia de que essas crianças precisam de proteção excessiva, e até vencer a nossa fragilidade em sermos mães e pais de aluno "diferente" da turma. Mas o acesso à educação é também o maior legado que se pode deixar aos nossos filhos, e os que têm deficiência não são diferentes nesse direito, porque buscam a mesma coisa: "ser mais um menino entre os meninos. E eles são. Cabe a todos garantir-lhes a oportunidade necessária. (Fávero, 2007, p.55)

Segundo Fávero (2007), a escolarização é um direito humano fundamental, que não pode ser subtraído de ninguém. O direito à educação em níveis elementares, também de acordo com a Declaração de Direitos Humanos, é obrigatório, indisponível. Isto significa que nem os pais podem

abrir mão desse direito. Portanto, os pais podem optar, dentro dos níveis de escolarização, pelo gênero de instrução que quiserem, como escolas confessionais, tradicionais, democráticas, mas não podem optar por deixar seu filho sem acesso ao Ensino Fundamental.

> Escola é aquela para onde todos os alunos daquele bairro, daquela comunidade, vão estudar. Esse é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano, objetivos previstos na Constituição Federal, que devem ser alcançados pelo ENSINO (art. 205, CF). A diversidade, a convivência entre todos, é pressuposto básico para o cumprimento desses fins educacionais. Qualquer arranjo diferente disso é uma distorção das disposições constitucionais e uma fuga da realidade. (Fávero, 2007, p.53)
>
> Alguns alunos precisam, sim, de atendimento especializado; no entanto, esse atendimento não significa restrição ao mesmo ambiente que os demais educandos, ao contrário, esse atendimento deve ser bem definido e funcionar como um currículo à parte, oferecendo subsídios para que os alunos possam aprender conteúdos específicos a cada deficiência, concomitantemente ao ensino comum. É o instrumento a ser usado para que a convivência de alunos, com e sem deficiência, seja alcançada na idade própria, ou seja, o mais cedo possível. (Fávero, 2007, p. 55)

Algumas medidas precisam ser adotas pelas escolas, imediatamente, para atender os alunos com deficiência que já estão matriculados e aos que ainda se matricularão, como construção de rampas e banheiros adaptados, eliminação de barreiras arquitetônicas, instalação de elevadores. A Lei 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e outras normas.

> É impossível a escola estar previamente preparada para todos os tipos de deficiência, o que nem é necessário. Numa rede de ensino em que não existem exclusões, as deficiências as deficiências de todos os tipos estão pulverizadas entre todas as escolas. (...) O que a

> escola não pode fazer é, sob o gasto argumento de não estar preparada, recusar matrículas. (Fávero, 2007, p. 67)

A escola precisa, também, adotar práticas pedagógicas adequadas às diferenças, respeitando as limitações de cada estudante, adaptar suas avaliações, que não sejam para categorizar ou excluir, mas que parta das possibilidades de cada um; garantir a matrícula do aluno com deficiência próximo à sua casa, assim como já ocorre com os demais alunos.

Para receber alunos com vários níveis de desenvolvimento intelectual, numa mesma sala de aula, é preciso que a escola providencie uma mudança no modo de organizar, pedagogicamente, o processo escolar para todos os alunos.

> As práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversidade de atividades. O professor, na óptica da educação inclusiva, não é aquele que ministra um " ensino diversificado" para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. (BATISTA, 2005, p.17)

O professor precisa perceber que foi lhe dada autonomia para buscar novas possibilidades para seus alunos, visando a qualidade da educação, respeitando-se a diversidade do ambiente escolar e as limitações de cada estudante. O docente não pode se sentir só dentro de uma tarefa tão desafiadora, e por vezes totalmente nova para si. Precisa perceber que o sucesso daquele estudante depende do trabalho de um coletivo, de uma equipe, que ele não sua responsabilidade apenas.

> Modificar essa prática para a prática escolar inclusiva é uma verdadeira revolução, que implica inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem. Ela desmonta de uma só vez o caráter homogeneizador da aprendizagem e elimina todas as demais características excludentes das escolas comuns que adotam propostas pedagógicas conservadoras.

> Para conseguir trabalhar dentro da proposta educacional inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas, que adotam um modelo de gestão escolar verdadeiramente participativa e descentralizada. (BATISTA, 2005, p.18)

Às vezes o professor traz para a escola ideias inovadoras e propostas de trabalho diferentes e adequadas para a sua realidade em sala de aula, porém não consegue implementá-las por falta de apoio da gestão escolar. Uma receptividade positiva frente às inovações trazidas pelo professor o deixará mais estimulado e engajado na luta por alternativas de ensino para o sucesso dos estudantes.

Conforme a Lei 7853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, ainda que aquela deficiência não tenha sido prevista pela escola, não poderá ser rejeitada:

> Art**.** 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.
>
> Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:
>
> I - na área da educação:
>
> f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

Ressalta-se que ao matricular o aluno, a escola deve se mobilizar para obter o maior número de informações sobre as informações dos profissionais que atendem aquela criança, ou as possibilidades que já conseguiram perceber, ou o trabalho que já vem desenvolvido, para ajudar a nortear o plano de ação do professor que irá atendê-lo. Gestores e demais segmentos da

escola deverão ser envolvidos no processo para a matrícula, permanência e desenvolvimento, nos casos do aluno com deficiência ou sem deficiência.

Contudo, mesmo o atendimento educacional especializado, que precise ser prestado complementarmente em salas de aula ou em ambientes segregados, poderá se dar apenas mediante a aceitação da pessoa com deficiência ou de seu responsável, não estando ela, obrigada a aceitar o tratamento diferenciado, como frisa a Convenção da Guatemala:

> 2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência
>
> a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.
>
> b) não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Infelizmente, alguns dirigentes de escolas ainda recusam a matrícula, ou recebem a criança com deficiência sem providenciar o atendimento às suas necessidades específicas. Alguns pais ou responsáveis, também, ainda negam ao aluno com deficiência a sua matrícula na escola. Cabe a cada um ser responsabilizado pelos seus atos. Do Poder Público, se não oferecer a vaga, ao dirigente que negá-la ou a família que for omissa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribui para a prática pedagógica do professor, pois lhe permite analisar os fundamentos, princípios e objetivos da educação inclusiva por meio dos referenciais teóricos e das legislações vigentes que foram expostos. Permite-lhe, ainda, responder, diante do que está posto, qual a realidade vivida pelos estudantes com deficiência no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar.

A partir deste estudo foi possível tomar conhecimento sobre a definição das diferentes deficiências, bem como dos marcos históricos e normativos da luta da pessoa com deficiência ao atendimento educacional no Brasil.

Em seguida lhe é possibilitado uma reflexão sobre a pedagogia inclusiva; e conhecer as legislações que positivaram o direito da pessoa com deficiência à inclusão escolar, as políticas públicas criadas para o direito à Educação de todas as pessoas, com ou sem deficiência, à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, e ao Atendimento Educacional Especializado, a quem dele necessitar. Ao final, demonstra a necessidade, urgente, da escola regular enfrentar o desafio da inclusão das diferenças, se adequando, das barreiras arquitetônicas ao currículo e práticas pedagógicas.

Infelizmente algumas pessoas com deficiência continuam tendo que lidar com a negativa do direito à escolarização. Alguns não conseguem se matricular, e outros apenas se matriculam, pois não existe nenhum movimento, por parte da escola e outros órgãos, em se adequar para que a inclusão ocorra de fato.

Mais do que nunca vivemos em uma época que não se pode negar o direito à escolarização à pessoa com deficiência. É preciso respeitar e reconhecer o direito dessas pessoas à inclusão escolar, pois a igualdade e a dignidade humana são princípios constitucionais garantidos a todos.

É necessário um investimento em formação continuada do professor e demais funcionários da escola, bem como um trabalho com as famílias para que compreendam a importância e o direito da pessoa com deficiência de ser

incluída no ensino regular. Além disso, o Ministério Público deve fiscalizar se a lei vem sendo cumprida, denunciando os responsáveis para que sejam punidos, seja pais, autoridades da escola ou o próprio Poder Público.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição Da República Federativa do Brasil. Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. 5ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

CORDE, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Manual de Acessibilidade – Como fazer certo e fácil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasília: 1999.

_____. Guia Sem Barreiras – como fazer campanha educativa. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasília: 2000.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasília: 2007.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, 1969 – Direitos das Pessoas com Deficiência: Garantia de Igualdade na diversidade. WVA, Rio de janeiro: 2004.

FONSECA, R.T.M. O trabalho protegido do portador de deficiência in: G.J.P. Figueiredo (org.) Direitos da pessoa portadora de deficiência. Max Limonad, São Paulo, 1997 p.135-139.

Lei Nº 7.853, 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.Disponível em 30/04/18.

MEC/SEESP. Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. 2ª edição. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

RIBEIRO, Darcy. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96). Brasília: Centro Gráfico, 1997.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: VA, 1997.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

O PROFESSOR E AS NOVAS TECNOLOGIAS PARA INCLUSÃO

RENATA PANINI LUZ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a prática do professor na organização do processo ensino-aprendizagem numa sala de aula com alunos do ensino regular e com deficiências intelectuais, físicas, transtornos de comportamento e indisciplina. Destaca também a importância da formação dos professores e a participação dos pais na vida escolar do aluno. Para isso este trabalho sugere as novas tecnologias. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que não basta inserir o aluno na sala de aula, é preciso melhorar a infraestrutura da escola, disponibilizar um professor em sala de aula e os dados do laudo médico do aluno e também desenvolver uma metodologia que possibilite melhora na socialização e a aquisição de novas habilidades.

Palavras Chave: Inclusão, Projeto pedagógico, Prática educativa.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the teacher's practice in the organization of the teaching-learning process in the classroom with students of regular schools and with intellectual, physical, behavioral disorders and indiscipline. It also highlights the importance of teacher training and parental involvement in the school life of the student. For this work suggests this new technology. The methodology used wasliterature. It was concluded that not just enter the student in the classroom, we need to improve school infrastructure, provide a teacher in the classroom and the data of the medical student's report and also to develop a methodology that enables improvement in socialization and the acquisition new skills.

1 INTRODUÇÃO

A reorganização econômica mundial provocou mudanças na educação e trouxe novos desafios. Novos conceitos e práticas inclusivas foram introduzidos no âmbito escolar com a intenção de promover a inserção de todos os alunos.

Este artigo fez uma análise sobre a inclusão do aluno com deficiência no Ensino Regular, abordando desde a convivência desses alunos até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola, necessitando de adaptações físicas e uma mudança de conceitos.

Justifica-se este estudo, o fato que nem todas as escolas estão preparadas para receber alunos que apresentam dificuldades sejam elas de ordem física, cognitiva ou emocional, bem como inúmeros professores não se sentem preparados para lidar com esta realidade. Quais as estratégias para incluir o aluno com deficiências numa classe de ensino regular?

É preciso estabelecer e aprimorar metodologias de ensino para que essas crianças tenham uma educação de qualidade, respeitando seus limites e atendendo às suas necessidades. As adaptações no ambiente físico da escola devem ser feitaspara que o deficiente físico seja acolhido e encorajado a ser autônomo.

Para a construção de um sistema educacional inclusivo e democrático é necessária à efetivação de parcerias com organizações de apoio a pessoas com deficiência bem como com Instituições de Ensino Superior e a comunidade em geral,partindo do projeto político pedagógico das escolas, de modo que possam oferecer um atendimento educacional com qualidade a todas as crianças, eliminando barreiras atitudinais, físicas e de comunicação.

Cabe à escola repensar suas práticas e adaptar-se para uma possível inserção nesse processo de construção do conhecimento por meios virtuais, que vai mais além do que a oralidade e a escrita.

Procurou-se seguir uma metodologia orientada pela pesquisa bibliográfica em livros, internet e revistas científicas, tendo como referencial teórico os autores: Sassaki, Mantoan e Valente sobre o histórico da inclusão, sua definição, as mudanças no currículo e no projeto para atender as demandas desta nova realidade.

1. O VALOR DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

É um privilégio para os educadores, gestores e crianças, conviverem com a diferença, pois com isso, podemos aprender a viver com pessoas que são diferentes e pensam diferentes de nós. Esta convivência na mais tenra idade, como é o caso da Educação Infantil, é importantíssima, pois fará com que a próxima geração de adultos possa ser mais tolerante e empática. A pedagogia de inclusão beneficia a todos os alunos, independente de suas habilidades ou dificuldades.

Muitas vezes o professor se sente sozinho, sem qualquer referência sobre a história e laudo de seus alunos, e tem que lidar ainda com problemas de disciplina e uma carga horária exaustiva.

Somente com a identificação das dificuldades e habilidades do aluno, o professor programará recursos e estratégias que o auxiliarão, promovendo e ampliando possibilidades de participação e atuação do aluno, nas relações, atividades e comunicação no espaço escolar.

A inclusão deve ser considerada uma reponsabilidade de todos os envolvidos da equipe escolar, que devem auxiliar a criar condições que este aluno se sinta acolhido e que ele receba da escola mais do que uma simples socialização, uma evolução nas suas habilidades.

O ambiente escolar deve ser favorável à promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social e das necessidades individuais de cada uma das crianças. Não podemos criar currículos e programas educacionais que

somente favoreçam uma parcela privilegiada da sociedade, seja em termos econômicos ou termos de habilidades físicas e cognitivas. Inclusão é um movimento com apenas um interesse: construir uma sociedade com equidade.

2. O DESAFIO DA ELABORAÇÃO DE UMA POLITICA EDUCACIONALINCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança torna-se fundamental neste processo. De acordo com Rabello, (1999) hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social. (p.20).

Para isso, tem que se repensar sobre a estrutura da escola, a avaliação, interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno.

> Na coletividade, os portadores de necessidades especiais podem aprender a realizar tarefas de outras maneiras que não as suas próprias. Melhoram os sentidos do tato, visão, olfato, tal como se orientam de forma mais coesa no espaço das atividades, o que gera um maior domínio corporal e o desenvolvimento muscular considerado de forma global. (VYGOTSKY, 1987).

Existem mecanismos de compensação das deficiências orgânicas apresentadas pelos portadores de necessidades especiais, tais como o sistema de linguagem de LIBRAS adaptado aos surdos, o método BRAILLE para os cegos, as diversas próteses construídas para aqueles, cujos membros perderam sua funcionalidade, dentre outros.

Tal como ressalta Vygotsky (1995), os processos de compensação não são governados rumo a uma suposta cura ou complementação do defeito, mas, sim, a sua superação através de novas conexões interfuncionais, ou seja, a supressãodas dificuldades originadas pelo defeito.

Para que ocorra a inclusão do deficiente físico na escola regular é necessário que a equipe detecte as barreiras, para que seja melhorado o acesso dentro da escola. Em relação à educação regular, as alterações, não seriam nos conteúdos, mas, na elaboração de diversos métodos de ensino e na transformação do próprio ambiente escolar.

A acessibilidade é de grande importância para toda a sociedade, e está relacionada com condições viáveis de mobilidade disponíveis e com a oportunidade de acesso oferecida aos indivíduos, tanto para pessoas que não têm uma deficiênciafísica ou para indivíduos que tenham alguma limitação.

Essa nova perspectiva de educação, que trabalha a incorporação de crianças no ensino regular, reconhecendo a existência de múltiplas diferenças, provoca questionamentos sobre o papel do professor na construção de uma nova abordagempedagógica, que direcione o ensino à necessidade dos alunos.

A formação inicial é importante, mas não é suficiente para o desenvolvimento de competências que garantam o sucesso de uma prática pedagógica que contemple princípios inclusivos. Tais competências para uma gestão inclusiva só poderão ser adquiridas por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva.

Essas concepções evidenciam a importância exercida pela Universidade na formação de docentes que atuarão na Educação Básica, e tem por sua vez, grande responsabilidade com a formação de futuros cidadãos, sejam eles pessoas com necessidades educativas especiais ou não.

Segundo Rabelo e Amaral (2003)

> As mudanças referentes à formação de professores para a educação inclusiva têm acontecido de maneira bem tímida porque “os currículos de Pedagogia atuais estão estruturados para atender a uma parcela da população, a considerada “normal”, ignorando a presença de uma parcela importante de estudantes, aqueles que necessitam de uma atenção diferenciada”. (RABELO E AMARAL 2003, p.209).

Para a efetivação das mudanças necessárias, não se pode oferecer uma disciplina com conteúdos sobre crianças com necessidades especiais, sem

fazer uma reflexão acerca das individualidades humanas, pois, desta forma, pode-se acabar auxiliando a manter práticas segregacionistas, reforçando a ideia de que a inclusão refere-se apenas ao aluno com deficiência.

O mais viável para o currículo das universidades seria um trabalho interdisciplinar onde os conteúdos ligados à educação inclusiva fossem organizados em conjunto com todas as disciplinas que integram o currículo do curso, de maneira a intensificar estudos teóricos, análises e discussões sobre a exclusão, de modo geral. O momento atual impõe que o profissional de educação desenvolva habilidades que possibilitem uma melhor adaptação às novas culturas e aos novos padrões de conduta social.

As políticas sociais vêm transformando as relações de trabalho, através da inserção das tecnologias digitais, de forma significativa mudando o cotidiano dos profissionais de todas as áreas. Impulsionado pelos avanços tecnológicos, o professor também precisa modificar sua prática pedagógica, para o acesso rápido eestratégico de informações.

De acordo com Moran (2000), ao estruturar sua proposta pedagógica, utilizando tecnologia digital, o professor precisa estabelecer vínculos com os alunos, conhecer seus interesses, e seus conhecimentos prévios. Motivar o aluno afazer parte da proposta pedagógica, colocando-o ao par sobre o que será abordadoe convidando-o a contribuir.

A Internet é uma ferramenta que facilita na inovação de propostas pedagógicas alternativas, bem como no contato com o conhecimento de ponta paracomparar e avaliar as propostas.

O professor necessita de atualização permanente, buscar sempre informações. Saber somente sobre a sua área de atuação não é mais suficiente para atender as necessidades dos alunos. O processo educativo precisa estar vinculado ao contexto social, em que o aluno está inserido. Para isso deve conhecer e usar as tecnologias, bem como outros recursos pedagógicos.

Deficientes Físicos necessitam de profissionais comprometidos, que gostam do que fazem e que se sensibilizem com as dificuldades das pessoas com deficiência. Um desafio que se coloca para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais é parte dos professores uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva.

> O educador pode desempenhar um importante papel na percepção dos alunos de que esses têm potencialidades e limitações diferentes. Sugerem propostas de atividades em que os alunos sejam estimulados sobre suas habilidades e identificadas suas limitações. (STAIMBACK E STAIMBACK 1999 p.23).

A intenção não é formar professores especialistas para alunos deficientes e sim que estes profissionais tenham sólida fundamentação teórica e prática que lhes permita identificar as dificuldades de cada um dos estudantes, visando a eliminar as barreiras próprias de suas relações com a escola.

Os professores que apresentam mais sucesso no trabalho inclusivo são os que aceitam a diversidade e se envolvem com as atividades desenvolvidas com os alunos.

Assim fica evidente que sem mudança de postura, não há como realizar a inclusão de maneira significativa. Há que se eliminar os vestígios de uma formação tradicional, que tem em sua essência princípios baseados na homogeneidade, onde o professor vê seu aluno como alguém sem identidade, e suas práticas não atendem às demandas de cada um, sejam alunos com ou sem deficiência.

Carvalho (1997) ressalta que, embora tenham ocorrido avanços no que diz respeito à remoção de barreiras arquitetônicas nas escolas, muitas vezes os alunos estão no mesmo espaço físico que os demais, porem sem participar efetivamente das atividades escolares e, portanto não estão aprendendo, e o autor ainda acrescenta que, para que a inclusão realmente ocorra, a prática pedagógica precisa ser mudada.

A escola deve ter vínculos com a comunidade, valorizar momentos importantes na vida da criança e, para tanto, deve contar com a participação

da família.

As escolas onde os pais estão mais presentes, participando, dando sugestões, cobrando, reclamando, melhoram a qualidade de ensino e os alunos se envolvem e aprendem mais.

A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de organizações,é imprescindível a sua participação para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas, para seus filhos, seja garantida. È imprescindível que elas, as famílias busquem conhecer, participar, dando o exemplo de cidadania, e servir, assim, como mais um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender para ser. (SANTOS, 1999 p 78/79).

É importante a direção incentivar a participação da comunidade, propiciandoum espaço em que questões voltadas às deficiências, dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina possam ser estudadas e debatidas.

3. A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA NA INCLUSÃO

Para utilizar a tecnologia o professor deve estar preparado e conhecer as alternativas de trabalho. A utilização desta ferramenta e metodologia, sem uma proposta coerente baseada em fatos reais, não garante a eficácia na construção do conhecimento, até porque o conhecimento depende de informações e estas devem ser filtradas de forma adequada para que se tenha base sólida de um conhecimentoválido e científico.

O processo de inclusão digital para as crianças com deficiência intelectual é de responsabilidade do professor, que deve ter uma base de conhecimento sólida sobre as possibilidades a serem utilizadas de acordo com cada caso, visto que cadacriança tem uma necessidade diferente em relação às outras. O professor deve observar quais as reais necessidades destas crianças e muitas vezes analisar caso por caso a fim de poder proporcionar possibilidades para que a criança possa desenvolver sua cognição através do que lhe é disponibilizado no meio virtual.

O professor precisa ter acesso ao laudo e conhecer as especificidades da criança, como suas habilidades, acuidade visual, se possui alguma deficiência auditiva. É importante a comunicação e compartilhamento de informações entre pais e professores para a troca de informações que pode ser realizado por meio de encontros.

Muitas vezes o professor vai perceber que a criança não escuta ou não enxerga durante a aula, pois não existe o compartilhamento de informações que constam no prontuário do aluno.

Há leis que garantem às pessoas com necessidades especiais o acesso ao computador, porém, falta muito para que as escolas públicas estejam prontas para receber essas crianças.

Segundo Bueno (1999), é construir um currículo de formação do professor baseados em dois princípios. O do professor que possui conhecimentos que o permita ministrar aulas a diferentes grupos com necessidades educacionais especiais; e o do professor especialista em educação especial.

Mas o que devemos melhorar na Educação Inclusiva? Observa-se a situação da formação do professor diante dessa proposta, devido à complexidade, que exige uma mudança de estratégia política, institucional e individual, e principalmente quando se pensa aliado a tudo isso, o uso da alta tecnologia como recurso imperativo no mundo atual.

A Tecnologia Assistiva (TA) é um vocabulário novo para qualificar qualquer recurso que auxilie nas habilidades de pessoas com algum tipo de deficiência. É muito usada em escolas especiais, na adaptação de brinquedos, de ambientes e materiais utilizados em sala de aula.

Segundo Galvão (2006), dentre os grupos de tecnologias utilizadas na educação especial, estão os softwares voltados à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, tais recursos integram o aluno ao sistema de computadores, e cada vez mais ganha espaço na sociedade.

Há um projeto com bons resultados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um sistema operacional que ajuda os deficientes visuais a trabalhar no computador com arquivos. Esse sistema se comunica por meio de voz, sugerindo os comandos para a máquina.

Existem softwares específicos para a Educação Especial que podem ser comprados em qualquer comércio local, mas também existem outros que são específicos do Windows, como: o Visio, o PowerPoint e o Paint.

No Visio, tem imagens que podem ser aumentadas e fáceis de manipular, e trabalhar com diagramas de vários tipos, montagem de organogramas, fluxogramas, modelagem de dados, plantas baixas, cartazes. Assim pode se criar muitas atividades que ajudarão na criação do desenho e da montagem.

O PowerPoint é um software usado para criação, edição, exibições e apresentações gráficas. Escolhem-se a temática e a utiliza em imagens, sons, textose vídeos, essas ferramentas ajudam na animação e montagem.

O Paint é um software para desenhos simples e utilizado para edição de imagens. As suas ferramentas são usadas com facilidade, por exemplo, de apagadores, preenchimentos com cores, seleções de uma determinada cor, lápis, pincel, spray, linhas e outros. É um *software* muito conveniente para brincar e ensinar as crianças especiais.

Existem vários softwares livres que podem ser baixados e adaptados, com muitas ferramentas de interação para desenvolver a criatividade e aumentar os conhecimentos.

Há teclados especiais para crianças com dificuldades motoras. Há várias pranchas diferentes, algumas com letras, outras com números, somente lado direito, lado esquerdo, alto contraste com reduzidas informações, tudo que ajuda o trabalho com alunos que tem dificuldades.

Há mouses especiais e são vários modelos com movimento do cursor com formato de caneta, cinco botões, toque de dedo na tela que comanda o cursor

do mouse.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, a Escola inclusiva deve ter em seu projeto educativo a ideia de respeito à diversidade, sendo definida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças sem exceção.É necessário que assumam e valorizem os seus conhecimentos e as suas práticas, que considerem a diferença um desafio e uma oportunidade para a criação de novas situações de aprendizagem e que se disponibilizem os recursos disponíveis.

A escola democrática respeita os direitos de todos, reflete e observa a construção da ação pedagógica. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática ede qualidade, como está nos referenciais curriculares. Inclusão não é uma tarefa fácil, mas é, sem dúvida, possível. Se a realidade enfrentada é difícil, como salas lotadas e alunos indisciplinados se fazem necessário buscar formas para mudá-la.

A literatura evidencia que, no cotidiano da escola, os alunos com necessidades educacionais especiais, inseridos nas salas de aula regular, vivem uma situação de experiência escolar que não atende as suas necessidades, e não participam das atividades em classe, porque não são adequadas as suas aptidões.

A inclusão da criança deficiente no sistema educacional é desejável sob todos os aspectos. Para que isso se torne realidade, é necessário vencer uma sériede barreiras como a pedagógica, a administrativa e a arquitetônica.

Somente com uma educação mais justa e inclusiva é que conseguiremos que a sociedade seja modificada. Essa mudança deverá ser feita por meio da qualificação profissional, com a observância dos valores culturais e acima de tudo pelo respeito às limitações das pessoas. É importante também que a

formação de professores capacite-os para lidar com pessoas com deficiências, distúrbios, transtornos, dificuldades, e mais que isso, saber diferenciá-los entre si.

Através desse trabalho fica claro que algumas práticas contribuem na inclusão dos alunos com necessidades especiais, dentre estas, o uso do computador como ferramenta para o trabalho com essas crianças.

Pensar em inclusão pressupõe políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas relações sociais, entretanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. Os conhecimentos sobre a inclusão social e os direitos emlei, não devem ser apenas teorias, mas sim posto em prática.

A Educação Inclusiva é responsabilidade de todos os envolvidos com o processo educacional e desenvolvimento do aluno, incluindo aluno, família, professor, escola, apoio técnico, comunidade, governo, etc.

Podem-se criar oficinas de ambiente virtual para aluno com necessidades especiais. Para isso é preciso à capacitação de professores em tecnologias, pesquisa na criação de softwares na identificação das necessidades; mão de obra especializada em programação, e uma visão pedagógica, para atender as diversas necessidades educacionais especiais.

Tornam-se necessárias, como formas de enfrentamento dos preconceitos e estereótipos existentes no ambiente educacional, ações em políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada dos educadores, buscando uma educação que estimule as potencialidades de seus educandos e que assegure o aprendizadonas escolas.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, DieglesGiacomelli; MACEDO, Lino. **Da lógica da exclusão à lógica da inclusão: reflexão sobre uma estratégia de apoio à inclusão escolar**,

2002. .

BUENO, José G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, n.5, set. 1999, p.7-23.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394/96.

CARVALHO Rosita Edler. **A escola como espaço inclusivo**. In. IV Congresso de Educação de Presidente Prudente, Revista de anais. Presidente Prudente. 1997.

_____. **Temas em educação especial**. Rio de janeiro:WVA,1997.

DAMASCENO, L. L.; GALVÃO FILHO, T. A. F. **As novas tecnologias como tecnologia assistiva**: Usando os Recursos de Acessibilidade na Educação Especial. Disponível em: <http://infoesp.vila.bol.com.br>. Acesso em 12 out. 2013.

GALVÃO FILHO, T. A. **Educação especial e novas tecnologias:** o aluno construindo sua autonomia. 2005. Disponível em <http://infoesp.vila.bol.com.br>. Acesso em 25 de fev. 2014.

MORAN, J. M.. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.** In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M.
A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 11-65.

RABELO, AnneteScotti. **Adaptação Curricular na Inclusão**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC. Ano 9, no 21, 2000.

RABELO, AnneteScotti; AMARAL, Inez Janaina de Lima. **A formação do professor para ainclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia.** In: LISITA, V.M.S. de S.;

SANTOS MonicaP.A A inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais Artigo 63 ,2007 disponível **http://www.profala.com/arteducesp36.htm** Acesso em: 02 jul. 2016.

STAIMBACK S.; STAIMBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. PortoAlegre, Artmed, 1999.

SILVA, A. F. et al. **A inclusão escolar de alunos com necessidades**

educacionais especiais: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006.

VALENTE, J. A.. **Diferentes usos do computador na educação.**In: Valente. J.A.(Org). Computadores e conhecimento. Campinas: NIED – UNICAMP, 1995b.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

INCLUSÃO, DESAFIOS E METAS PARA EXPANSÃO DE DIREITOS DENTRO DO CONTEXTO EDUCACIONAL

TALITA MARIA DE MATOS ALVES

RESUMO: Este artigo aborda o tema Inclusão, Equidade e Integração Escolar e busca apresentar os principais conceitos que envolvem os três temas. Para isso temos como objetivos para este estudo abordar as diferentes concepções que surgiram ao longo da história relacionadas às práticas de escolarização voltadas à inclusão escolar, apresentar de que maneira se consolidou os conceitos de inclusão e equidade e apresentar alguns pontos importantes sobre as mudanças ocorridas durante este processo de reconhecimento dos direitos dos estudantes, voltados ao acesso e permanência a escola com qualidade.

Palavras-chave: Equidade; Inclusão Escolar; Integração Escolar; Aprendizagem; Práticas Escolares.

INTRODUÇÃO

Se o professor é o mediador entre aluno que já sabe e o aluno que ainda está por saber ,a inclusão educacional deve funcionar como uma perspectiva de inovação de competências e saberes, de pesquisa, de reflexão e transformação que vai culminar em ação. O professor assume papel de unificador de habilidades e competências, de organizador de experiências significativas, agindo refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir de observação do conjunto, promovendo sempre ações interativas.

Portanto, a inclusão educacional e a flexibilização do currículo não se tratam de um caminho sem destino, mas um caminho que permite ajustes no processo educacional. É necessário estabelecer uma nova compreensão de currículo como um espaço de dimensão transformadora de ações e intervenções, não podendo generalizar e até mesmo padronizar aspectos de caráter individual de cada educando; construir, com esta vivência de pesquisa, o real sentido da expressão adaptação curricular para denominar toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo.

Assim, as decisões sobre as adaptações curriculares a serem realizadas no contexto escolar não podem estar baseadas sobre o que se entende que sejam as características próprias de cada deficiência, mas partir dos interesses e possibilidades do estudante que se encontra em sala de aula. Em outras palavras significa colocar em prática o ponto mais sensível e problemático do currículo: o equilíbrio harmônico entre o que é comum e o que é individual (PASTOR; TORRES, 1998).

Este artigo aborda o tema Inclusão, Equidade e Integração Escolar e busca apresentar os principais conceitos que envolvem os três temas. Para isso temos como objetivos para este estudo abordar as diferentes concepções que surgiram ao longo da história relacionadas as práticas de escolarização voltadas a inclusão escolar, apresentar de que maneira se consolidou os conceitos de inclusão e equidade e apresentar alguns pontos importantes sobre as mudanças ocorridas durante este processo de reconhecimento dos direitos dos estudantes, voltados ao acesso e permanência a escola com qualidade.

A primeira preocupação quando pensamos em deficiência, integração e inclusão, é a de integrar os deficientes para que conseguissem permanecer na escola, com o passar dos tempos e com as políticas públicas voltadas à inclusão escolar o foco foi sendo modificado e somente a integração não seria o bastante para que a inclusão se efetivasse. A partir do século XVIII os deficientes passam a ser integrados à sociedade e as preocupações com a educação desta clientela passam a ser discutidas. Ao longo dos anos foram criadas instituições especializadas e escolas especiais que atendiam estes

estudantes funcionando como uma forma de degrau para o aluno chegar à escola regular.

Oartigo intitulado acima busca, junto a estudos contemporâneos, discutir a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular, configurando-se numa possibilidade de conhecer as modificações que devem ser feitas na grade curricular e nos sistemas de ensino a fim de que as novas demandas sociais sejam atendidas.

A INCLUSÃO DIGITAL NA ESCOLA

Explorando o conceito de educação digital, a inclusão da comunidade escolar no ciberespaço deve buscar com que todos tenham responsabilidade sobre o uso consciente das tecnologias digitais na sociedade em geral. Dessa forma, é importante dedicar uma atenção especial aos jovens, que muitas vezes não possuem o conhecimento necessário para filtrar o que realmente é relevante e construtivo nas inúmeras informações que recebem diante da cultura digital, tornando o docente e seu currículo pedagógico, fundamentais nesse processo.

Mesmo sabendo da importância de se trabalhar inicialmente com os professores, o cenário encontrado em algumas escolas, é de um ambiente contemplado com a presença das TDIC, mas com educadores que não possuem habilidades sobre elas, impedindo que atuem como multiplicadores do conhecimento tecnológico. Desconhecer as características e as potencialidades das TDIC, impede que os recursos encontrados nessas tecnologias sejam utilizados para auxiliar o docente em sua prática pedagógica. Em diversas situações a falta do letramento digital é responsável por essa privação de perspectiva, onde optam pelo método de ensino tradicional, sem o uso das tecnologias digitais.

Diante desse cenário, Kenski (2004) apud. Araújo e Glotz (2009) afirmam que:

É necessário, sobretudo, que os professores se sintam confortáveis para utilizar esses novos auxiliares didáticos. Estar confortável significa conhecê-los, dominar os principais procedimentos técnicos para sua utilização, avaliá-los criticamente e criar

novas possibilidades pedagógicas, partindo da integração desses meios com o processo de ensino (KENSKI 2004, apud ARAÚJO e GLOTZ, 2009, p. 8).

Outro problema comum percebido na adoção das tecnologias modernas em sala de aula por parte dos docentes, é o receio de suas habilidades serem julgadas pelos estudantes. Essa preocupação muitas vezes parte da ideia de que os alunos, nascidos em plena evolução tecnológica, saibam utilizar essas tecnologias com mais conhecimento do que eles, o que caracteriza um grande erro, pois mesmo que muitos estudantes utilizam variadas ferramentas inteligentes, alguns não sabem trabalhar com elas de forma adequada.

A educação especial desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade, capaz de responder a todas as suas necessidades.

Desta forma, a educação deve-se desenvolver de forma especial, numa tentativa de atender às diferenças individuais de cada criança, através de uma adaptação do sistema educativo.

A evolução das tecnologias permite cada vez mais a integração de crianças com necessidades especiais nas nossas escolas, facilitando todo o seu processo educacional e visando a sua formação integral. No fundo, surge como uma resposta fundamental à inclusão de crianças especiais num ambiente educativo.

Como resposta a todas estas necessidades surge a tecnologia, o desenvolvimento da Informática veio abrir um novo mundo recheado de possibilidades comunicativas e de acesso à informação, manifestando-se como um auxílio a crianças portadoras de necessidades especiais.

Incentivar a utilização das tecnologias na escola, potencializa o desenvolvimento da cultura digital em seu ambiente, fortalecendo a inclusão digital de todos os envolvidos no processo educacional, consequentemente, ampliando as possibilidades de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a inclusão digital na escola é facilitada quando a cultura digital está presente em seu meio, ou seja, inserindo as tecnologias digitais no cotidiano

escolar, de modo que toda a comunidade seja incentivada a conhecê-las e utilizá-las, o domínio sobre essas ferramentas e a inclusão torna-se consequência do processo.

Sobre a importância da inclusão digital, o estudo denominado “Um computador por aluno: a experiência brasileira” destaca:

Inclusão digital ora aparece como objetivo principal de programas de disseminação das TICs nas escolas, ora como um subproduto da fluência que as crianças ganham ao usar computador e Internet. A meta é a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sendo o letramento digital decorrência natural da utilização frequente dessas tecnologias (BRASIL, 2008, p. 52).

Fazendo uma análise mais profunda acerca do processo de inclusão, Costa (2006, p. 5) afirma que “[...] incluir não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, [...] mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação [...]”. Nesse sentido, o autor define alguns indicadores importantes para a inclusão digital:

[...] o processo de “inclusão” deve ser visto sob os indicadores econômico (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias), cognitivo (estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais), e técnico (possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet) (COSTA, 2006, p. 5).

De acordo com o autor, os indicadores da cognição e da economia se equivalem ou ultrapassam a importância da técnica na inclusão digital.

Considerando a visão crítica, diversos autores acreditam que esse conhecimento seja essencial para se pensar em tecnologias digitais. Segundo Prioste (2013) não basta apenas a presença das tecnologias digitais no ambiente escolar, é preciso que haja uma formação crítica dos envolvidos na escola em relação às mídias, de modo que tenham condições de refletir e atuar ativamente quando estão utilizando recursos da cibercultura, principalmente no ciberespaço.

Bastos e outros (2008) utilizam o termo “Educação Digital” para associar a formação crítica com o processo de inclusão digital, conceituando-o da seguinte forma:

[...] oportunidade para utilizar os meios digitais com autonomia e participação, individual e cooperativa; promoção do letramento digital na prática social, como capacidade de ler e intervir no mundo, de modo que cada um decida quando, como e para que utilizar a tecnologia [...] (BASTOS, et al., 2008, p. 19).

EQUIDADE E INCLUSÃO

Durante muito tempo, o acesso ao conhecimento foi ofertado para uma parcela muito pequena da sociedade. A educação como direito defende o pressuposto de que igualdade de oportunidades entre as pessoas é fundamental para a construção de uma sociedade justa e democrática e que ela, por ser um dever do Estado, pode ser partilhada por todos. A escola pública é a possibilidade de não apenas oferecer para todos igual oportunidade de ingresso, independentemente de suas origens, diferenças e diversidades, mas garantir que todos possam ter o seu lugar como sujeito, cidadão e aprendiz igualmente assegurado. A hipótese de que todos os que estão presentes na U.E podem aprender é fundamental para que ela possa cumprir com a promessa de igualdade (SÃO PAULO, 2019, p. 30).

Refletir sobre inclusão parte do entendimento de que a inclusão é a ideia que todas as crianças, sem exceção, têm direito à educação juntamente com outras crianças em um mesmo ambiente escolar, sem que a instituição queira requisitos para o acesso, sem a seleção dos alunos, mas, que seja uma escola com garantias ao acesso e a permanência de todos e em um local que garanta os direitos de aprendizagem de todos.

Ainda conforme o autor quando falamos em educação inclusiva, temos que ter em mente que é de suma importância pensar em uma escola para todos, onde as diferenças são respeitadas e as necessidades individuais dos estudantes são analisadas. Faz-se necessário elaborarmos um projeto político pedagógico que abranja a integração social e contenha práticas diversificadas e que respeite as particularidades de cada indivíduo, seja ele aluno de inclusão ou não, pois todos têm direito a uma educação de qualidade, onde possam desenvolver suas potencialidades.

O enfoque da equidade procura centrar a atenção nas populações mais vulneráveis. É uma estratégia para atingir a igualdade, a partir do reconhecimento da diversidade. O enfoque da equidade procura reduzir as brechas que impedem direitos fundamentais para conseguir um desenvolvimento integral. Milhões de pessoas tem seus direitos negados por questões socioeconômicas, físicas, intelectuais, de gênero, étnico-raciais, de idade, religiosas, ou por terem nascido em um território específico (SÃO PAULO, 2019, p. 31).

A inclusão ultrapassa as dimensões humana, social e política e se expande gradativamente na sociedade, auxiliando no desenvolvimento das pessoas e contribuindo para a reestruturação de práticas inclusivas e que evitem situações de preconceitos.

Muitas vezes a educação inclusiva é confundida com a educação especial, para elucidar o conceito relacionado a inclusão ela se configura como uma maneira de perceber e atender as necessidades e especificidades que formam o sujeito, este atendimento inclusivo deve acontecer na escola regular, promovendo a aprendizagem de todos.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Reconhecer o processo de inclusão com pessoas com deficiência requer a compreensão do que aconteceu ao longo da história e como as pessoas portadoras de deficiência foram tratadas. Por outro lado, requer a compreensão do contexto histórico da educação e as concepções pedagógicas acerca da deficiência em cada época e como se deu o seu processo de desenvolvimento.

Trata-se, portanto se situar o processo de desenvolvimento da Educação Inclusiva e a sua aplicabilidade das leis para a inserção dos portadores de necessidades especiais foram conquistando em nossa sociedade, garantindo-lhes direitos e estabelecendo o respeito devido às diversidades sem a preocupação com os princípios normativos impostos pela sociedade que continua a excluir, discriminar e agir com preconceito segregando as pessoas portadoras de necessidades especiais:

Sem dúvida, basta atentar para o cotidiano de nossa sociedade para se ver que pessoas com necessidades especiais não circulam pelos espaços sociais – supermercados, farmácias, cinemas, shoppings etc., os que ocupam algum espaço, são geralmente cegos vendendo bilhetes, deficientes físicos graves expondo sua condição para a mendicância. Essa observação demonstra, mais uma vez, que o objetivo dos serviços em Educação Especial não tem sido alcançado (SILVA, 2001, p. 183).

A inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais no Mundo do Trabalho é necessária e exige preparação e qualificação profissional, elementos fundamentais para preencher a vaga almejada dentro das Empresas.

A Lei Nº 8.213/91, também conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de vagas de emprego para pessoas com deficiências habilitadas ou para pessoas que sofreram acidente de trabalho, beneficiários da Previdência Social reabilitados.

INSTRUMENTO SOCIAL INCLUSIVO

Muitos pensam que Educação Inclusiva e Especial são termos sinônimos ou que a Educação Inclusiva é uma atualização da Educação Especial. Do ponto de vista histórico, o movimento de luta por uma Educação Inclusiva surgiu da luta pelos direitos da pessoa com deficiência, que até então não estava na sala regular.

Apesar de terem uma base compartilhada, são coisas distintas, assim, vemos como primordial que haja diferenciação destas duas áreas. A Educação Inclusiva é um paradigma. Em linhas gerais, é a ideia de uma escola inclusiva para todos; a Educação Especial é voltada exclusivamente para os estudantes com deficiência, com altas habilidades e com Transtorno do Espectro Autista – TEA. A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva perpassa todas as modalidades de ensino. É a última parcela da população a fazer parte do ambiente escolar. Pensando no conceito de equidade, é a que demanda maiores ações em relação às barreiras postas socialmente.

Geralmente quando um aluno não consegue aprender como seus colegas em sala de aula, costumamos dizer que ele tem uma dificuldade de aprendizagem. Este termo usado de modo genérico refere-se apenas à situação (defasagem na aquisição), mas não explica as causas, a origem da dificuldade e suas características, que precisam ser

investigadas. Outros termos que acabam sendo usados de modo aleatório, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diferentes, são: distúrbio, transtorno, problema de aprendizagem, deficiência intelectual, autismo, dentre outros.

Por isso, conhecer com mais profundidade cada uma dessas situações pode favorecer a identificação e a eleição de estratégias mais adequadas para favorecer a aprendizagem daquele aluno ou daquele grupo de alunos. O professor é uma peça fundamental no suporte à identificação e caracterização dos perfis de potencialidades e dificuldades de seus alunos. Lembrando que compreender as causas do não aprender, que podem estar ligadas à uma situação orgânica, não é o mesmo que rotular. Nessa última situação, a criança fica estigmatizada e reduzida ao diagnóstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trata de uma revisão bibliográfica de proposta reflexiva voltada ao tema Inclusão, Integração Escolar e Equidade. A pesquisa bibliográfica busca descobrir aquilo que já foi escrito e produzido de maneira científica por outros autores, tornando o aprendizado mais efetivo com novas descobertas.

Com o avanço das tecnologias de informação, a pesquisa na Internet e em bases de dados que possuem credibilidade científica, é muito utilizada como mecanismo de busca para localização do material bibliográfico. Para atingir os objetivos deste estudo utilizamos as contribuições de Sánchez (2005), Gil; Freitas (2005), Mantoan (2005), dentre outros, além das legislações em vigor.

Nesta pesquisa foram analisados alguns artigos e outros trabalhos científicos que discutem e apresentam reflexões e sugestões que podem contribuir para uma maior compreensão da temática apresentada neste artigo e foi possível constatar que a inclusão escolar é um dos principais assuntos quando pensamos nem aprendizagem e educação nos dias atuais, as constantes transformações em nossa sociedade pressupõe que a instituição escolar tenha um olhar amplo e diversificado para o tema e se adeque às constantes mudanças.

É preciso educar os estudantes, as famílias e a comunidade escolar numa perspectiva inclusiva para que todos conheçam os seus direitos e possam contribuir para as aprendizagens significativas na escola. Todos desempenham um papel importante para que a inclusão se efetive nas escolas e para que todos os estudantes exerçam o direito de aprender e conviver com os demais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social**. Marília: Publicações, 2000.

BAKER, Janice M.; ZIGMOND, Naomi. **The meaning and practice of inclusion for students with learning disabilities: Themes and implications from the five cases. The Journal of Special Education**, v. 29, n. 2, p. 163-180, 1995.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: Utopia ou possibilidade**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.

BATEMAN, David; BATEMAN, C. Fred. W**hat Does a Principal Need To Know about Inclusion?** ERIC Digest. 2002.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola – de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BIANCONI, E.C.; MUNSTER, M. **Educação Física e a pessoa com deficiência física: estratégias de inclusão no contexto escolar**. IX Congresso nacional de Educação. PUC: São Paulo, 2015. Disponível em:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto Alegre: Porto, 1997.

MANTOAN, M. T. **É. Inclusão escolar - o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: 2003.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

MENDES, E. G. **Deficiências Mentais: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MENEZES, W. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. Trabalhos para discussão**, nº 147/2002, agosto/2002.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento das ações. Necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro, WVA, 1997

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GASES DO EFEITO ESTUFA

MARISTELA DRAGONI SILVA

RESUMO

Este trabalho fala sobre a realidade ambiental do mundo contemporâneo, em rápida transformação, em que o avanço da ciência e da tecnologia promove conforto e benefício, mas ao mesmo tempo mudanças na natureza, com desequilíbrios e destruições muitas vezes irreversíveis é que deve ser compreendido na escola, onde o aluno deve participar e atuar, fazendo com que o tema proposto seja significativo para o aluno. As estratégias didáticas deste trabalho foram diversificadas valorizando o processo de construção do conhecimento ao longo das aulas bem como os materiais produzidos pelos alunos.

PALAVRAS CHAVES: Educação, Ambiental, Brasil

ABSTRACT

This work talks about the environmental reality of the contemporary world, in rapid transformation, in which the advancement of science and technology promotes comfort and benefit, but at the same time changes in nature, with imbalances and destruction that are often irreversible, must be understood in school, where the student must participate and act, making the proposed topic meaningful to the student. The teaching strategies of this work were diversified, valuing the process of building knowledge throughout the classes as well as the materials produced by the students.

KEYWORDS: Education, Environmental, Brazil

INTRODUÇÃO

Este trabalho segue uma abordagem de pesquisa qualitativa, pois busca analisar fenômenos relacionados ao ensino de ciências que observamos no ambiente escolar como fonte de dados para fazer a relação causa e efeito. A sequência didática utilizada foi organizada em torno de problemas concretos próximos aos estudantes, sendo significativo para sua vida pessoal e comunitária. Ela é constituída de oito aulas, com as seguintes dinâmicas: sensibilização, aula expositiva, ilustração, leitura de textos, discussão em grupos, vídeos e produção de textos.

Na primeira aula foram verificadas quais concepções os alunos tinham sobre poluição e algumas questões foram feitas aos mesmos relacionados com o impacto da poluição para a nossa saúde, tais como:

1- Onde pode haver poluição?
2- Quais as atividades humanas podem contribuir para poluir o ambiente?
3- De que forma a poluição podem nos afetar?

Após esta etapa de sensibilização em que os alunos puderam expressar suas idéias e conhecimentos prévios, a professora apresentou a definição do termo poluição, segundo a legislação ambiental.

Na segunda aula, foi realizada uma ilustração em folha de papel sulfite sobre uma região poluída identificada por eles, nas proximidades da escola e ou de suas moradias. Após a ilustração foi feita uma exposição dos trabalhos e discussão sobre diferentes observações feitam pelos alunos.

Na terceira aula, foi apresentado um texto: “Carta Escrita no Ano de 2070” (Anexo I), foi realizada a leitura do texto, cujo objetivo foi ajudar com maiores informações sobre assunto.

Na quarta aula, foi apresentado aos alunos, “O ar que São Paulo respira” (Anexo II), é uma notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo que pode ser encontrado no caderno do aluno da disciplina de ciências da Secretaria da

Educação do Estado de São Paulo. Após a leitura do texto, foram utilizadas algumas questões tais como:

1- Qual é o tema desta notícia?

2- O que a notícia relata?

3- Qual a relação de causa e efeito apresentada?

4- Qual foi o veículo de comunicação em que a notícia foi divulgada?

Cujo objetivo foi ajudar na interpretação de uma notícia de jornal.

Na quinta aula, foi apresentado aos alunos um vídeo sobre Poluição Atmosférica

Intitulado: Rota Natureza, produzido pela indústria Kimberly Clark da cidade de Suzano. Após o vídeo, os alunos fizeram uma produção de texto sobre o que entenderam do assunto.

Na sexta aula, foi apresentado aos alunos um texto chamado: Carta ao Inquilino (Anexo III), cujo objetivo foi ajudar na interpretação do texto e na discussão entre os grupos formados, que expuseram suas ideias aos colegas da classe.

Na sétima aula, os alunos organizados em grupos confeccionaram um pequeno texto sobre poluição e um cartaz.

Na oitava aula, os alunos organizados em grupo apresentaram seus trabalhos aos colegas da classe. Após apresentação dos trabalhos em sala, os cartazes ficaram expostos na escola.

A sequência didática como instrumento de educação ambiental utilizada neste trabalho é favorável, pois através dela os alunos aprendem de maneira diversificada e não fragmentada, justamente o que se viabiliza neste trabalho, ou seja, através desta sequência didática os alunos foram estimulados e incentivados a adquirirem mudanças de hábitos e atitudes em seu cotidiano.

AÇÃO DO GÁS CARBÔNICO NA TERRA

Com a intensificação dos gases, principalmente o gás carbônico (CO_2), resultante da combustão de carvão, madeira e petróleo, pode provocar alterações no efeito estufa (PHILIPPI; PELICIONE, 2005). Para o mesmo autor, esse efeito é semelhante a dos vidros fechados de um carro exposto ao sol, com qual o vidro permite a passagem dos raios solares, acumulando calor no interior do veículo, que fica cada vez mais quente.

A consequência desse fenômeno é a alteração do clima, o que favorece a ocorrência de furacões, tempestades, terremotos e até o degelo das calotas polares (PHILIPPI; PELICIONE, 2005).

A explicação sobre as causas do aumento da temperatura global não é aceita por todo mundo (FRANÇA, 2010). Segundo o mesmo autor, há cientistas que questionam seus fundamentos, eles alegam que a temperatura média da Terra subiu e desceu várias vezes durante sua existência, e o mesmo pode estar ocorrendo neste momento, e que até hoje a ciência não conhece todas as variáveis que afeta o clima global. Esses cientistas são chamados de céticos, pois não acreditam que as ações humanas determinam as variações do clima (FRANÇA, 2010).

Além da controvérsia científica, o principal obstáculo para adotar um consenso internacional com o objetivo de tentar controlar o aumento dos gases do efeito estufa é o impacto das medidas propostas na economia do país (FRANÇA, 2010). Para o autor, na raiz da questão está um problema para o qual os especialistas alertam desde os meados do século XX: a dificuldade de conciliar o aumento da produção e do consumo da humanidade com as limitações dos recursos naturais.

Ficou mais evidente que o controle das emissões deveria ser ainda maior: a média de emissões de gases do efeito estufa no século XXI não pode superar 18 bilhões de toneladas de CO_2 por ano (FRANÇA, 2010). O aquecimento global já é uma realidade da qual não se pode escapar se de repente, o mundo deixasse de jogar gás carbônico e outros gases do efeito estufa na atmosfera, ainda assim, o clima ficaria mais quente (FRANÇA, 2009). Segundo o autor, a prova está mais evidente no Pólo Norte, mas também em

outras regiões do planeta, assoladas por inundações, secas e outros fenômenos trágicos. Esses efeitos se ampliam como se fossem uma cascata, o derretimento do gelo polar, por exemplo, não é apenas uma curiosidade paisagística.

Outros acontecimentos como: os oceanos que já subiram 17 centímetros no último século, provocando mais erosões e ressecamento de cidades litorâneas, com meio metro de elevação, calculam os cientistas brasileiros, 100 metros de praia seriam consumis no nordeste brasileiro; o furacão Katrina, arrasou Nova Orleans, nos Estados Unidos, em 2005, e expôs o despreparo do país mais poderoso do planeta para enfrentar a fúria dos ventos e do oceano, sendo que diz depois, a Costa do Golfo do México viu às voltas com outro furacão, chamado Rita, causador de prejuízos bilionários, especialmente na indústria petrolífera do litoral do Texas, no mesmo ano, uma das piores secas se abateu sobre a Bacia Amazônica. Os dois fenômenos tiveram a mesma origem: um aquecimento anormal das águas do Atlântico, mais calor na superfície do oceano significou um aumento no vapor d'água na atmosfera, ou mais combustível para furacões (FRANÇA, 2010).

Segundo França (2009), as águas aquecidas do Atlântico afetaram o regime dos ventos que sopram do caribe para a América do Sul e normalmente trazem umidade para a Amazônica, o resultado foi a tragédia que se surgiu, debitada na conta das mudanças climáticas resultantes do aquecimento global. A pressão maior sobre o mercado de grãos provoca o aumento da importação de alimentos e uma escalada de preços no mercado mundial (FRANÇA, 2009).

O aumento da temperatura está interferindo no período da migração de pássaros, na época de florescimento das plantas e nas fazer de crescimentos de animais. Até os sapos foram afetados, mais de 70 espécies de anfíbios da América Tropical sofrem com a proliferação de um fungo que infecta a pele, usada por esses animais para respirar (FRANÇA, 2009). Para o autor, as causas da proliferação do fungo acreditam os cientistas, é a mudança da temperatura nas florestas tropicais, onde os sapos são endêmicos, da mesma forma, o aquecimento global permite que mosquitos do tipo *Aedes albopictus*,

um dos vetores da dengue, sobrevivam em áreas antes consideradas muito frias para eles, contribuindo para o aumento dos casos da doença.

A reunião de Copenhague deveria estabelecer as bases de um acordo para entrar em vigor após o fim da validade do Protocolo de Kyoto, em 2012, esperava-se que a pressão da opinião não publica internacional influenciasse nas decisões, mesmo que as reuniões preparatórias deixassem bem claros os interesses conflitantes que apunham as maiores economias mundiais aos países em desenvolvimentos e aos mais pobres (FRANÇA, 2010). Também havia esperança segundo França (2010), de mudanças na política dos EUA sob a Presidência de Barack Obama, que havia expressado preocupação aos ambientalistas e defendido uma economia norte-americana menos dependente dos combustíveis fósseis. Sendo que os mais otimistas acreditavam que a China, cujo crescimento econômico acelerado apresentava graves problemas ambientais, se comprometesse com o acordo, acenando com possibilidades de aceitar metas determinadas internacionalmente.

O governo Chinês recusou-se a estabelecer metas, mas surpreende o mundo com políticas de eficiência energética e emprego de energia renovável antes desprezada.

O Brasil também parecia destacar-se na liderança das negociações com um plano que incluía metas causada de redução do desmatamento e das emissões de CO2 na atmosfera (FRANÇA, 2010). Segundo o autor, lei que instituiu a Política Nacional de Mudanças Climáticas, sancionada pelo presidente Lula no final de 2009, estabeleceu a meta brasileira de redução nas emissões de CO_2 entre 36,1% e 38,9% até 2020, usando como parâmetro as emissões projetadas para esse período se nada fosse feito. Isso significa uma diminuição de 80% no desmatamento da Amazônia e 40% na do Cerrado.

Essas metas foram levadas previamente a Copenhague sinalizando uma mudança de atitude em relação ao acordo anterior, no qual o governador se recusava a estabelecer um controle verificável de sua política de clima (FRANÇA, 2010). Além disso, o Brasil passou a ser citado internacionalmente como um exemplo de liderança e de país que investe em tecnologia e fontes

de energia de menor impacto ambiental e menos emissões de CO_2, sendo que, mais de 45% da energia consumida no Brasil vem de recursos naturais que podem ser renovados, como hidrelétrica e Biocombustíveis. É também o país que possui o único programa mundial bem sucedido de combustível alternativo para automóveis baseado no etanol e na maior frota de carros flex do planeta.

Hoje, a maioria dos veículos leves produzidos no Brasil utiliza motor bicombustível. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2010) mostram que entre janeiro e setembro de 2010, foram produzidas 1.954.884 unidades com motor flex fuel e 499.390 movidas exclusivamente à gasolina. Segundo Queiroz (2006), atualmente o etanol é amplamente utilizado na frota de veículos leves do Brasil, na forma de álcool hidratado ou álcool anidro misturado à gasolina na proporção ente 20 a 25%. Este combustível possui um fator de emissão inferior ao da gasolina e suas emissões não são consideradas como contribuintes do aquecimento global devido ao caráter renovável da biomassa (VIANNA; DUARTE; WEHRMANN, 2009).

O Brasil possui ainda o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, produto biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel derivado de petróleo em motores ciclodiesel. Em 13 de janeiro de 2005 foi publicada a lei 11.097, que dispõe sobre a introdução deste combustível na matriz energética brasileira (PORTAL DO BIODIESEL, 2010).

Essas vantagens, no entanto, são obscuras pelas cifras do desmatamento, sem

emissões resultantes da perda da floresta, o Brasil estaria bem atrás na listas dos países que mais contribuem para o aquecimento global.

Mas, contando as emissões de gases de efeito estufa, o segundo inventário das emissões brasileiras, apresentado pouco antes da reunião de Copenhague, mostra um aumento de 62% entre 1990 e 2005, passando 1,36 bilhões de toneladas de CO_2 equivalente para 2,2 bilhões (FRANÇA, 2010). Para o autor, o desmatamento é um problema difícil de resolver, ainda mais

considerado que boa parte é provocada por grileiros (ocupantes ilegais de terra), que aproveitam as dificuldades de fiscalização para se apossar ilicitamente de áreas públicas, e por fazendeiros, pequenos proprietários e assentados que não cumprem a legislação ambiental.

CONCLUSÃO

Este trabalho visa a preparação dos jovens cidadãos para enfrentar os desafios de uma sociedade em mudança contínua.

O conhecimento científico é elemento chave na cultura geral dos cidadãos, pois o acesso a esse conhecimento os habilita posicionar-se ativamente diante das modificações do mundo em que vivem, levando-os a uma melhor compreensão dos fenômenos observáveis na natureza, a intensificação do efeito estufa e o desafio de identificar possíveis soluções para este problema muito debatido atualmente.

A sequência didática avaliada neste trabalho favoreceu a aproximação entre o conhecimento escolar e alguns fatos do cotidiano dos alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, G. H.; SOUZA Jr., P.A; CARVALHO Jr. J.A. Inventário corporativo de gases de efeito estufa: métodos e usos. 2008.
Disponível em: http://www.uff.br/sg/index. php/sg/article/viewFile/SGV3N1A2/48

BEZERRA, F. A. Educação ambiental em ação. 2008.
Disponível: http://www.remea.furg.br/edicoes/vol24/art10v24.pdf.

Caderno do aluno- Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *O ar que São Paulo respira.*2007.

Carta escrita no ano 2070.
Disponível em: http://www.salveaterra.com.br/carta_2070.htm

Carta ao Inquilino.
Disponível em: http://artinline.bighost.com.br/contos/conto108.htm

FRANÇA, M. S. J. *Revista Atualidades*: vestibular e ENEM. Editora: Abril. 143-144p. 2011.

MACÊDO, J.B.A. *Introdução à química Ambiental*. Juiz de Fora: Editora Jorge Macedo.487p. 2002.

PHILIPPI Jr, A.; PELICIONE, M. C.F. *Educação ambiental e sustentabilidade.* São Paulo: Manole. 23p. 2005.

PELICIONE, M.C.F. *Educação ambiental e sustentabilidade*. São Paulo: Manole. 830p. 2005.

RICKLEFS, R.E. *A economia da natureza*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
470p. 1996.

SANTOS, A.S.R. *Poluição Sonora e Sossego Público*. 2001. Caderno do aluno da Secretaria da Educação.

SIMON, C.; RUTH, S.D. *Uma terra um futuro:* o impacto das mudanças ambientais na
atmosfera, terra e água. São Paulo: Makron Books do Brasil. 189p. 1992.

VIANA, J.N.S; DUARTE, L. M.G. WEHRMANN, M. E.S.F. O papel do etanol na mitigação das emissões de poluentes no meio urbano. 2009.

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

LETRAMENTO DIGITAL E O ENSINO HÍBRIDO

PATRÍCIA BELMIRO DE LIMA

RESUMO

São constantes as transformações e evolução das tecnologias, que exercem forte influência na sociedade e especificamente no perfil dos estudantes, que desde pequenos tem acesso as tecnologias. Essa modernização tem impulsionado as escolas a se adequar, na perspectiva de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas para os estudantes. Buscando garantir a utilização destes equipamentos seja assertiva por parte do professor, faz-se necessária a capacitação de forma que haja a habilidade não somente para manusear esses recursos, mas um maior conhecimento sobre o uso das tecnologias e as ferramentas disponíveis para agregar na sua rotina pedagógica. Tanto para os professores quanto aos alunos essas tecnologias promoveram uma aula diversificada e motivadora, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, são inúmeros os discursos sobre a importância de se utilizar recursos audiovisuais nas salas de aula, pois os alunos estão vivenciando o mundo tecnológico na maior parte de suas ações diárias. As crianças e os jovens atualmente estão mais habituados com esse contexto tecnológico e o professor que não conseguir se adequar a esse “mundo tecnológico e virtual” irá ficar para trás. A consequência disso poderá ser uma sala completamente desmotivada e indisciplinada e, por vezes, sem o resultado qualitativo esperado. Esse artigo tem como objetivo incentivar a formação continuada e

capacitação dos profissionais que atuam na educação, para que possam inovar suas práticas pedagógicas por meio dos recursos tecnológicos.

Palavras-chave: Tecnologia, recursos, capacitação, formação, inovação.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem chegado nas instituições de ensino, mesmo naquelas inseridas em áreas vulneráveis, mostrando todos os seus recursos facilitadores e ao mesmo tempo provocando a reflexão para a necessidade de novas mudanças e adequações, mudanças essas, que tem por objetivo melhorar a qualidade e oferta de ensino, deixando de lado a lousa como ferramenta exclusiva de ensino, abrindo caminho para novos recursos dentro da sala de aula.

É importante destacar que a implementação desses novos recursos, irá contribuir para um melhor aprendizado e desempenho dos alunos. Essa necessidade de inovação nas escolas, tem destacado, que por muito tempo o professor foi visto como detentor do conhecimento, o mesmo apenas falava e os alunos apenas ouviam, hoje o professor atua como mediador de conhecimento, com o auxílio dos recursos tecnológicos, incentivando o aluno a refletir e contribuindo para a construção de sua aprendizagem.

Este trabalho tem por objetivo exibir algumas dessas ferramentas e de que forma o processo ensino-aprendizagem tem sido afetado pela exposição em massa dessa tecnologia.

> Os meios de comunicação, operam imediatamente com o sensível, o concreto, principalmente a imagem em movimento. Combinam a dimensão espacial com sinestésica, onde o ritmo torna-se cada vez mais alucinante. Ao mesmo tempo utilizam a linguagem conceitual, falada e escrita, mais formalizada e racional. Imagem, palavra e música, integra-se dentro de um contexto comunicacional afetivo, de forte impacto emocional, que facilita e predispõe a aceitar mais facilmente as mensagens". (MORAN, 2001 p. 33-34).

Posto isso podemos compreender que toda e qualquer forma de comunicação que envolvem os avanços tecnológicos a partir do Século XX são fundamentais para a participação efetiva e desenvolvimento do aluno, ampliando o seu processo de construção de conhecimentos para além da escola, ou seja, conhecimento para a vida, que irá contribuir na sua trajetória profissional. É fundamental o acesso e uso da tecnologia na escola, contribuindo para uma nova estratégia pedagógica. Destacando as relações proporcionadas entre usuário e tecnologias, e como esta interação pode contribuir e proporcionar novos saberes e ampliar o conhecimento que está sendo desenvolvido.

Percebe-se que o processo de implantação tecnológica nas escolas, ainda é tímido e a maioria das escolas, principalmente da rede pública, ainda não possuem laboratórios de informáticas e equipamentos como computadores, notebooks, tabletes, lousa digital e outras ferramentas que ofereçam recursos tecnológicos. Algumas escolas possuem laboratórios de informática, mas muitos equipamentos não funcionam, mostrando a necessidade de manutenção nos equipamentos. Outra dificuldade é o acesso a internet, que não está acessível para todos na escola. Esses fatores contribuem negativamente na relação e aprendizado por meio da tecnologia aos alunos e professores.

Além das dificuldades apontadas, o professor tem o desafio diário de se atualizar e se adequar ao mundo digital, o mesmo sabe da necessidade e da importância que o conhecimento e domínio das tecnologias, irá inovar sua prática pedagógica, estimulando os alunos a se apropriar dos conteúdos e consequentemente o seu desempenho escolar. Essa nova forma de educar, onde é utilizado as tecnologias dentro da sala de aula, é importante refletir sobre a necessidade do professor se apropriar e se atualizar constantemente das tecnologias, reconhecendo que o uso da tecnologia como instrumento de ensino, fortalecera também a relação professor e aluno.

No decorrer desse trabalho, apresentaremos algumas das ferramentas disponíveis pela diversidade e o avanço tecnológico, dessa forma não se

restringe a um modo, mas de acordo com as possibilidades de cada escola e a conhecimento de cada professor há um mundo variedade de recursos tecnológicos disponível, e que necessita de constante adequação e criação de novos saberes mecanismos tecnológicos. É necessário não somente a Inclusão Digital, mas também a Inclusão social, tão discutida, mas ainda promovida com limitações e restrições.

Ao final desse estudo pretende-se destacar a importância do uso da ferramenta tecnológica na sala de aula bem como o domínio e a postura adequada do professor. A diversidade Tecnológica na prática pedagógica tem de auxiliar o professor em sua atuação e não substituir sua presença. Para isso, é preciso estar muito atento aos avanços tecnológicos, pois fazem parte da modernidade e os recursos oferecidos são essenciais e de grande valia à Educação, e oferecem benefícios de diversos prismas. Exemplificando isso podemos citar Souza(2004):

> As tecnologias e seus produtos não são bons e maus em si mesmos, os problemas, na maioria das vezes, não estão na televisão, no computador, na internet, ou em qualquer outro tipo, e sim nos processos humanos que podem utilizá-los e empregá-los para a manipulação e emancipação humana. (SOUZA,2004 p. 56).

Dessa forma, se faz necessário compreender o que são essas ferramentas tecnológicas e buscar inseri-las nas práticas pedagógicas, com domínio amplo para que sua utilização seja significativa, inovadora, prazerosa e de qualidade, ou seja, a tecnologia deve ser um elemento a mais, como estratégia de ensino e que irá contribuir no processo de aprendizagem.

2. A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NAS ESCOLAS

A constantes transformações na sociedade e os avanços tecnológicos são cada vez maiores, ocorrendo cada vez mais em um curto período. Todas essas mudanças provocam alterações nas mais diversas formas de vida e integrações, a tecnologia está cada vez mais inserida na sociedade e faz parte dessas transformações. A inclusão digital tem se mostrado fundamental e

necessária no processo tecnológico e tornar acessível o conhecimento digital tem sido um desafio, pois o mundo digital pode ser algo acessível e fácil para alguns, no aspecto de domínio da tecnologia, porém para outros, é algo incompreensível e de difícil acesso, havendo a necessidade de ampliar o saber tecnológico para a sociedade. Sendo assim, é de extrema importância que a escola e os professores se apropriem dos conhecimentos tecnológicos, atuando como mediador de conhecimento e incentivando o uso consciente dessas ferramentas para além das paredes das escolas.

Faz-se urgente e necessária a ampliação das ferramentas tecnológicas no âmbito escolar e decorrente disto a formação e capacitação dos profissionais nela inseridos para que essa inclusão digital seja qualitativa e significativa para o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com o autor Pais (2005), o sucesso do computador como uma tecnologia que pode favorecer a expansão da inteligência depende da forma como ocorre a relação entre o usuário e as informações contidas no programa por ele utilizado. Este é, talvez, um dos principais argumentos para justificar a importância do estudo da interatividade no contexto da inserção dos computadores na educação escolar. O aluno precisa se apropriar do conhecimento tecnológico, estabelecendo uma relação e interatividade com as ferramentas, para que a tecnologia seja uma ponte de acesso para o conhecimento.

Contudo, a tecnologia deve ser implantada como uma estratégia pedagógica adicional, que completa e auxilia na prática pedagógica, não sendo obrigatório em todas as aulas. É preciso um equilíbrio entre as mais diversas maneiras de ministrar uma aula, não excedendo uma estratégia e assim anulando outras. O professor precisa dominar o básico das ferramentas tecnológicas, e se atualizar sobre as novidades que acercam a nova sociedade e, assim possa promover o aprendizado do aluno e mediar o conhecimento sem que a tecnologia substitua sua presença e conhecimento.

As relações humanas devem ser valorizadas e respeitadas sem que as máquinas se tornem o ponto central. Os avanços tecnológicos fazem parte da

Evolução da Sociedade, mas esta não deve dominar as relações e definir as interações. No ambiente escolar, o desenvolvimento do aluno, segundo Vygotsky, acontece em momentos que favorecem as interações, ou seja, a aquisição de conhecimento por meio das interações com os outros indivíduos e com o meio (aqui entendido como um conjunto de elementos ou indivíduos). Os recursos tecnológicos devem ser instrumentos de aprendizagem e favorecer as interações. Promover desafios que possibilitem ao aluno interagir com as ferramentas e, ao mesmo tempo, integrar-se ao grupo, essas interações enriquecem a prática pedagógica.

As aulas devem ser enriquecidas com práticas diversas, sair do tradicional e convencional. O professor deve se atentar necessidade de aprendizado e dificuldade de cada aluno, respeitando sua individualidade e ritmo de aprendizagem, criando estratégias que estimule o interesse pela atividade e consequentemente a construção do conhecimento. Sendo assim, todos devem ser percebidos, respeitados e inteirados.

3. IMPLANTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Ainda é tímida a implantação das tecnologias nas escolas. Mas, apesar de muitas delas serem já comuns na sociedade, seus valores são os mais diversos e muitas unidades escolares ainda sofrem com a condição econômica para fazer as adequações da estrutura física, capacitar profissionais, mobiliar o espaço e adquirir equipamentos suficientes para a quantidade de alunos e diversificar os mesmos.

O maior desafio na sociedade da informação é proporcionar a Inclusão Digital a todos os seus componentes de maneira igualitária.

As tecnologias da informação chegaram no Brasil no início da década de 90, trazendo consigo esperança de uma nova era digital e conhecimento. Atualmente, vivenciamos os grandes avanços tecnológicos, que trouxeram a modernização e conforto para toda a sociedade, inclusive o acesso fácil a todo

tipo de informação. É importante destacar que informação não é conhecimento, o conhecer envolve alguns critérios, como por exemplo, o estabelecimento de relações entre informações isoladas. Nesse contexto, muito do que é chamado conhecimento escolar é apenas informação.0

A informática, é de extrema importância na atuação do professor moderno. Com ela o professor consegue inovar as suas aulas, inserindo uma grande variedade de efeitos visuais e sonoros, que enriquecem e estimulam a participação e interações entre aluno e aprendizagem. Porém, mesmo diante de tanta tecnologia o professor é, e sempre será indispensável.

O maior desafio agora é inserir no mundo tecnológico todos os professores, principalmente os que ainda se recusam, a se atualizarem com formações, capacitações e treinamentos que os tornem preparados para fazer da informática sua aliada no processo ensino-aprendizagem. Será um grande desafio esse processo de atualização dos professores, mas é um desafio necessário que contribuirá positivamente na sua prática pedagógica diária.

O papel do professor é orientar o aluno a realizar pesquisas qualitativas, verificar a veracidade da informação e proporcionar condições para que esta ferramenta venha a enriquecer o seu conhecimento, auxiliando nas suas dificuldades e suas responsabilidades diante de uma ferramenta tão “poderosa”, pois como tudo essa tecnologia também tem seu lado obscuro, principalmente a internet que sem dúvida é a maior fonte de acesso à informação e conhecimento que qualquer ser humano já teve disponível, e que também circula materiais de qualidade duvidosa e até mesmo criminosa. É evidente que os avanços tecnológicos geram mudanças e proporcionam inovação a todo instante, por isso, se faz necessário, que a capacitação e formação dos profissionais da educação deve ser cada vez mais frequente e até obrigatória.

Inclusão Digital é o nome dado ao processo de democratização do acesso às tecnologias da informação e tem como objetivo promover o desenvolvimento de redes de internet, ofertando assim meios de comunicação e conhecimento.

Essa inclusão tem simplificado a rotina das pessoas. As escolas, principalmente os estabelecimentos de ensino privado estão equipando e modernizando suas estruturas com laboratórios de informática, contratando técnicos e professores com formação específica para espaço. Já nas escolas públicas, esse processo de implementação ainda é tímido, já que algumas escolas públicas não possuem laboratórios de informáticas e as que possuem, sofrem com equipamentos quebrados, sem manutenção e a escassez de internet, e o laboratório geralmente é ministrado por um estagiário, que trabalha por um curto período, limitando o tempo de funcionamento do mesmo, e isso compromete o acesso livre dos alunos para realizarem pesquisas e trabalhos. Esse fato desfavorece o aluno que vem das escolas públicas e precisam concorrer com alunos mais preparados das redes privadas, nos vestibulares para ingresso na faculdade. É preciso universalizar o uso tecnológico para todas as escolas, públicas e privadas, garantindo a todos o direto ao acesso e educação de qualidade.

Esse contato com a tecnologia da informação é fundamental, pois prepara esse aluno desde o ensino fundamental para o contato com o mundo digital. Dessa forma, o aluno se aprimora a cada ciclo escolar, ampliando seus conhecimentos e adquirindo novos saberes, que irá contribuir para o seu ingresso na faculdade e no mercado competitivo de trabalho, também para as mais diversas atividades que o acompanharão durante toda a sua vida. Os recursos tecnológicos devem possibilitar o manuseio das informações para uma reflexão maior e assim uma aprendizagem eficiente e de qualidade.

4. UM NOVO OLHAR NA FORMA DE EDUCAR

Se o processo de aprendizagem, em sala de aula, for uma experiência de significativa e de sucesso, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém com potencial, alguém capaz. Se for o contrário, uma experiência de fracasso, o aluno poderá ficar desmotivado e muitas vezes faz um bloqueio

ao se considerar fracassado, buscando culpados pelo seu conceito negativo e começa achar o professor e suas aulas chatas e insignificantes.

Nesse contexto, é preciso a participação conjunta da escola, da família, do aluno e dos profissionais ligados à educação, assim como, o professor deve refletir e reorganizar as suas práticas pedagógicas, reconhecendo a necessidade de se inovar, para que o conhecimento trabalhado em sala de aula possa contemplar todos os seus alunos, entendendo que cada aluno é único e por isso, cada um tem uma forma e um ritmo de aprendizagem, cabendo ao professor administrar essa situação e garantir a qualidade de ensino e aprendizado.

A utilização das ferramentas tecnologias auxiliara o professor nas suas atividades, de maneiras mais atrativas e lúdicas, estimulando a participação e interação de todos os alunos nas atividades. É necessário que as escolas disponibilizem recursos tecnológicos, com laboratórios de informáticas, equipamentos modernos, rede de internet para os alunos pesquisarem, monitores nos laboratórios de informática, formação e capacitação de professores para os usos das tecnologias e projetos que estimulem o protagonismo do aluno e a importância da tecnologia como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem.

Nestas últimas duas décadas há uma pergunta que não quer calar, será que um dia os computadores irão substituir os professores nas salas de aula? Esse período, exatamente no século XX, é justamente o da chegada das tecnologias nas escolas como complemento auxiliar aos professores. Para muitos professores esses recursos tecnológicos têm sido um novo desafio, muitos não estão acostumados com tanta tecnologia, e defendem o ensino a “moda antiga” com a lousa, o giz e o apagador. De certa forma, o medo associado ao uso da tecnologia nas salas de aula, tem dificultado o entrosamento com as novas tecnologias de informação e comunicação para a sua prática pedagógica atual. Alguns professores já se mudaram a forma de atuação e se atualizaram junto com a sociedade digital, outros, porém, continuam com a metodologia utilizada desde a década de 80, onde o

professor é visto como detentor do conhecimento e o aluno só recebe esse conhecimento. Essa forma de ensino é ultrapassada, pois o aluno aprender de forma diferente e cabe ao professor adaptar e inovar as suas práticas pedagógicas, para que todos os alunos possam aprender efetivamente e o uso dos recursos tecnológicos, tem trazido grande avanços e contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

É importante enfatizar, que os computadores e os novos recursos tecnológicos nunca poderão substituir o professor, e sim complementará e simplificará a prática pedagógica. Os professores que atuam da mesma maneira de décadas atrás, certamente vivenciam problemas de indisciplina por parte dos alunos, pois muitos não se sentem estimulados quando a aula se resume em lousa e cópias. O novo profissional precisa estar ciente que sua função hoje, não é apenas o de transmitir informações, mas trabalhar para serem mediadores no seu processo de construção e aquisição de novos saberes.

5. RECURSOS IMPLANTADOS E SUAS FUNCIONALIDADES.

Hoje, em determinadas escolas, principalmente da rede privada, o professor já tem na sua aula de aula o auxílio de alguns equipamentos como o computador e projetor multimídia que estão fixos ou podem fazer parte de um espaço específico para uma aula diferenciada.

O projetor multimídia é um dos novos recursos que estão sendo utilizados em sala de aula e como qualquer recurso pedagógico que são utilizados nas aulas e atividades envolve um planejamento antecipado.

Esse planejamento requer a clareza de questões como:

1. Objetivo – O que o professor deseja que seja aprendido pelo aluno e quais competências e habilidades irão ser trabalhadas por eles.

2. Justificativa Didática – Por qual motivo o projetor multimídia vai trazer para o aluno um melhor aprendizado em relação aos recursos tradicionais e qual será o ganho didático.

3. Metodologia / Estratégias – Esse planejamento vale para verificar qual o tempo que este recurso será utilizado e como irá ser conduzida a atividade em questão. Principalmente o que será mostrado pelo professor. É um passo a passo da aula, as observações e intervenções que possam contribuir para o desenvolvimento da aula tendo como referência o objetivo / resultado pretendido.

4. Avaliação – Como serão avaliados os resultados de aprendizado dos alunos. Com essa avaliação poderá ser verificado se o projetor multimídia foi realmente mais eficiente no aprendizado dos alunos do que os métodos tradicionais.

Esse planejamento deve ocorrer para todas as aulas, independente de que recurso tecnológico será utilizado.

Os recursos pedagógicos são os mais variados e geralmente estão ligados aos conteúdos. Ou melhor, devem estar ligados às competências e habilidades que serão trabalhadas.

Todo professor é capaz de ter esses objetivos bem claros antes de trabalhar qualquer atividade com os alunos.

A justificativa para o uso do projetor multimídia não é tão óbvia quanto se parece, pois, o objetivo pedagógico tem de observar o uso do projetor, perante outros recursos tradicionais envolve certo conhecimento sobre essas novas possibilidades que as TICs oferecem.

O planejamento das atividades demanda das mesmas habilidades que o professor tem para planejar suas aulas tradicionais. Para o uso destes recursos é bom o docente ter ciência das dificuldades que encontrará ao manusear o

referido recurso, e que precisará explorar os pontos favoráveis e minimizar os desfavoráveis.

Para finalizar a avaliação de aprendizagem já é uma prática adotada por parte do professor. Agora também será necessário avaliar também se o projetor multimídia promoveu ao estudante uma melhor aprendizagem, ou se não ocorreu nenhum impacto na aprendizagem do aluno em comparação ao que era de se esperar usando o chamado método tradicional.

É importante salientar que não é só o professor que deve ter acesso a estes recursos. O aluno também é um usuário do equipamento na medida em que o professor marque apresentação de trabalhos e seminários. Sendo assim é importante porque desenvolve o aluno na formatação de apresentações e estimulando os mesmos em falar com uma plateia, tirando deles assim a timidez o que é muito bom para aquele aluno que parte para o mercado de trabalho.

Com o projetor multimídia em sala de aula é necessário ter uma visão extremamente diferente no que se entende “Carga Horária”. O professor deverá procurar desenvolver boas aulas e não apenas seguir o conteúdo tradicional do livro didático. Os recursos tecnológicos devem ampliar o manuseio das informações para uma reflexão maior e assim uma aprendizagem eficiente e de qualidade. Todo esse processo demanda um tempo maior por parte do professor que deverá ter clareza do seu planejamento de aula e dominar o recurso proposto para o desenvolvimento dela, ou comprometerá todo o resultado pretendido.

As novas tecnologias hoje adotadas nas salas de aula têm contribuído muito na aproximação entre alunos e professores. O modelo de sala de aula com o quadro negro, como único recurso de trabalho, aos poucos, está ficando para trás. No contexto contemporâneo, algumas escolas têm disponibilizado um projetor multimidia, para que o professor juntamente com o seu notebook possa ministrar suas aulas, com recursos visuais e dinâmicos estimulando e

atraindo a atenção do aluno para sua proposta pedagógica. Outras instituições com mais recursos, no caso das escolas particulares, muitas possuem lousa digital ou interativa para ministrar as aulas.

Mesmo com os recursos tecnológicos, a interação aluno x professor é efetiva e constante. Segundo os próprios alunos essas tecnologias empregadas em sala, fazem com que exista uma maior aproximação com o professor, pois se interessam mais pela aula e buscam cada vez mais se apropriar dos conteúdos e saberes.

Para alunos que vivem essas duas realidades dizem que quando estão em sala de aula com metodologia antiga, nesse caso lousa e giz, se desgastam mais do que quando estão em uma escola já existe a utilização de recursos tecnológicos, mas práticas pedagógicas. Efetivamente, é uma tendência positiva e inovadora nas escolas, sendo ainda um desafio nas redes públicas, que já avançaram, mas ainda estão atrasadas quando comparadas com outras escolas da rede privada. Os alunos colocando na prática tudo o que aprende em sala de aula na parte teórica, agregam conhecimentos que se tornarão diferenciais na busca de uma colocação no mercado de trabalho.

6. TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Não podíamos deixar de falar do uso das tecnologias em tempos de Pandemia, que trouxe à tona várias reflexões sobre a importância das interações para o desenvolvimento e aprendizado e que a tecnologia jamais substituirá a presença de um professor.

Diante desse desafio e distanciamento social, as escolas e famílias tiveram que se reinventar. O professor que sempre foi resistente ao uso das tecnologias em suas aulas, de um dia para o outro teve que se adaptar e aprender rapidamente a fazer o uso desse recurso, e agora o recurso não mais como um complemento pedagógico, mas como um único canal de comunicação para o processo de ensino-aprendizagem.

É claro que nem todos tem acesso aos recursos tecnológicos, a desigualdade social ficou escancarada nessa pandemia, e os alunos com menos recursos ficaram prejudicados. O destaque é para a importância e necessidade do professor se atualizar e se apropriar do uso dos recursos tecnológicos, como ferramenta fundamental que auxiliará no processo de aprendizagem e simplificará a sua prática diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas tecnologias têm contribuído para um novo modo de ensino, a implantação de novos recursos em sala de aula tem estimulado a participação dos alunos, socialização e interações que facilitam a aprendizagem. Em parceria com tecnologias a inclusão digital para dentro das escolas, é de extrema importância, orientando os alunos sobre a forma correta de utilizar e pesquisar ferramentas como a internet ou até mesmo como utilizar um determinado software para edição de textos, trabalhos, pesquisas qualitativas em todas as disciplinas curriculares.

É importante destacar e promover reflexões acerca da necessidade de os professores estarem preparados e dominarem efetivamente os recursos tecnológicos, com formações e capacitações direcionadas para a área educacional.

Assim sendo, muitos são os professores que já se adaptaram com as novas mudanças, mas outros ainda insistem em manter a mesma metodologia utilizada há décadas passadas e se apresentam resistentes a era digital. Por vezes há o receio e o medo de que essas tecnologias possam vir a substituir a figura humana do professor em sala de aula. No entanto, por mais funcionais que sejam os recursos tecnológicos, o ser humano é ferramenta única e insubstituível quando se trata da necessidade das interações e socialização nas relações pessoais e bem como a construção e ensinamentos de valores morais e sociais. E a pandemia reforçou a importância das interações no processo de desenvolvimento e aprendizado nas escolas e mostrou que

tecnologia e humanos, podem atuar em conjunto e cada um tem a sua importância e valor.

Dessa forma professor e tecnologia precisam se aliar para promover ações que resultem na Inclusão Digital e Inclusão Social dos mais diversos indivíduos e ampliar as possibilidades de construção e consolidação das aprendizagens no dia a dia do indivíduo, seja este professor e ou aluno. Como tudo na vida, deve-se haver um equilíbrio, tanto o excesso quanto a falta podem ser prejudiciais. O professor deve ter claro que a evolução tecnológica acontece de maneira constante, o que requer um preparo e uma atualização constante.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, José Carlos. **Professor X Inovação: uma batalha perdida?** Professor Digital, SBO, 10 jun. 2020. Disponível em: http://professordigital.wordpress.com/2010/06/10/professor-x-inovacao-uma-batalha-perdida/&gt. Acesso em: 14/08/20.

BELLONI, M.L. **Tecnologia e formação de professores. Rumo a uma pedagogia pós-moderna? Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes, 1998.

BORGES, José A. **As TICs e as tecnologias assinstivas a educação de pessoas deficientes**. Campinas: Papirus;2005

CAPOVILLA, Fernando César. **Comunicação pessoal por e-mail em 6/6/01**. Trecho retirado de SASSAZAKI, 2006. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.

Carbonari, G. (2001), **O Programa Nacional de Informática na Educação nas escolas públicas de Ijuí/RS**, Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Unijuí.

HAETINGER, Max. **Informática na educação – um olhar criativo**. São Paulo: Papirus, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

MORAN, **José Manuel, Tecnologia na educação.** 6ª ed, Campinas, Papirus 2001.

_____. et al. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** 3ª ed, Campinas, Papirus 2001.

MATURANA, Humberto – **El Sentido de lo humano**, Dolmen Ediciones S.A.

PAIS, Luiz Carlos. **Educação Escolar e as tecnologias da informática**. 1 ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2005.

SANCHO. Juana Maria; HERNANDEZ, Fernando e colaboradores. [et al.]. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Espaços de participação popular: algumas observações acerca da territorialidade do orçamento participativo em cidades brasileiras**. In: Cidades. V. 1. N. 1. 2004.

VALENTE, José Armado. **Diferentes usos do computador na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: M. Fontes,1984.

FAUESP

Faculdade Unificada do Estado de São Paulo

UNIFICADA

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP



SL EDITORA